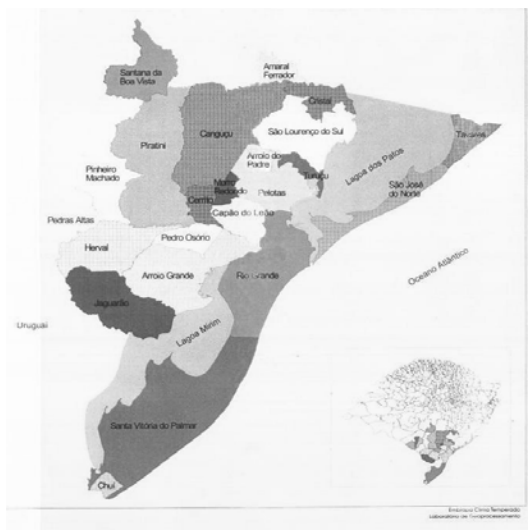




**CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
SUL/COREDE-SUL**

**ESTIMULANDO A CIDADANIA,
FORTALECENDO AS INSTITUIÇÕES,
CONSTRUINDO O FUTURO.**

**PLANO ESTRATÉGICO
DE DESENVOLVIMENTO DA
REGIÃO SUL DO RS**



NOVEMBRO DE 2010

**Obra Publicada pelo
Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul – COREDE-SUL**

Organizadores

José Bruno Chies
Roselani Sodré da Silva

Diretoria

Presidente: Selmira Milech Fehrenbach
Vice-Presidente: Jair Seidel
Primeiro Secretário: Ronaldo Clasen Maciel
Segundo Secretário: Clotilde C. Victória
Primeiro Tesoureiro: Valdino Krause
Segundo Tesoureiro: Fernando Estima

Conselho Fiscal

Henrique W. A. Feijó
Julio Cesar P. da Silva
Nilson Ireno Loeck
Renato Meireles
Ronaldo Burck Ferreira
Waldyr Stumpf

Equipe Técnica

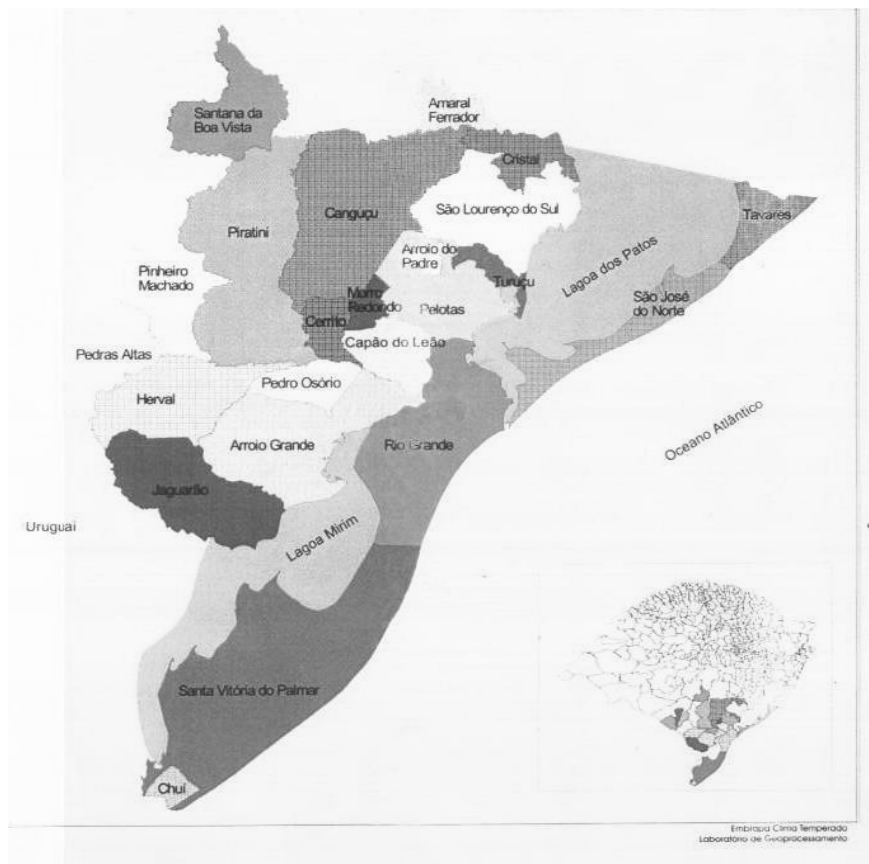
José Bruno Chies (Coordenador)
Erli Soares Massau
Henrique W. A. Feijó
Roselani Sodré da Silva
Eroni Emilio Konrad
Valdino Krause

Colaborador

Daniel dos Santos - Estagiário



CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL/COREDE-SUL



NOVEMBRO DE 2010



Cópias Santa Cruz Ltda
R Félix da Cunha, 412 – Campus I UCPel Pelotas, RS
CEP 96010-000
Fone: (53) 3222 5760
E-mail: copiassantacruz@pop.com.br

Impresso no Brasil
Edição: 2010
Tiragem: 500 exemplares

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem autorização expressa do autor.

Direção Editorial: Roselani Maria Sodré da Silva- roselanisilva@gmail.com
Projeto Gráfico e Editorac o: Eroni Emilio Konrad
Capa: Agência Marca
Revisão de Textos: Elane Neujahr Brum

Dados de cataloga o na fonte:

(Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881)

C755 Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul
COREDE-SUL /

Plano estratégico de Desenvolvimento da
Região Sul do RS. / Organizado por José
Bruno Chies e Roselani Sodré da Silva. –
Pelotas: Editora Cópias Santa Cruz Ltda,
2010.
189p.: il.

1. Plano Estratégico. 2. Desenvolvimento. 3.
Região. I. Chies, José Bruno; org. II. Silva,
Roselani Sodré da; org.

CDD 658

SOBRE OS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA

JOSÉ BRUNO CHIES (Coordenador)

Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1964. Especialização em Extensão Rural pelo Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha/OEA em 1983. Aperfeiçoamento em Atualização em Técnicas de Elaboração e Avaliação de Projetos pela SUDESUL/PRODERF/FGV em 1979, e, Desenvolvimento Agrícola Regional pelo IICA/OEA em 1966. Atuou como Extensionista Rural em Veranópolis, Canela e Caxias do Sul entre 1964 e 1966. Na Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, no Projeto Binacional da Bacia da Lagoa Mirim - Brasil e Uruguai. Atuou como pesquisador do Setor de Socio-economia, de 1966 a 1974. Ainda, na SUDESUL, Diretor da Divisão de Planejamento Setorial e Avaliação, 1975 a 1981. Diretor do Departamento da Lagoa Mirim, 1981 a 1985. Gerente do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, 1985 a 1988. Gerente do Programa de apoio ao Desenvolvimento Microrregional, 1988/89. Coordenou seminários municipais de Planejamento Participativo nos municípios de Amaral Ferrador, Morro Redondo, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Piratini, no período 1988 a 1990, todos com a elaboração de um Plano Municipal de Desenvolvimento. Assessoria técnica para a realização dos Seminários Pró-Desenvolvimento da Zona Sul do RS, promovidos pelas entidades empresariais da região e realizados nos municípios de Jaguarão e Morro Redondo, respectivamente, em dezembro de 1990 e maio de 1992. No COREDE-SUL atuou como conselheiro, 1992/93 e secretário, 1993/95. De agosto a dezembro de 1999, participou da equipe coordenadora do Seminário Regional de Desenvolvimento Integrado e Sustentável e na elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional da Região Sul do RS. Consultor independente para a área de Associativismo e Cooperativismo. Coordenador das atividades propostas ao COREDE-SUL para análise e complemento de informações referentes à RF5 do documento Rumos 2015. Serviços para o COREDE-SUL, em todos os processos anuais da Consulta Popular, até o ano de 2009.

HENRIQUE WALNER ALVES FEIJÓ

Graduado em Economia pela Universidade Católica de Pelotas – **UCPEL**, 1972. Pós Graduado em Planejamento pela **OEA-PRODERT**. Detentor de Curso de Administração Pública, pela Escola Brasileira de Administração Pública. Atuou na **Prefeitura de Pelotas** como Chefe de Gabinete, de 1968/1969 e 1969 / 1972, Secretário Municipal de Finanças, de 1973 a 1976, acumulando, por dois anos, a Secretaria Municipal de Planejamento. Exerceu na **UCPel** as funções de Pró Reitor Administrativo durante 8 anos e Professor dos Cursos de Economia e Administração por mais de 7 anos. Na área empresarial atuou como Diretor Executivo da Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas - **CDL**, por 9 anos, e Gerente Regional do Serviço do Comércio- **SESC/ Pelotas** de 1967 a 2000 Atualmente, é o Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Zona Sul do Estado do RS- **AZONASUL**. É Tesoureiro na Diretoria do Fórum da Mesorregião Metade Sul- **Fórum Mesosul** e membro do Conselho Fiscal do **COREDE-SUL**. Pertence ao **Rotary** Clube de Pelotas Norte, tendo sido Governador do Distrito 4680, no ano rotário 2003/2004. Recebeu o Título de Cidadão Emérito de Pelotas, da Câmara de Vereadores, no ano de 2009.

ERLI SOARES MASSAÚ

Bacharel em Ciências Econômicas, pela UCPEL-1967. Especialista em Administração de Agroindústria do Programa Nacional de Treinamento de Executivos do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Executado pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul. USA, 1975. Especialista em Projetos Agroindustriais Integrados–SUDENE, Recife 1978. Especialista em Desenvolvimento Regional, SEPLAN, Brasília 1980. Especialista em Consultoria de Empresas nos Modelos “Sistemas e Processo”, CEBRAE, Curitiba 1981. Especialista em Análise e Elaboração de Projetos – BNDES, São Paulo 1983/1984. Estatística para Administração Pública, BRDE/BNDES, Porto Alegre 1987. Especialista em Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados (PDRI) – SUDENE/OEA, Recife 1989. Foi Superintendente Operacional do SEBRAE – RS 1979-84.

Consultor da Fundação de Recursos Humanos – POA 1982-83. Assessor da Secretaria da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul – POA 1982-84. Secretário Adjunto da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul. Gerente do Programa de Promoção Industrial do Rio Grande do Sul Sec. Indústria e Comércio – POA 1985-86. Diretor da Bolsa de Negócios do Rio Grande do Sul em Porto Alegre 1980-81. Sócio-Gerente de Expansão Planejamento e Projetos 1982-85. Consultor da Confederação Nacional da Indústria CNI – Rio de Janeiro 1982-92. Técnico de Desenvolvimento – BRDE em Porto Alegre e Curitiba 1986-88. Titular de PROJETARE, Planejamento e Consultoria em Porto Alegre 1988-91. Coordenador do Pró-Desenvolvimento da Zona Sul-Pelotas 1991-95. Gerente do Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria – ITEPA/UCPEL (Emprego Atual). Dentre as principais publicações: Manual de Gerência de Pequenas e Médias Agroindústrias. Ed. CNI – Rio de Janeiro. 1992. Complexo Agroindustrial – Agribusiness. Ed. EducatUCPEL – Pelotas. 1994. O Desenvolvimento Regional e a Nova Divisão Internacional do trabalho. Ed. EducatUCPEL – Pelotas 2008. Artigos: mais de 200 artigos para revistas especializadas e para jornais, Pelotas, Porto Alegre, São Paulo, Cachoeira do Sul, Rio Grande e Campo Grande (MS). Palestras: entre 1986 e 2008 proferiu aproximadamente 170 palestras em diversas cidades dos Estados em que trabalhou.

ROSELANI SODRÉ DA SILVA

Graduada em Matemática, Pós-Graduada em Educação e Mestranda em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas – **UCPel**. Presidiu o **COREDE-SUL** de 1997 a 2002 e de 2006 a 2007 e o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - **COREDES-RS**, de 2000 a 2001. Implantou e coordenou o Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião Metade Sul do RS- **Fórum MESOSUL**, de 2000 a 2006. Foi Assessora Técnica da Reitoria da UCPEL, de 1996 a 1997 e do Gabinete do Vice-Governador do Estado do RS, de 2003 a 2006. Atuou como Oficial de Projetos nas áreas de educação e cultura do Escritório da **UNESCO** no Rio Grande do Sul, de 2007 a 2009. Atualmente Membro do Conselho Consultivo do **COREDES-RS**, membro do

Conselho Fiscal do **Fórum MESOSUL** e Coordenadora da Comissão Setorial de Educação do **COREDE-SUL**. Coordenou a Consulta Popular na Região Sul em 1998, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2010. É Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Pelotas.

VALDINO KRAUSE

Bacharel em Administração de Empresas pela **UCPEL**. Foi Prefeito do município de Morro Redondo, de 1988 a 1992, Foi Presidente da Associação dos Municípios da Zona Sul – **AZONASUL**, na gestão 1991 a 1992, Diretor da Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA de 1995 a 1996, Secretário de Desenvolvimento Rural de Pelotas, de 1993 a 1994. Preside periodicamente os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Morro Redondo. Participou da criação do **COREDE-SUL**, Coordenou a Comissão Setorial de Desenvolvimento Econômico do **COREDE-SUL**; foi Tesoureiro do **COREDE-SUL** de 2003 a 2007; coordenou a Comissão Regional da Consulta Popular no ano de 2008. Atualmente é o Tesoureiro e o Contato Operacional deste Conselho.

ERONI EMÍLIO KONRAD

Graduado em Engenharia Agrônômica e Mestre em Ciências do Solo pela Universidade Federal de Pelotas - **UFPEL**. Atuou como Secretário Municipal de Agricultura, Obras, Urbanismo e Trânsito, de 2003 a 2008, no município de **Turuçu**, onde presidiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento - **COMUDE**, de 2003 a 2007 e o Conselho de Desenvolvimento Rural - **CONDEUR**, de 2004 a 2007. Também atuou na Vice-presidência do Conselho Municipal de Meio-Ambiente, de Turuçu. Atualmente, faz parte da Comissão Regional da Consulta Popular 2010 do **COREDE-SUL**. É Empresário no ramo de consultorias para as áreas: ambiental e agropecuária.

APRESENTAÇÃO

Esta publicação faz parte de um antigo desejo do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul – COREDE-SUL, bem como, dos demais Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul- COREDES.

O COREDE-SUL foi constituído em 1991, a partir de uma ampla discussão regional, em um momento histórico de forte mobilização social no RS e no País. A iniciativa e a coordenação dos trabalhos de organização dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento estavam a cargo da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio. Em 25 de outubro de 1991, em uma grande e representativa assembléia geral regional, realizada no município de São Lourenço do Sul, foi finalmente aprovada a criação do COREDE-SUL.

Mas, o marco legal de criação dos COREDES no Rio Grande do Sul foi instituído somente em 1994, pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que definiu como objetivo destes conselhos “*a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações do governo na região, visando a melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição eqüitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e*

recuperação do meio ambiente.”¹. A presente lei foi regulamentada através do Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994.

Aproximando-se a data em que completará 20 anos de existência, o COREDE-SUL se orgulha da sua trajetória e pode elencar iniciativas e conquistas importantes. Entre estas, destacam-se no ano de:

1992 - a realização 1ª Semana Pró *Mar de Dentro*;

1994 - efetiva participação na elaboração da proposta de criação do Programa *Para o Desenvolvimento Racional, Recuperação Ambiental da Bacia Hidrográfica Patos/Mirim Pró Mar de Dentro*. Decreto nº 35237, de 06 de maio de 1994;

1995 - participação, juntamente com a Associação dos Municípios da Zona Sul - AZONASUL, na criação e desenvolvimento do “*Programa de Formação de Professores Leigos dos Municípios da Região Sul do RS*”, promovido pela UFPel, a partir de 1995 até 1998, graduando mais de 150 professores, nas licenciaturas de Pedagogia, Matemática, Estudos Sociais e Língua Portuguesa, oriundos dos 22 municípios da região;

1996 - a criação do Prêmio Destaque em Educação – COREDE-SUL;

1997- intensa participação na discussão para a elaboração e desenvolvimento do *Plano de Reestruturação*

¹ Para conhecer melhor estes conselhos veja a lei de criação, o decreto de regulamentação, a declaração de princípios nos anexos desta publicação.

Econômica da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul;

1998 – realização na Região Sul da primeira Consulta Popular;

- contribuição efetiva na elaboração do Plano RS 2010: Desequilíbrios Regionais, coordenado pela Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento, trabalho que fortaleceu a proposta global das estratégias regionais pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul – “*O RS QUE QUEREMOS*”;
- instalação da primeira sede do COREDE-SUL, espaço localizado no Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado- EMBRAPA;
- organização em parceria com a AZONASUL de encontros nos 22 municípios da região sul, preparatórios ao *Seminário de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Região Sul*, realizado em 1999, que culminou com a participação de mais de 500 representantes dos municípios e instituições da região sul;

1999 – envolvimento no *Orçamento Participativo* - OP Estadual, até 2002;

- sistematização das propostas do Seminário resultando na elaboração do *Plano Regional de*

Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Região Sul do Rio Grande do Sul;

- discussão e elaboração do documento que culminou na assinatura do Pacto Novo Sul pelas lideranças local, regional, estadual e federal;
- sensibilização, junto às prefeituras da região, para a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES, nos 22 municípios;

2000 - intensa participação nas discussões do Plano Plurianual Estadual/2000-2003;

- efetiva participação na criação e nas audiências públicas do *Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional*, coordenado pela Assembléia Legislativa do Estado, a partir de 2000;

2001- participação nas discussões da criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS:

- coordenação do processo de organização, criação e implantação do *Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul*, dentro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional;

- coordenação do Fórum da Mesorregião Metade Sul do RS desde sua criação até 2006.

2003 - intensa participação na sensibilização dos municípios da região para a reestruturação e instituição dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES, órgãos responsáveis pela organização da Consulta Popular no âmbito dos municípios;

2006 – coordenação, na Região Sul, das discussões do programa “*RUMOS 2015*”, coordenado pela Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento;

- participação nas discussões do “*Pacto Pelo Rio Grande*”, iniciativa e coordenação da Assembléia Legislativa do RS;
- efetiva participação no Fórum da *Agenda 2020*, desde a sua primeira reunião em 08 de março;
- efetiva participação no Fórum da *Agenda 2020*, desde a sua primeira reunião em 08 de março;
- diploma de mérito AZONASUL, pelos relevantes serviços e permanente parceria mantida com os municípios da Região Sul, concedido pela Associação dos Municípios da Zona Sul;
- coordenação na Região Sul do processo de Consulta Popular de 2003 a 2010.

Esta trajetória de trabalho em prol do desenvolvimento regional confirma opinião do primeiro Secretário do COREDE-SUL,

a respeito da criação deste Conselho: “a proposta de criação de um conselho regional de desenvolvimento, inicialmente vista com ceticismo ou hostilidade, transformou-se numa instituição que vem contribuindo decisivamente para a articulação de entidades representativas [...]” (NUNES, 2007, p.3)

Outra importante consideração a respeito das ações do COREDE-SUL, observada por Nunes, se refere a criação dos COMUDES.

Uma das primeiras conquistas do COREDE-SUL foi o estímulo para a constituição (onde não havia) de conselhos municipais de desenvolvimento (COMUDES), possibilitando ao cidadão comum, residente em municípios desprovidos de maiores recursos, o exercício do mesmo princípio da democracia semi-direta, mercê das grandes distâncias que caracterizam a Região Sul do Estado – e que se constitui num poderoso fator de inibição dessa prática” (NUNES, 2007, p.4).

Com uma história de efetiva participação na discussão e no planejamento do desenvolvimento da Região Sul, a expectativa de seus integrantes, conhecidos como “coredianos”, era a de elaborar um segundo plano estratégico de desenvolvimento, com a participação dos atuais Conselhos Municipais de Desenvolvimento - COMUDES e apoio técnico de especialistas das Instituições de Ensino e Pesquisa da Região.

A motivação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria Extraordinária das Relações Institucionais – SRI, surgiu a partir da realização dos cursos de “*Gestão Estratégica do Desenvolvimento Local e Regional*”, desenvolvidos pela CEPAL/ILPES, em parceria com o IICA, o Ministério da Integração Nacional e SRI, voltados para a capacitação de gestores dos COREDES do RS. Após a capacitação destes agentes sociais, para a elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Local e Regional, a SRI assinou convênio com os 28 COREDES existentes no RS para que os mesmos elaborassem, de forma democrática e participativa, os seus respectivos Planos Estratégicos de Desenvolvimento.

Assim, a presente publicação é a materialização deste desejo antigo dos COREDES e representa um avanço na qualificação do processo de discussão e gestão do desenvolvimento regional, que passa a contar com um importante instrumento de orientação para a elaboração das propostas regionais a serem encaminhadas às diferentes instâncias de Governo, às Instituições Privadas e às Organizações da Sociedade Civil.

Roselani Sodré da Silva
Ex-Presidente do COREDE-SUL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 FUNDAMENTOS E TÉCNICAS DO PLANEJAMENTO	
TERRITORIAL.....	28
1.1 BASES DO PLANEJAMENTO	29
1.2 DILEMAS	31
1.3 PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA	32
1.4 MACRODIMENSÕES DAS ETAPAS.....	33
1.5 MICRODIMENSÕES DAS ETAPAS	33
2 ANÁLISE SITUACIONAL DA REGIÃO	37
2.1 ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS	42
2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	45
2.3 GESTÃO ESTRUTURAL	48
2.3.1 Saneamento básico.....	48
2.3.2 Energia.....	49
2.3.3 Comunicações.....	50
2.3.4 Vias de transportes	51
2.3.5 Meios de transporte	55
2.3.6 Habitação e urbanismo.....	55
2.3.7 Resíduos sólidos	56
2.4 GESTÃO ECONÔMICA	58
2.4.1 Estrutura fundiária	58
2.4.1.1 Lavouras permanentes e temporárias.....	58
2.4.1.2 Pecuária.....	61
2.4.2 Setor secundário.....	62

2.4.3 Setor terciário.....	62
2.4.4 Mercado de Trabalho	63
2.4.5 Índice de desemprego da região.....	64
2.4.6 Comércio exterior	64
2.4.7 Índice de retorno do ICMS	65
2.4.8 Valor adicionado bruto	65
2.4.9 Produto interno bruto	66
2.4.10 Indicadores de renda	66
2.4.11 Finanças públicas municipais	69
2.5 GESTÃO SOCIAL	72
2.5.1 Educação básica	72
2.5.2 Saúde.....	76
2.5.3 Justiça e segurança	80
2.5.4 Representação política.....	81
2.5.5 Assistência social.....	82
2.5.6 Pessoas com necessidades especiais	83
2.5.7 Drogadição	83
2.6 GESTÃO INSTITUCIONAL	87
2.6.1 Histórico dos municípios	88
2.6.1.1 Amaral Ferrador.....	88
2.6.1.2 Arroio do Padre.....	89
2.6.1.3 Arroio Grande.....	91
2.6.1.4 Canguçu	93
2.6.1.5 Capão do Leão	94
2.6.1.6 Cerrito	95
2.6.1.7 Chuí	96
2.6.1.8 Herval	100

2.6.1.9 Jaguarão	104
2.6.1.10 Morro Redondo	106
2.6.1.11 Pedras Altas	108
2.6.1.12 Pedro Osório	110
2.6.1.13 Pelotas	111
2.6.1.14 Pinheiro Machado	113
2.6.1.15 Piratini	115
2.6.1.16 Rio Grande	116
2.6.1.17 Santa Vitória do Palmar	118
2.6.1.18 Santana da Boa Vista	120
2.6.1.19 São José do Norte	121
2.6.1.20 São Lourenço do Sul	123
2.6.1.21 Tavares	125
2.6.1.22 Turuçu	126

3 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS - PERSPECTIVAS

FUTURAS DA REGIÃO	129
3.1 A REGIÃO - MATRIZ FOFA	131
3.2 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS	136
3.2.1 Valores	137
3.2.2 Vocação	137
3.2.3 Visão	138
3.3 MACRO-OBJETIVOS E PROGRAMAS DA REGIÃO	139
3.3.1 Macro-Objetivo - educação e tecnologia para o desenvolvimento	140
3.3.2 Macro-Objetivo - qualidade de vida - desenvolvimento para todos ...	142
3.3.3 Macro-Objetivo - turismo e cultura para geração de emprego e renda	143
3.3.4 Macro-Objetivo - consolidação do porto de Rio Grande.....	145

3.3.5 Macro-Objetivo - qualificação da infraestrutura regional.....	146
3.3.6 Macro-Objetivo - estímulo e dinamização da atividade industrial.....	148
3.3.7 Macro-Objetivo - fortalecimento e diversificação da matriz produtiva do setor primário.....	149
3.3.8 Macro-Objetivo - gestão de qualidade - alavanca para o desenvolvimento.....	151
3.4 GOVERNANÇA DO PLANO ESTRATÉGICO.....	152
3.4.1 Considerações preliminares	152
3.4.2 Agentes gestores do plano	154
3.4.3 Gerenciamento das ações do plano.....	155
3.4.4 Ações prioritárias e demarragem do plano	156
3.4.5 Funções do comitê gestor	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS	159
ANEXOS	161

INTRODUÇÃO

Roselani Sodré da Silva²

O presente Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul é o resultado de um processo coletivo de planejamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – COREDES-RS. Sua gênese ocorre a partir do Curso de Capacitação em “Gestão Estratégica do Desenvolvimento Local e Regional”, desenvolvido pela CEPAL/ILPES, em parceria com o IICA, o Ministério da Integração Nacional- MI e a Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais - SRI, realizado em março de 2009, no município de Santa Maria, envolvendo integrantes dos COREDES do RS. A capacitação teve início após a assinatura do Termo de compromisso dos participantes em atuar na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento das suas respectivas regiões.

A decisão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria Extraordinária das Relações Institucionais- SRI,

² Mestranda em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL. Presidiu o **COREDE-SUL** de 1997 a 2002 e de 2006 a 2007 e o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - **COREDES-RS**, de 2000 a 2001. Implantou e Coordenou o Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião Metade Sul do RS- **Fórum MESOSUL**, de 2000 a 2006. Atualmente é Membro do Conselho Consultivo do COREDES-RS, membro do Conselho Fiscal do Fórum MESOSUL e Coordenadora da Comissão Setorial de Educação do COREDE-SUL. É Assessora Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Pelotas.

de patrocinar o processo de elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento das Regiões dos COREDES, resulta da demanda encaminhada pelos COREDES-RS à SRI sobre a importância dos planos de desenvolvimento das regiões para subsidiar as discussões e a elaboração dos pleitos regionais. Também influenciou nesta resolução, a aproximação da SRI com o Ministério da Integração Nacional, quando da realização do curso de “Gestão Estratégica do Desenvolvimento Local e Regional”. Após a capacitação destes agentes, a SRI assinou convênio com os 28 COREDES do RS, com o propósito de fomentar a elaboração, de forma participativa, dos seus respectivos Planos.

O convênio entre a SRI e o COREDE-SUL foi assinado em 07 de agosto de 2009, definindo como competência da SRI o custeio do processo de elaboração e publicação do Plano. Coube ao COREDE-SUL, a coordenação do processo de discussão e elaboração do plano, desenvolvido em três etapas distintas: I) elaboração do diagnóstico técnico da região; II) realização da análise situacional; III) estabelecimento dos macros objetivos regionais.

A elaboração do diagnóstico técnico ficou a cargo da Associação dos Municípios da Zona Sul – AZONASUL e foi coordenada pelo Professor e Economista Erli Soares Massaú, juntamente com uma equipe de profissionais, assim constituída: Liliam Sassi, Bacharel em Ciências Contábeis; Luis Fernando da Silveira, Administrador de Empresas e Edgar Louro Jorge, Técnico Contabilista. Este grupo técnico realizou a coleta de dados junto a

fontes primárias e secundárias, de acordo com a metodologia sugerida pelo Fórum dos COREDES, conforme o manual de “Orientações para o Processo de Planejamento Estratégico Regional dos COREDES-RS”, organizado pelo Prof. Dr. Dieter Siedenberg.

De acordo com o relatório das atividades realizadas no período de agosto a outubro de 2009, as principais fontes consultadas foram o IBGE, FEE, ITEPA/UCPEL, AZONASUL, Prefeituras Municipais e documentos das Instituições Federais, Estaduais e Municipais. Para a elaboração do diagnóstico foram observados documentos de planejamento existentes no Estado e na Região, que tratam do desenvolvimento da região sul. Os principais documentos analisados foram os seguintes: Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Região Sul, Pacto Novo Sul, RUMOS 2015, Pacto pelo Rio Grande, Agenda 2020 e o Movimento Novo Sul.

Conforme Chies, “o diagnóstico da região sul foi organizado em dois volumes, apresentando um conjunto de dados quantitativos, explicativos e ilustrativos da realidade regional, bem como tabelas e mapas que permitem visualizar as deficiências e as tendências da região” (CHIES, 2009, p.1).

Os volumes foram assim denominados: I) Diagnóstico Técnico(consta no CD anexo a esta publicação) e II) Diagnóstico Situacional, que é uma síntese do documento anterior, mas avança para uma caracterização socioeconômica da região.

Seguindo a metodologia participativa, orientada pelo Fórum dos COREDES (síntese desta metodologia no primeiro capítulo desta publicação), foram realizados, inicialmente, dois encontros de apresentação destes documentos para equipes de técnicos da região convidados pelo COREDE-SUL, começando, a partir deste momento, o processo de ajuste do diagnóstico elaborado às contribuições apresentadas pelos agentes estratégicos do desenvolvimento da região sul.

A primeira reunião envolveu a equipe diretiva, o conselho fiscal e as comissões setoriais do COREDE-SUL. A segunda contou com a participação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento – COMUDES. A partir do roteiro elaborado juntamente com os COMUDES, foram realizadas nos municípios de: Arroio Grande, Canguçu, Pelotas e Rio Grande, no período de 13 a 22 de outubro de 2009, as Assembléias Microrregionais, para a apreciação e discussão do diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica. Estas Assembléias Microrregionais tiveram quatro momentos distintos: 1º) abertura oficial pela Presidente Selmira Milech Fehrenbach; 2º) uma palestra motivacional, proferida pelo economista Henrique Walner Alves Feijó; 3º) a apresentação do diagnóstico regional, pelo Economista Erli Soares Massaú; 4º) a discussão e identificação das potencialidades, limites, desafios e ameaças, sob a coordenação do Engenheiro Agrônomo, José Bruno Chies. Esta Análise Situacional contou com “a apresentação dos possíveis impactos em vista dos investimentos que estão ocorrendo na área portuária de Rio Grande,

bem como de outros localizados em diversos municípios da região” (CHIES, 2009, p.2).

A terceira etapa do processo de discussão e elaboração do Plano Estratégico da Região Sul foi realizada em 2010, com o propósito de estabelecer os Macro-Objetivos Regionais. Mais uma vez foram chamados técnicos e lideranças dos 22 municípios da Região que, baseados nos resultados da discussão anterior, apontaram as principais estratégias para o desenvolvimento da Região. Estas indicações foram sistematizadas pelo grupo de trabalho que fixou os grandes objetivos que deram origem aos Programas Regionais.

O presente documento, contendo o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul, está estruturado da seguinte forma: a) o primeiro capítulo apresenta uma síntese da fundamentação teórico-metodológica do processo de planejamento; b) o segundo, apresenta a Análise Situacional construída a partir dos dados levantados pelos técnicos e qualificado pelas contribuições acolhidas nos diferentes eventos realizados pela Equipe; e c) o terceiro capítulo apresenta o **planejamento estratégico para o desenvolvimento da Região Sul**, contendo a visão, missão, desafios e potencialidades, macro-objetivos, programas, projetos e ações.

Nos anexos, foram incluídas informações sobre os COREDES do RS: Lei de criação, Decreto de regulamentação, Declaração de Princípios, o texto “O que são e como funcionam os COREDES”, que responde a algumas questões sobre a estrutura e o

funcionamento dos COREDES e alguns registros fotográficos das reuniões realizadas para a discussão do Plano Estratégico. Em forma digital, consta um CD, contendo dois documentos: o “Diagnóstico Técnico da Região Sul”, que serviu de embasamento para a análise situacional e definição dos macro-objetivos regionais e o presente volume: Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul do RS. Ainda, acompanha este documento, um encarte contendo uma síntese do referido Plano.

É importante reforçar que o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul do RS foi elaborado a partir de um profundo estudo dos diferentes dados e estudos existentes, mas enriquecido pela análise e contribuições das instituições e dos agentes estratégicos do desenvolvimento da região, participantes das reuniões de planejamento, por meio da mobilização das Diretorias do COREDE-SUL e COMUDES. A importância deste processo de planejamento participativo é defendida por Nunes: “Embora complexas, as transformações estruturais demandadas pela sociedade e economias regionais precisam ser pactuadas previamente entre os agentes sociais, políticos e econômicos, sem o que sua efetiva implementação não se viabiliza” (NUNES, 2007, p. 4).

Finalmente, destaca-se que este plano não representa um documento fechado ou concluído. O processo de desenvolvimento é dinâmico. Portanto, este documento precisa ser periodicamente discutido e atualizado, mas o mais importante é que a região passa a contar com um instrumento de planejamento, legítimo e consistente,

que irá orientar a construção dos documentos e demandas do COREDE para o desenvolvimento da Região Sul.

1 FUNDAMENTOS E TÉCNICAS DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Erli Gomes Massau³

Ao longo do tempo, o planejamento se desenvolveu em decorrência do surgimento das cidades e do processo de industrialização que deslocou massas de aldeões para as áreas urbanas. Outro indutor do planejamento foi a necessidade de organizar a sociedade urbana, o que exigiu a intervenção do Estado na promoção do bem-estar comum e, por último, pode-se citar o surgimento do estudo da economia como uma área do conhecimento que surgiu para melhor se conhecer o mercado e melhor organizá-lo.

O diagnóstico a seguir exposto “diz respeito ao levantamento de informações fundamentais para deliberar sobre opções consistentes visando propor oportunidades ao desenvolvimento de um determinado espaço” (SIENDENBERG, et al., 2009).

São objetivos gerais e metas específicas do diagnóstico elevar os níveis de renda e de bem estar da comunidade através da ordenação sistemática do conjunto de decisões e objetivos, a menores custos e com maior rapidez. Sendo assim, busca-se desenvolvimento

³ Graduado em Economia, pela Universidade Católica de Pelotas, Pós-Graduado em Administração de Empresas, Desenvolvimento Regional e Elaboração e Análise de Projetos. Atua como Gerente do Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria- ITEPA, da Universidade Católica de Pelotas-UCPel.

econômico, ou seja, crescimento da riqueza regional com melhor distribuição entre os cidadãos.

São fases do diagnóstico:

- a) decisão de planejar;
- b) montagem da equipe técnica qualificada;
- c) elaboração do plano em si com o uso dos instrumentos técnicos adequados de planejamento local e regional.

O planejamento representa também uma forma de a sociedade induzir metas sobre o futuro, rejeitando a resignação e partindo para iniciativas que definam seu destino. Enfim, é a gestão de um espaço territorial em determinada época.

Do ponto de vista institucional, as atividades de planejamento requerem apoio político, compreensão e participação popular, fundamentação legal adequada, estabilidade, força e prestígio do Governo.

Todo planejamento, desde o diagnóstico até sua execução, apresenta três desafios principais: “a) determinação dos fins a serem atingidos; b) criação de estratégias para viabilização e c) coordenação e controle” (SIENDENBERG, et al., 2009).

1.1 BASES DO PLANEJAMENTO

O desenvolvimento deriva de um diagnóstico que compreenda uma leitura bem feita do passado do território em questão e se constitua uma base factual, estatística e histórica. Nesta

linha de raciocínio, o planejamento propriamente dito é um prognóstico sobre o comportamento futuro do território no curto, no médio e no longo prazo.

A dimensão técnica se materializa na figura de um diagnóstico, ao passo que a dimensão política configura um prognóstico. De maneira simplificada pode-se dizer que o ponto de partida para a elaboração de um PLANO de DESENVOLVIMENTO é o diagnóstico, que compreende uma análise do passado do território em questão e se constitui numa base factual, estatística e histórica [...]. O planejamento propriamente dito é um prognóstico sobre o comportamento futuro do território, que se fundamenta, por um lado, em previsões ou projeções de tendências visualizando as potencialidades ou possibilidades de desenvolvimento e identificando os fatores que limitam ou restringem essas possibilidades. Ainda de acordo com Holanda (1983), se a extrapolação da projeção do passado apresenta resultados satisfatórios e se não existem fatores que justifiquem uma alteração dessa tendência, não há necessidade de planejamento. [...] Por outro lado, o prognóstico também se configura como uma revisão de projeções à luz de diretrizes e políticas que expressam os desejos e as aspirações da comunidade. A formulação destas diretrizes está associada à definição de objetivos e instrumentos da política de planejamento. [...] Os objetivos finais (ou básicos) normalmente são expressos apenas de forma qualitativa e sintetizam a essência da política proposta no plano. Já os objetivos derivados geralmente são expressos de forma mais pormenorizada e em termos quantitativos. [...] Quanto à classificação dos instrumentos da política de planejamento há que se diferenciar o grau de generalidade ou de especificidade dos mesmos, bem como a maior ou menor influência dos instrumentos sobre a natureza, a estrutura e o funcionamento dos mecanismos de mercados, (SIENDENBERG, et al., 2009).

O planejamento propriamente dito é um prognóstico sobre o comportamento futuro do território.

O planejamento pode ser de curto, médio e longo prazo e nacional, regional e local.

O plano é uma forma mais específica de orientação e supõe a adoção de uma política econômica como um todo. O programa é a orientação de um empreendimento específico dentro de um setor qualquer.

1.2 DILEMAS

Para Daland (1967, p.80-83) apud Siendenberg, todo o planejamento apresenta dilemas tanto na elaboração como na execução:

- a) A questão é saber como se processará a mescla de demandas locais ou regionais com diretrizes institucionais.
- b) A quem caberá a decisão final em assuntos importantes de planejamento. Nas instituições centrais ou nas instituições regionais.
- c) Devem os planejadores profissionais serem os mesmos a implantarem o plano? O livre jogo de forças racionais com as forças irracionais não pode ser desprezado e depende da confiança da elite política nos planejadores, da imagem pública desses planejadores e nas suas habilidades administrativas.
- d) Considera-se que no planejamento a coerção entre a participação dos que planejam e os que devem implementar seja favorável.
- e) É aconselhável que haja representatividade de elementos oriundos de diversas áreas.
- f) É necessária a atuação dos fatores técnicos e políticos atuantes no processo de planejamento e na sua implantação.

1.3 PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Para Siendenberg (2009),

[...] a participação é um processo de conquista e uma construção organizada de emancipação social que se relaciona à individualidade, legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência da gestão pública(p. 25).

A participação social é algo que não pode ser descentralizada: ela simplesmente ocorre, “... não existe participação imposta, concedida ou doada” (DEMO, 1991, p.35 apud SIENDENBERG, et al., 2009, p. 26)).

[...]Já a cidadania, a exemplo de outros conceitos comumente utilizados nas ciências sociais, é um termo clássico que se encontra em constante mutação. [...] Não é uma definição estanque, delimitada, mas sim, um conceito que vem assumindo várias conotações ao longo da história (SIENDENBERG, et al., 2009, p. 27).

Na concepção de Dallari (1998, p.14) apud Siendenberg, cidadania, hoje, expressa um conjunto de direitos que dá a pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

1.4 MACRODIMENSÕES DAS ETAPAS⁴

O ponto de partida no DIAGNÓSTICO é a utilização da matriz FOFA e a necessidade de, ao final do processo, detalhar programas, projetos e ações concretas que são senso comum ao planejamento estratégico territorial.

Diferenças operacionais dizem respeito a alguns instrumentos intermediários do processo que encontram respaldo em metodologias consolidadas em maior ou menor grau. Sem dúvida, alguns dos instrumentos operacionais que configuram metodologias são capazes de propiciar excelentes resultados, porém, sempre sob determinadas condições de disponibilidade de tempo, conhecimento técnico e de capacidade didática, sobretudo quando os processos de planejamento envolvem os mais variados órgãos públicos com diferentes níveis de compreensão e interesse.

1.5 MICRODIMENSÕES DAS ETAPAS⁵

Esta fase se refere à fonte dos dados e a sistematização desses dados. A relação a seguir segue a orientação do roteiro básico estabelecido pelo documento FUNDAMENTOS E TÉCNICAS DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL – Orientações para o processo

⁴ DIETER: Diretor R Siendenberg (org.), Sérgio L. Allebrant, Pedro L. Büittenbenda e Paulo A Frizzo.

⁵ Id, ibidem

de Planejamento Estratégico Regional dos COREDES-RS – Ijuí, RS, maio de 2009.

Nesta primeira fase, o COREDE-SUL estará usando pessoal técnico treinado para a orientação de fonte primárias e secundárias que permitam traçar, sistematizar a caracterização social e econômica de cada município. Trata-se, basicamente, da obtenção de um conjunto de dados quantitativos, explicativos dos municípios pertencentes ao COREDE-SUL e de todo o território do Conselho.

Mesmo seguindo a orientação geral de elaboração é preciso ressaltar que o diagnóstico do COREDE-SUL tem características que lhe são específicas.

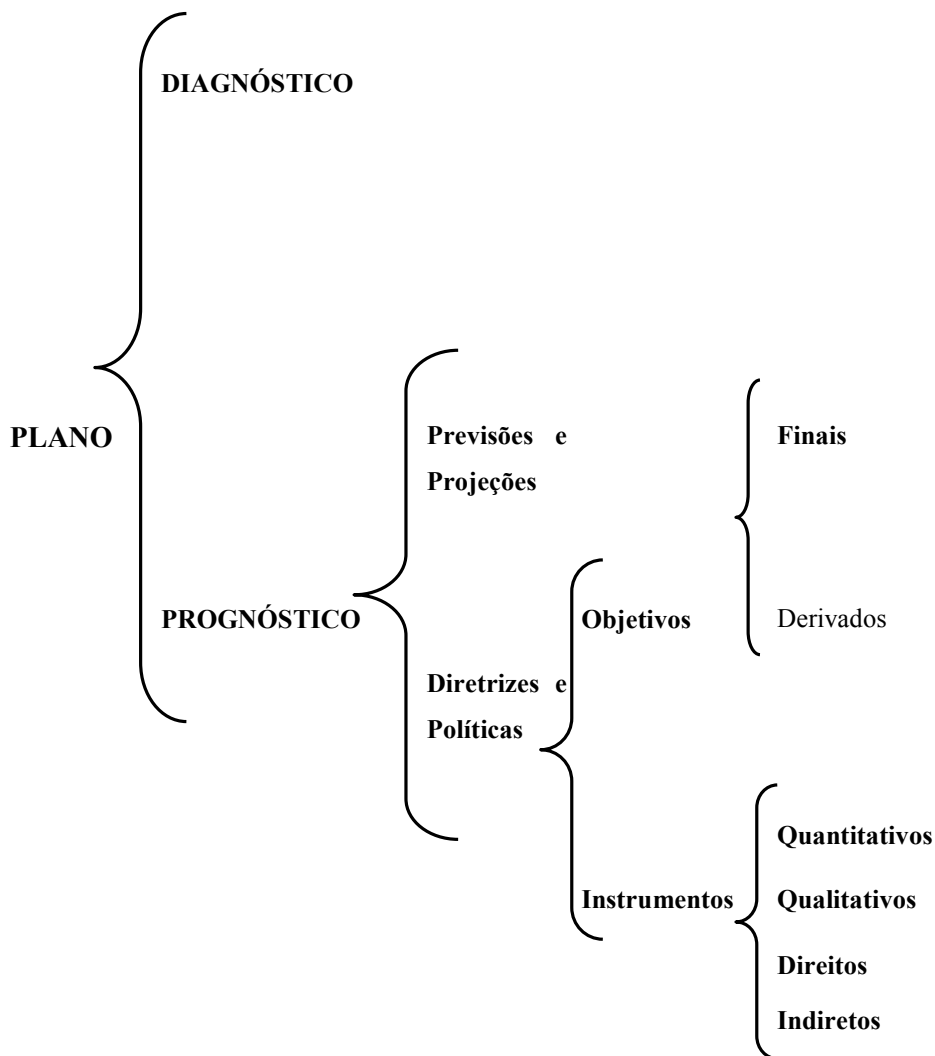


Figura 1 – Orientações para o planejamento.

Fonte: Holanda, 1983:39 apud (Sienderberg, et al., 2009, p.19)

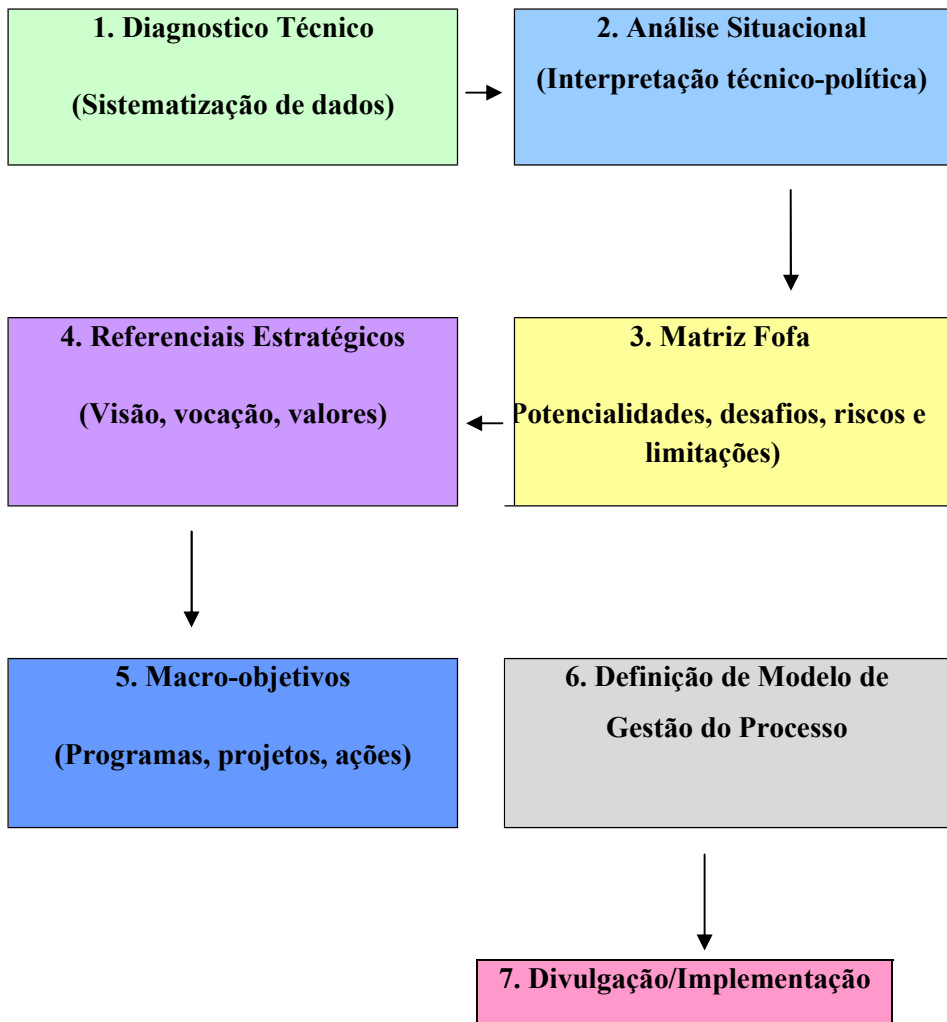


Figura 2 – Planejamento estratégico.

Fonte: Holanda, 1983:39 apud Sienderberg, et al., 2009, p30)

2 ANÁLISE SITUACIONAL DA REGIÃO

O diagnóstico a seguir trata de uma análise técnica, numérica, resume o que vai exposto no Diagnóstico Técnico (CD ANEXO) e servirá de embasamento à definição dos projetos estruturantes de interesse da região do COREDE SUL.

Tabela 1 - O COREDE-SUL é composto por 22 municípios que ocupam uma área de aproximadamente 36 mil km²

Municípios	Latitude Graus	Longitude Graus	Altitude Sede (m)	Área km ²	Formação	
					Lei	Data
A. Ferrador	30°52'42"	52°15'27"	140	506,60	8.625	12/05/1988
Arroio Grande	32°14'15"	53°05'13"	22	2.544,80	843	24/03/1873
Arroio do Padre	31°26'34"	52°15'19"	290	124,32	10.738	17/04/1996
Canguçu	31°23'42"	52°40'32"	386	3.520,60	340	28/01/1857
Capão do Leão	31°45'48"	52°29'02"	21	784,00	7.647	03/05/1982
Cerrito	31°51'23"	52°48'46"	50	461,50	10.656	28/12/1995
Chuí	33°41'28"	53°27'24"	22	200,70	10.666	28/12/1995
Herval	32°01'25"	53°23'44"	287	2.798,30	1.326	20/05/1881
Jaguarão	32°33'58"	53°22'33"	26	2.070,90	-	06/07/1832
Morro Redondo	31°35'18"	52°37'55"	245	247,10	8.633	12/05/1988
Pedras Altas	31°43'58"	53°35'02"	316	1.376,69	171/2002	17/12/2002
Pedro Osório	31°06'25"	50°55'16"	31	598,50	3.735	03/04/1959
Pelotas	31°46'19"	52°20'33"	17	1.647,90	Espec.	07/12/1835
Pinheiro Machado	31°34'42"	53°22'52"	439	2.549,00	11.132	02/05/1878
Piratini	31°26'53"	53°06'15"	349	3.562,50	-	15/12/1830
Rio Grande	32°02'06"	52°05'55"	5	2.835,80	Provincial nº5-	27/06/1835
S. V. do Palmar	33°31'08"	53°22'05"	23	5.242,70	808	30/10/1872
S. da B. Vista	30°52'19"	53°06'55"	306	1.461,90	5.029	17/09/1965
São J. do Norte	32°00'53"	52°02'30"	4	1.135,30	-	25/10/1831
São L. do Sul	31°21'55"	51°02'30"	-	2.028,30	1.449	26/04/1884
Tavares	31°24'56"	51°11'34"	15	604,26	7655	12/05/1982
Turuçu	31°25'18"	52°10'42"	255	286,10	10.649	28/12/1995
Total Zona Sul				36.587,70		

Fonte: IBGE.

A região do COREDE-SUL vem, nos últimos cinco anos, experimentando um desenvolvimento acelerado que trará mudanças em todos os segmentos produtivos com consequências positivas acompanhadas de necessidades sociais que precisam ser supridas, para que não haja na região a quebra de parâmetros admissíveis de qualidade de vida.

São dezenas de projetos previstos, alguns em implantação, outros em tramitação burocrática e outros protocolados. Naturalmente que o conjunto desses projetos sofrerá mudanças nos próximos anos, com a confirmação de uns, a desistência de outros e o surgimento de projetos que não estavam previstos.

No momento, se tem uma ideia do volume total dos projetos, quase todos ligados ao município do Rio Grande, mas é impossível qualquer projeção exata dos efeitos positivos ou negativos que venham a ocorrer na região e, principalmente, em Rio Grande.

Tabela 2 – Investimentos previstos.

Investimento	Investimento US\$ milhões
<u>Energia</u>	
Candiota Fase C	450,0
Candiota Fase D	388,7
Seival 1	941,1
Seival 2	1.400,0
Eólica Santa Vitória do Palmar	95,3
Eólica Mostardas	119,1
<u>Vitivinicultura</u>	
Pomares/terras	46,5
Projeto/terras	146,7
<u>PAC</u>	
Infraestrutura	2.219,4
Porto do Rio Grande	235,3
<u>Economia de base florestal</u>	
Florestas	1.400,0
Indústrias	3.100,0
Operação	1.800,0
Sistema hidroviário	129,4
Terminal marítimo	70,6
<u>Fruticultura</u>	
Zona Sul	49,1
<u>Terminais privados</u>	
Diversos projetos	910,0
<u>Área retroportuária</u>	
Ampliações de empresas	50,3
Implantações	2.586,8
Total	16.138,3

Fonte: ITEPA

Aos valores acima deverão ser acrescidos investimentos cujos parâmetros ainda não estão determinados como: P55 e seis cascos para a Petrobrás, Rio Grande Fertilizantes, Fertilizantes Piratini, Fertilizantes Multifertil, Comercial OTM Ltda., Transportadora Augusta Ltda., Pexter Logística, Giovanella, Sul Trade – Transportes Integrados Ltda., e o Pólo madeiro/Mobiliário.

Informações, ainda não confirmadas, dão conta que o Pólo Naval receberá R\$3 bilhões em investimentos por parte da Petrobrás.

É preciso assinalar que os investimentos citados, conforme suas capacidades de densidade econômica gerarão multiplicadores de 1,9 a 3,9 em todas as demais atividades econômicas incluindo-se a agropecuária.

É evidente também que a construção civil terá um impulso que no momento é impossível calcular, o mesmo acontecendo com todos os itens de infraestrutura social e de infraestrutura pesada.

Além da construção civil e da infraestrutura, deve-se citar algumas das chamadas atividades indiretas: alimentação e alojamento, hotelaria, combustíveis, segurança, saúde, prestação de serviços de ofício, prestação de serviços burocráticos, setor financeiro, profissões liberais, serviços de informática, turismo e lazer e outras oportunidades.

Para o presente trabalho, calculou-se a geração de mais ou menos 190.000 empregos a partir dos investimentos da tabela acima. O cálculo foi feito com base em projetos de grande densidade econômica e grande volumes de matérias primas.

Os projetos escolhidos para cálculo foram: Vale do Rio Doce no Rio de Janeiro (aciaria), expansão da Petrobrás no Brasil e os projetos previstos para nossa região:

Previsão:	Vale	US\$ 2.500 bilhões
	Macaé	<u>US\$ 26.900 bilhões</u>
		US\$ 29.400 bilhões

Cada emprego direto gerado tem um custo de US\$ 154.736,84. Os cálculos conservadores preveem que para cada emprego direto sejam gerados mais 3 ou 4 indiretos.

Os investimentos previstos mais as atividades econômicas derivadas exigirão no mínimo 392 profissões, ofícios e práticas diferenciadas. O desenvolvimento previsto deve levar em conta os efeitos sociais e econômicos que transformarão o município do Rio Grande e toda a região.

2.1 ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS

A região do COREDE-SUL encontra-se no extremo sul do Brasil e possui, para a maioria dos municípios, uma boa distribuição pluviométrica, clima e solo favoráveis a dezenas de culturas e à pecuária. Assim, também uma rica fauna e flora com alguns animais e espécies de plantas com risco de redução de indivíduos e, até mesmo, de extinção.

Sua localização exata fica entre o rio Camaquã, a Lagoa Mirim e do litoral Sul até a região da Campanha⁶.



Figura 3 - Região Sul – Municípios

FONTE: Rumos 2015 - SCP, 2006.

⁶ Nos itens A.2, A.3, A.4 e A.5 do Diagnóstico Técnico estão descritos em detalhes as características dos aspectos físico-naturais.

Quanto ao solo/relevo, a região faz parte da área fisiográfica do Rio Grande do Sul denominada “Encosta do Sudeste”, abrangendo a encosta oriental da Serra dos Tapes e vai até as ondulações desta Serra em direção ao mar. Os municípios de Turuçu, São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar encontram-se numa faixa de planície bem definida. Os demais municípios que vão em direção ao oeste se encontram em área de relevo ondulado e em áreas de serra.

Segundo os estudos da Agência da Lagoa Mirim existem os seguintes tipos de solos: 1) Terras altas não rochosas; 2) Terras altas rochosas; 3) Colinas cristalinas; 4) Lombadas cristalinas; 5) Planície alta continental; 6) Planície média; 7) Lombadas; 8) Lombadas costeiras; 9) Planície costeira; 10) Planície baixa costeira; 11) Planície baixa de estuário; 12) Planície inundável; 13) Banhados marginais; 14) Banhados fluviais; 15) Terras baixas fluviais; 16) Matas fluviais; 17) Praia lacustre; 18) Dunas costeiras.

Na hidrografia, a principal característica da região é estar numa área pródiga em disponibilidade de água oferecida principalmente pela Laguna dos Patos, Canal São Gonçalo, Lagoa Mirim, Lagoa Mangueira, Rio Jaguarão, Rio Piratini, Rio Camaquã, e um número elevado de arroios.

Isto não significa que não haja problemas localizados de escassez de água para abastecimento de água potável.

As Lagoas dos Patos, Mirim e o Canal São Gonçalo são navegáveis em toda a sua extensão.

Os principais recursos minerais são: estanho, ouro, turfa, brita, calcário, tungstênio, concheiro natural, carvão, rochas ornamentais, molibdênio, granito rosado, metais pesados, titânio, coquina e zircônio.

Arroio Grande: calcário, pedra ornamental e estanho.

Jaguarão: estanho, ouro, turfa e brita.

Pedro Osório: calcário.

Pelotas: estanho, tungstênio, turfa e concheiro natural.

Pinheiro Machado: calcário, carvão e pedra ornamental.

Piratini: estanho, molibdênio, granito rosado e metais pesados.

Rio Grande: turfa, titânio e coquina.

Santa Vitória do Palmar: turfa e concheiro natural.

São José do Norte: turfa, concheiro natural, titânio e zircônio.

São Lourenço do Sul: estanho, turfa e pedra ornamental.

Tavares: concheiro natural

2.2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Entre 2004 e 2008, a população do COREDE-SUL se manteve praticamente estável: cresceu apenas 0,21%. Passou de 865.915 para 867.727. Em média, no período, Pelotas e Rio Grande responderam por 61,8% da população total da região. Pelotas teve

um aumento de 1,4% entre 2004/2008 e Rio Grande 1%. Arroio do Padre e Pedras Altas são os municípios de menor população.

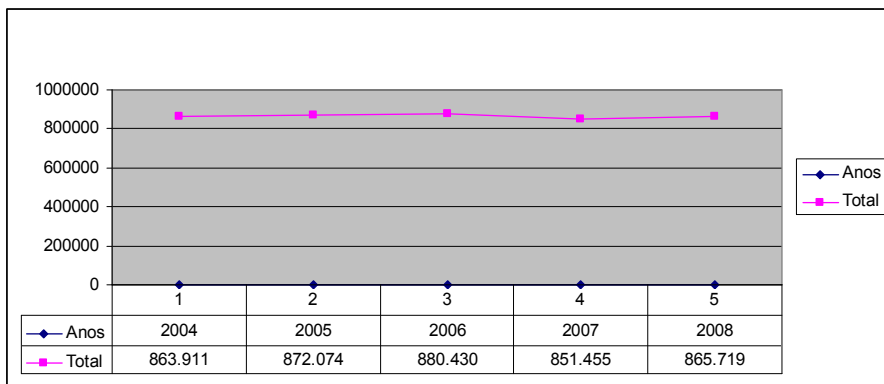


Figura 4 – População da Região

Fonte: ITEPA

Da população total (2007), 48,9 são homens e 51,1% são mulheres. A população rural varia de apenas 4,8% no Chuí para Arroio do Padre com 95,0%. Os dois maiores municípios da região, Pelotas e Rio Grande possuem taxas de urbanização elevadas: Pelotas 95,08% na cidade e apenas 4,92% no campo e Rio Grande 96,85% na cidade e apenas 3,15% no campo. Em média, a região tem 82,72% da população na cidade e 17,28% no campo.

Quanto às faixas etárias da população: 25,11% estão entre 0 e 14 anos, 39,63% entre 15 e 39 anos, 29,83% entre 40 e 69 anos e 5,35% com mais de 70 anos. Esta distribuição mostra que a população de crianças e adolescentes é elevada: 25,11%. Da mesma

forma, a região apresenta uma força de trabalho teórica de 69,45 (de 15 a 69 anos).

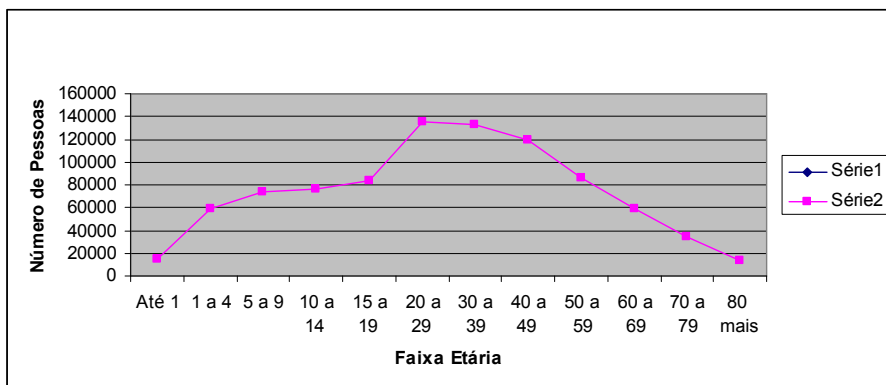


Figura 5 – População da Região - 2007

Fonte: ITEPA

Pelotas é o município com maior densidade demográfica 212,61 hab./km², seguida de Rio Grande com 70,02 hab./km². Os demais municípios apresentam densidades semelhantes à de outras cidades de pequeno porte do Rio Grande do Sul.

O número total de eleitores da região do COREDE-SUL é de 679.048. Homens são 306.933, mulheres são 329.541, analfabetos ambos os sexos são 30.481 e menores (ambos os sexos) são 12.093⁷.

Em 2007, 76,5% da população regional era de eleitores.

⁷ Tabelas e outras descrições ver Diagnóstico Técnico, item B.

2.3 GESTÃO ESTRUTURAL

2.3.1 Saneamento básico

O número de domicílios na região do COREDE-SUL é de 269.721 (ITEPA/UCPel). Do total de domicílios, 61,8% estão nos municípios de Pelotas e Rio Grande.

Quanto à forma de coleta de lixo, nota-se deficiência na maioria dos municípios. Pela ordem de coleta os municípios de melhor serviço são: Rio Grande com 95% do lixo coletado, Pelotas e Chuí com 93%, Capão do Leão, Jaguarão, Pedro Osório e Santa Vitória do Palmar, todos com coleta acima de 80%. Quanto ao destino do lixo coletado, todos os municípios apresentam sérias restrições.

Quando o tema é abastecimento de água, apenas dez municípios possuem abastecimento acima de 70% dos domicílios. São eles: Arroio Grande 80,27%, Capão do Leão 82,04%, Chuí 91,70%, Jaguarão 89,79%, Pedro Osório 90,76%, Pelotas 91,06%, Rio Grande 92,76%, Turuçu 100%, Pinheiro Machado 72,53% e Santa Vitória do Palmar 77,45%. Em todos os municípios existe ainda abastecimento por poço, nascente e outras formas (não descritas pelos municípios).

Quanto ao item banheiros/esgotos, todos os municípios possuem baixos índices de domicílios ligados a rede geral. A situação melhora pelo alto número de domicílios ligados a outros

tipos de esgoto. Municípios como Canguçu, Piratini, Santana da Boa Vista possuem elevados percentuais de esgoto a céu aberto. Outros municípios também se encontram em situação precária.

Dos 269.721 domicílios da região, 14.642 são inadequados por adensamento e 85.270 com carências ou algum tipo de deficiência. Isto significa que 37% dos domicílios regionais não apresentam condições ideais de moradia. O déficit habitacional é de aproximadamente 20 mil habitações, sem levar em conta aquelas habitações em mau estado. Pelotas e Rio Grande, em conjunto, possuem 52.869 habitações inadequadas, (ver item C.1 do Diagnóstico Técnico).

2.3.2 Energia

Os municípios da região consumiram em 2006, 1.133.131kW/h. Sem contar os chamados consumidores públicos o total de usuários chega a 340.049 unidades. Os consumidores residenciais correspondem a 24,00% dos consumidores totais, os industriais respondem por apenas 0,75%, os comerciais/serviços somam 5,70%, os rurais por 10,67% e serviço público responde por 55,13%.

A indústria possui fraca participação no número de consumidores e de consumo, (ver item C.2 do Diagnóstico Técnico).*

Quanto ao potencial energético da região do COREDE-SUL, não foi possível obter os dados a respeito. A Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica S/A – CGTEE não revelaram as informações solicitadas.

2.3.3 Comunicações

Do total de terminais fixos, mais de 70% estão nos municípios de Pelotas e Rio Grande. Em vários municípios, a deficiência de telefonia fixa é elevada.

Quanto aos serviços de comunicação, a região é servida por todos os sinais da TV aberta. Duas empresas de TV a cabo estão presentes em Pelotas e Rio Grande. Pelotas e Rio Grande também possuem estações fechadas de empresas locais, (ver item C.3 do Diagnóstico Técnico).

RÁDIOS = 31

JORNAIS = 96

2.3.4 Vias de transportes

A região é servida por ferrovia. Trata-se da linha Cacequi/Rio Grande com capacidade de tração de 600 a 1000 toneladas.

A ligação ferroviária direta entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e o Porto do Rio Grande é um dos mais evidentes elos faltantes da infra-estrutura de transportes do Estado. Através dela, seria possível reduzir a distância ferroviária da capital ao Porto do Rio Grande dos atuais 896 km para um pouco mais de 300 km, semelhante às ligações rodovias e hidroviárias (RUMOS 2015, 2006, p.220, v.2).

A Região é servida, também, pelas BR 101 que liga São José do Norte a Osório, a BR 116 que liga Porto Alegre a Pelotas e segue para Jaguarão, a BR 293 liga Pelotas a Bagé, Santana do Livramento, Quaraí e Uruguaiana, proporcionando ligação com o Uruguai e Argentina, a BR 392 que liga Rio Grande a Pelotas e segue para Santa Maria e até o norte do Estado e a BR 471 que liga Pelotas e Rio Grande a Santa Vitória do Palmar e a Chuí pela intersecção com a BR 392.



Figura 6 – Rodovias Federais da Região

Fonte: Secretaria Estadual de Transportes, 2006 – RUMOS 2015

Deve ser enfatizado que uma maior integração com o Uruguai e Argentina pelos acordos do Mercosul acarretará um volume maior de tráfego na parte sul da BR 116, devendo ser observadas as travessias do Canal São Gonçalo por ponte em Santa Isabel e da Barra de Rio Grande em direção a São José do Norte. Esta última, uma ligação com a BR 101, seja por túnel ou por ponte.

Além das rodovias federais, existem mais de 16.000km de estradas estaduais e municipais, formando uma malha que possibilita o escoamento da produção.

Quanto a hidrovias, a região é servida pela Laguna dos Patos, Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo, rotas totalmente navegáveis.

De pequeno porte, localizado às margens da Lagoa Mirim, o Porto de Santa Vitória do Palmar destina-se a pequenas embarcações de carga e de turismo. Já o Porto de Pelotas, localizado no canal São Gonçalo, possui um cais com extensão de 500 metros e um calado de 17 pés, numa bacia de evolução de 159 metros de largura e 6 metros de profundidade. Atualmente, estão sendo feitos estudos para que o Porto de Pelotas seja operacionalmente auxiliar do Porto de Rio Grande.

O Porto de Rio Grande, atualmente considerado o segundo do país em contêineres, é o principal escoadouro dos produtos manufaturados e agropastoris do Estado, destacando-se a soja, o trigo e cargas containerizadas. O porto conta com uma área de extensão entre a 2ª e 4ª seção da Barra dispondo de áreas especializadas para cargas específicas. Os investimentos em andamento estão modernizando e adequando a infraestrutura e ensejando a implantação de novos empreendimentos.

No Porto do Rio Grande, há a limitação da operação de navios de maior porte, devido ao calado de 30 pés. Apesar disso, é o terceiro porto do Brasil em movimentação de cargas e o segundo na

movimentação de contêineres. A questão logística é fundamental, uma vez que 94% da atividade industrial e 89% da atividade agropecuária do Estado estão em regiões localizadas a mais de 3 horas por rodovia do Porto do Rio Grande. Em função disso, atualmente a maior parte da carga industrializada e boa parte dos grãos agrícolas são transportadas até o porto por rodovia, gerando congestionamentos, principalmente nas épocas de safra. Existe um grande potencial no uso da hidrovia para o escoamento de boa parte dessa carga, pois a distância hidroviária entre os portos de Porto Alegre e Rio Grande é quase idêntica à distância rodoviária (RUMOS, 2015, 2006, P219 V2).

Estrategicamente, o Porto de Rio Grande é mais bem localizado do que os portos de Buenos Aires e Montevideu, razão porque é denominado de porto do MERCOSUL.

O porto velho de Rio Grande conta com um cais de 630 m, enquanto o porto novo possui um cais de 1.900 m. com calado de 20 pés, (está em aprofundamento).

No item das aerovias, os municípios de Pelotas e Rio Grande possuem aeroportos que operam quatro voos diários para Porto Alegre com conexões para todo o Brasil e o Exterior, (ver item C.4 do Diagnóstico Técnico).

2.3.5 Meios de transporte

Em 2007 circulavam pela região quase 300 mil veículos de todos os tipos. É provável que atualmente este número já tenha sido superado. Todos os municípios são atendidos por linhas de ônibus. Pelotas detém uma frota de 116.165 veículos e Rio Grande uma frota de 63.157, (ver item C.5 do Diagnóstico Técnico).

2.3.6 Habitação e urbanismo

Com exceção de Pelotas e Rio Grande, os demais municípios não souberam informar ou não tem levantamentos confiáveis quanto ao número de favelas.

Dentro do conceito de favelas utilizado pelo município de Pelotas existem apenas cinco favelas, mas muitos núcleos de sub-habitações. Rio Grande afirmou haverem sete áreas consideradas favelas e também muitos núcleos de sub-habitações.

Na região, existem 99.912 sub-habitações. Aproximadamente 61.503 pessoas não possuem moradia ou domicílio fixo.

Quanto aos itens: áreas de preservação, praças e parques, quadras de esporte, campos de futebol e centros de convivência, com algumas exceções, todos os municípios estão mais ou menos equipados. É preciso que se registre que os números fornecidos pelas

prefeituras são muito díspares entre um município e outro, portanto os interessados nesses itens devem confirmá-los.

Quanto ao tratamento de esgotos, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande e Pedras Altas afirmaram não haver estações. Canguçu, Herval, Jaguarão, Pelotas, Pinheiro Machado, Rio Grande, São José do Norte, Tavares e Turuçu afirmaram possuir estações. Os demais municípios são atendidos pela CORSAN, mas não forneceram informações. Pelotas e Rio Grande são os municípios melhor servidos.

Com exceção de Amaral Ferrador, Arroio do Padre e Chuí, os demais municípios afirmaram possuir aterro sanitário. Dez municípios afirmaram possuir aterros ditos “precários”, (ver item C.6, Diagnóstico Técnico).

2.3.7 Resíduos sólidos

A região elegeu o tema “Resíduos Sólidos” como prioritário, por tratar-se de assunto que afeta a todos os Municípios e, como consequência, precisa de uma solução urgente. A par disso, mais de seis Municípios da região estão com Termo de Ajuste de Conduta, firmado com o Ministério Público, por saturação ou ausência dos Aterros Sanitários e destinação do lixo para o Município de Minas do Leão, cuja solução além de elevado custo não atende a logística ideal dos Resíduos Sólidos.

Outros municípios vêm enfrentando dificuldades na localização adequada do Aterro Sanitário. Diante disso, durante recente Seminário Regional sobre Resíduos Sólidos, promovido pela FUNASA e com o apoio da Associação dos Municípios da Zona Sul e do Consórcio Público do Extremo Sul, numa reflexão e discussão, que reuniu a maioria dos Prefeitos e Secretários Municipais de Meio Ambiente e acompanhados por técnicos das Universidades da região e do Estado, ficou decidida a designação de um GRUPO DE TRABALHO, constituído por Prefeitos e Técnicos da região, para, a curto prazo, ser apresentado um PLANO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, capaz de identificar um ou mais locais para a implantação de ATERRO SANITÁRIO, que atenda a demanda da região, além de todos os aspectos legais, econômicos e ambientais, provenientes deste estudo. Além disso, o Grupo de Trabalho estudará outras alternativas de encaminhamento do problema, entre elas a da COLETA SELETIVA, APROVEITAMENTO DE 90% DO LIXO, como também, a implantação de USINAS GERADORAS DE ENERGIA, a partir do lixo produzido na região, que somado ao de Pelotas e Rio Grande, atinge mais de 500 toneladas/dia de lixo nos 22 Municípios da Zona Sul.

2.4 GESTÃO ECONÔMICA

2.4.1 Estrutura fundiária

A estrutura fundiária da região do COREDE-SUL se fragmentou levemente entre 1996 e 2006. O número de estabelecimentos em 1996 era de 34.966 e em 2006 era de 36.280. Um aumento de 1.314 propriedades. A área se reduziu em 188.263 hectares. Isto implica dizer que, em 1996, a área média por estabelecimentos era de 72,88 e, em 2006, era de 65,05 hectares.

O município de maior número de estabelecimentos é Canguçu.

Em 1996, eram 9.215 propriedades com uma área média de 34,16 hectares. Em 2006, o número de estabelecimentos aumentou para 9.947 e a área foi reduzida para 267.265 hectares. Assim, a área média por propriedade ficou reduzida para 26,87 hectares, (ver item D.1.1, Diagnóstico Técnico).

2.4.1.1 Lavouras permanentes e temporárias

Os levantamentos da produção e da área das lavouras temporárias e permanentes foram obtidos levando em conta apenas os produtos considerados principais para a região. Assim, as relações com a produção e área plantada do estado foram elaboradas com os mesmos produtos.

Os produtos considerados foram: arroz irrigado, arroz de sequeiro, milho, batata-inglesa, cebola, trigo, soja, sorgo, feijão, alho,

aveia, fumo, tomate e mandioca. As lavouras permanentes (pomares) foram pêssigo e laranja. No último ano de produção, foi incluída a produção de uvas que vem se expandindo na região.

É preciso registrar que todos os municípios cultivam diversos outros produtos, principalmente, hortifrutigranjeiros.

Entre 2000 e 2008, as lavouras temporárias da região do COREDE-SUL tiveram altos e baixos e permaneceram mais ou menos estabilizadas pois as variações não foram de grande monta. Em 2000, a área plantada era de 373.574 ha e, em 2008, era de 391.082 ha. No mesmo período, a produção gaúcha teve um crescimento linear: passou de 6.651.412 ha a 7.766.832 ha. Entre 2000 e 2008, a produção da região do COREDE-SUL participou entre 5,03% (2008) a 6,18% (2004) da produção gaúcha, (ver D.1.2 do Diagnóstico Técnico).

Quanto às culturas permanentes, na região do COREDE-SUL, no período em tela, ocorreu variação acentuada para menos nos anos 2003, 2004 e 2005, se recuperando nos três últimos anos do período. Na participação em relação ao total produzido no Rio Grande do Sul, a região também flutuou acentuadamente. Em 2000 e 2001, teve altas participações: 18,72% e 24,76% respectivamente, mas caiu nos quatro anos seguintes e recuperou os níveis iniciais nos três últimos anos da série.

Tabela 3 - Evolução das lavouras temporárias e lavouras permanentes, em área plantada, da região do COREDE-SUL em relação as áreas (ha) plantadas do Rio Grande do Sul.

Lavouras Temporárias	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rio G. do Sul	6.651.412	6.850.479	5.580.866	7.729.490	7.039.728	8.284.234	7.593.037	7.501.854	7.766.832
Corede- Sul	373.574	378.632	325.940	406.202	434.965	436.195	459.705	403.548	391.082
%Corede/RS	5,62	5,52	5,84	5,25	6,18	5,26	6,05	5,38	5,03
Quociente locacional	17,8/1	18,0/1	17,1/1	19,0/1	16,2/1	18,9/1	16,5/1	18,6/1	19,8/1
Permanentes									
Rio G. do Sul	46.305	39.763	104.328	67.078	62.350	63.730	48.147	45.822	44.565
Corede- Sul	8.671	9.845	9.371	4.076	4.118	4.115	9.879	10.006	9.626
%Corede/RS	18,72	24,76	8,98	6,08	6,6	6,46	20,33	21,84	21,6
Quociente locacional	5,3/1	4,0/1	11,1/1	16,4/1	15,1/1	15,5/1	4,9/1	4,8/1	4,6/1

Fone Inicial: IBGE, ajustes e cálculos de responsabilidade do COREDE-SUL.

Quociente: RS ex: ano 2000 – para cada hectare plantado na região do COREDE-SUL foi plantado 17,8 de lavoura temporária no Rio Grande do Sul

Assim, como principais lavouras da Região aparecem, o arroz, o feijão, o milho, a soja, a batata inglesa, a cebola, enquanto na fruticultura o destaque é o pêssego e em expansão a uva.

2.4.1.2 Pecuária

Na pecuária foram observados três anos 2005, 2006 e 2007. Na região do COREDE-SUL o plantel de bovinos se manteve estável nos dois primeiros anos, 1.790.555 cabeças e 1.747.894 cabeças respectivamente. Em 2007 o plantel teve um aumento de 3.27% em relação a 2006. O plantel gaúcho teve uma queda acentuada de 7.665.820 cabeças em 2007 em relação a 2005. Assim, a participação regional no plantel gaúcho que em 2005 era 8.45% em 2007 chegou a 13,35%, (ver item D.1.3, Diagnóstico Técnico).

Na suinocultura, o plantel regional se manteve estável no período, enquanto o plantel do Rio Grande do Sul teve uma queda de 1.653.690 cabeças entre 2005 e 2007. O plantel do COREDE-SUL teve sua participação levemente aumentada em relação ao plantel estadual.

Na ovinocultura, o plantel regional passou de 741.198 para 593.621 em 2006 e se recuperou em 2007 atingindo 824.474 cabeças. O plantel gaúcho apresentou o mesmo perfil. Forte queda em 2006 e recuperou em 2007, (ver item D.1.3 do Diagnóstico Técnico).

Na produção de leite, a região flutuou de 126,5 milhões de litros em 2005, para 148,2 milhões em 2006 e caiu para 122,6 milhões de litros em 2007. Na produção gaúcha a queda foi muito acentuada. Em 2005, o Estado produziu 4,2 bilhões de litros e, em 2007, somente 2,9 bilhões, (ver item D.1.3, do Diagnóstico Técnico).

A produção de lã caiu 33,8% na região em 2007 em comparação com 2005, embora tenha aumentado em 2006. No Estado, o fenômeno se repetiu, forte queda em 2007, aproximadamente 25,7%, (ver D.1.3, Diagnóstico Técnico).

A região se destaca na pecuária de bovinos de corte, suínos, ovinos, e, como produtora de leite e lã.

2.4.2 Setor secundário

No setor industrial, predominam os produtos alimentares, construção civil, minerais não metálicos, metalurgia e madeira.

2.4.3 Setor terciário

O comércio atacadista e varejista é grande gerador de emprego e de renda e a estrutura de serviços é diversificada com acentuada presença dos setores da saúde, educação e financeiro.

2.4.4 Mercado de trabalho

Os itens D.2 e D.3 do Diagnóstico Técnico tratam do número de empresas e empregos por tipo de empresas. Os dados a seguir resumem o panorama empresarial da região do COREDE-SUL.

São 37.702 empresas industriais e comerciais com um pessoal ocupado de 142.403 das quais 106.147 são assalariados. O total dos salários, nestas empresas, é da ordem de R\$ 1,2 bilhões em 2005. A atualização pode ser feita pelo INPC ou por outro indicador que o interessado escolher, (ver Diagnóstico Técnico, itens D.2, D.3 e D.4.2).

Para observação de pessoas admitidas e demitidas adotou-se os anos de 2005 e 2008 (únicos com números confiáveis). Nota-se que empregados legalizados passou de 106.147 em 2005 para 236.366, ou seja, um incremento de 122,7%. Este aumento decorre dos inúmeros investimentos que estão se consolidando na região como o pólo naval, seis projetos de energia, ao pólo de economia florestal e outros.

Na indústria, os empregos formais são 20.074 e no comércio/serviços são 84.073 (ver item 4.2, do Diagnóstico Técnico).

2.4.5 Índice de desemprego da região

A região possui aproximadamente 400 mil pessoas economicamente ativas. Deste total, 236 mil são empregados com carteira assinada (59%). A força de trabalho é de 66% da população total. O índice de desemprego da região é de 43% da força de trabalho em relação a PEA e de 19,9% em relação a população total. É preciso registrar que a força de trabalho (de 14 a 69 anos) inclui mais de 50% de pessoas que não estão a procura de emprego. São jovens que estudam e não trabalham, donas de casa, pessoas com mais de 70 anos e aposentados.

Como estas categorias correspondem a 7% da força de trabalho, o índice de desemprego é de **12,9%**.

2.4.6 Comércio exterior

Entre 1997 e 2005, a região exportou US\$(FOB)5.287.540.590,00 e importou US\$(FOB) 4.421,594.895,00 tendo um saldo positivo de US\$(FOB)865.945.69,00. O município de Rio Grande foi responsável por 88% das exportações e por 87% das importações (ver item D.5, do Diagnóstico Técnico).

No anexo II consta a balança comercial de todos os municípios da região que operaram no comércio exterior entre 1997

e 2005. Dos municípios do COREDE-SUL, quatorze tiveram operações internacionais.

2.4.7 Índice de retorno do ICMS

Do ano 2000 ao ano 2009, o Índice de Retorno do ICMS passou de 6.083,669 para 5.323804, isto significa uma queda próxima de 1 (uma unidade). Em média, os municípios de Pelotas e Rio Grande ficam com aproximadamente 45% do retorno (ver item D.6, do Diagnóstico Técnico).

2.4.8 Valor adicionado bruto

No conjunto dos municípios da região COREDE-SUL, a composição do VAB é de 20,23% da agropecuária, 37,44% da indústria e 42,33% de serviços/comércio. Na soma do período 2003/2006 a relação do VAB regional com a VAB do Rio Grande do Sul foi de 9,09% no setor agropecuário, 6,45% no setor industrial e 7,58% no setor comércio/serviços. A relação média dos três setores foi de 7,34% no período.

Pelotas tem forte participação do setor comércio/serviços, 60,49% e Rio Grande forte presença da indústria, 64,73%. A maioria dos demais municípios tem maior participação da agropecuária. O município do Chuí possui forte participação do comércio/serviços, 73,29%, (ver item D.7, do Diagnóstico Técnico).

2.4.9 Produto interno bruto

O PIB regional no período de 2001/2006 passou de R\$ 5,9 bilhões para R\$8,96 bilhões. O crescimento do período foi de 51%⁸. Pelotas passou de R\$1,8 bilhões, para R\$2,9 bilhões, Rio Grande passou de R\$2,2 bilhões para R\$3,5 bilhões, significa que o PIB de Pelotas cresceu 61% e o de Rio Grande cresceu 59%.

Pelotas e Rio Grande foram responsáveis por 67,39% do PIB regional em 2001 (ano de menor participação) e por 70,67% do PIB em 2006 (ano de maior participação). Canguçu, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul participaram com aproximadamente 4% cada um. Os demais municípios tiveram participações inferiores a 3%, sendo que a maioria participou com menos de 1% (ver item D.8, do Diagnóstico Técnico).

No período observado a região do COREDE-SUL participou de 5,4% (2005) a 6,8% (2003) do PIB do Rio Grande do Sul.

2.4.10 Indicadores de renda

A renda *per capita* média da região no período 2001/2006 oscilou para mais e para menos. O ano de menor renda *per capita* foi 2001 com R\$6.821,00 e o ano de maior renda foi 2003 com R\$9.621,00. Em 2006, a renda ficou em R\$7.267,00. Estes valores

⁸ Grande parte do alto aumento do PIB se deve a nova metodologia de cálculo do PIB que dá maior peso ao setor comércio/serviços.

estão bem abaixo da renda *per capita* média do estado que tem oscilado entre R\$13.000,00 e R\$15.000,00.

No entanto, a região tem municípios com rendas elevadas como Herval e Pedras Altas⁹ que em conjunto possuem renda superior a do estado, Morro Redondo, Rio Grande e Turuçu (antes do fechamento do curtume Lange).

Apesar dos baixos valores, a renda da maioria dos municípios cresceu no período observado, tendo como ano base 2001 (ver item D.9, do Diagnóstico Técnico).

O estudo da distribuição de renda por faixas salariais mostra que a maioria da população regional recebe até 2 salários mínimos. Os municípios com pessoas de menor renda são Arroio Grande 71,94%, Cerrito 72,67%, Herval 75,16%, Piratini 75,89%, Santana da Boa Vista 82,01% e São José do Norte 77,48%.

Pessoas com ganhos de 2 a 5 salários mínimos, conforme o município, variam de 11,37% em Santana da Boa Vista até 27,81% em Capão do Leão. As pessoas que auferem renda mensal entre 5 e 10 salários mínimos variam de 5,05% em São José do Norte até 14,04% no Chuí. Entre 10 e 20 salários mínimos, o município com menor contingente é São José do Norte, 1,38% e o de maior número de pessoas é Pelotas com 7,03%. Por fim, com renda maior do que 20 salários mínimos, encontram-se o município de Pelotas, 3,56% das pessoas, e Rio Grande com 2,56%. Os municípios com o menor

⁹ Colocamos em conjunto porque Herval antes da emancipação possuía uma renda elevada, o que acontece com Pedras Altas.

número de pessoas nesta faixa são Cerrito com 0,19% e São José do Norte com 0,49% (ver item D.9, do Diagnóstico Técnico).

Uma observação importante a ser feita é a distribuição relativa dos rendimentos dos chefes de domicílio.

Para este trabalho, dividiu-se a renda de municípios em 14 faixas. Desde domicílios que tem renda até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo até domicílios que têm renda superior a 30 salários mínimos.

Tabela 4 - Renda dos chefes de domicílios por faixas salariais

(em S.M)			
Faixas	Domicílios em %	Faixas	Domicílios em %
Até $\frac{1}{4}$	0,51	2 a 3	10,52
$\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$	2,48	3 a 5	11,39
$\frac{1}{2}$ a $\frac{3}{4}$	3,09	5 a 10	9,56
$\frac{3}{4}$ a 1	23,18	10 a 15	2,95
1 a $1\frac{1}{4}$	3,39	15 a 20	2,23
$1\frac{1}{4}$ a $1\frac{1}{2}$	7,68	20 a 30	1,53
$1\frac{1}{2}$ a 2	15,56	+ de 30	0,70
Total	-	-	94,77

Fonte: ITEPA/COREDE-SUL. Estratificação em salários mínimos (S.M)

Obs.: 5,23 sem renda.

A maior parcela de domicílios, 23,18%, possui a renda do chefe de $\frac{3}{4}$ a 1 salário mínimo. Nas faixas de 2 a 3 e 3 a 5, o percentual é de 21,91%. Nas duas faixas mais altas tem apenas 3,76 dos domicílios cujos chefes possuem mais de 15 salários mínimos por mês.

Por fim, registra-se que 5,23% dos chefes de domicílios declaram não ter renda (ver item D.9, do Diagnóstico Técnico).

A melhor distribuição da renda dos chefes de domicílios é encontrada nos municípios: Chuí, Pelotas, Rio Grande, Morro Redondo e São Lourenço do Sul.

2.4.11 Finanças públicas municipais

Quanto a despesas realizadas, os municípios da região do COREDE-SUL aplicaram em 2007 R\$736.199.084,69, sendo 90,7% de despesas correntes e 9,3% em despesas de capital. Em relação ao Rio Grande do Sul, os municípios do COREDE-SUL aplicaram 6,52% em despesas correntes e 4,89% em despesas de capital. No total de despesas, Pelotas aplicou R\$244 milhões e Rio Grande R\$172 milhões aproximadamente. Os dois municípios respondem por 56,50% das aplicações regionais (ver item D.10, do Diagnóstico Técnico).

Na arrecadação de impostos, os dois anos observados mostram que, no IPTU, a arrecadação regional caiu 5,87% em 2006 em relação a 2005. A redução ocorreu em quase todos os municípios. Naqueles em que a arrecadação não caiu, o crescimento foi muito pequeno. No caso do ISSQN houve aumento de 14,08% no âmbito regional. Com raras exceções, todos os municípios tiveram aumento na arrecadação deste imposto. No ITIBI houve 21,39% de aumento em âmbito regional. Quanto ao conjunto dos municípios não houve

uniformidade, isto é, houve redução de arrecadação em uns e aumento em outros (ver item D.10, do Diagnóstico Técnico).

A arrecadação do ICMS, imposto mais importante para os municípios, foi observada no período de 2006/2008.

A arrecadação da região em 2006 foi de R\$358,3 milhões, subiu para R\$455,5 milhões em 2007 e caiu para R\$ 376,3 milhões em 2008, muito provavelmente em decorrência da crise mundial.

A maior arrecadação é do município do Rio Grande que, no entanto, teve uma séria redução em 2008 em relação aos anos anteriores. Em Pelotas, segundo município em arrecadação, os valores subiram pouco de ano para ano. Quase todos os municípios tiveram pequenos aumentos. A queda do total regional ficou por conta do município do Rio Grande que viu a arrecadação de 2008 cair R\$ 114,4 milhões em relação a 2007 (ver item D.10, do Diagnóstico Técnico).

A arrecadação do IPVA no período 2006/2008 passou de R\$42,6 milhões para R\$57,8 milhões na região. Um aumento de 35,68%. O município de Pelotas, sozinho, arrecada 50%, enquanto Rio Grande arrecada mais ou menos 26% (ver item D.10, do Diagnóstico Técnico).

A arrecadação do IPI na região teve um salto elevado de 2006 para 2007. Passou de cerca de R\$29,7 milhões para R\$109,0 milhões, o que significa um incremento de 3,67 vezes. Naturalmente, foi o município do Rio Grande o principal arrecadador: passou de R\$26,1 milhões para R\$99,0 milhões um aumento de 3,79 vezes.

Após Rio Grande, vem Pelotas com uma arrecadação pequena, mas que cresceu 3,9 vezes. Com exceção de Pinheiro Machado, os demais municípios arrecadam muito pouco.

No Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, a região arrecadou, aproximadamente, R\$55,2 milhões em 2006 e R\$59,5 milhões em 2007. Foi um aumento de 7,78%. Pelotas e Rio Grande responderam por 89,13% da arrecadação regional em 2006 e por 86,91% em 2007. A arrecadação de Pelotas em 2007 foi superior a arrecadação do Rio Grande. Os municípios de Chuí, Pinheiro Machado, São José do Norte e São Lourenço do Sul tiveram arrecadações razoáveis quando comparados com os demais municípios (ver item D.10, do Diagnóstico Técnico).

No campo das transferências constitucionais e legais, o ano observado foi o de 2007. A transferência do FPM, FUNDEB, Setor da Educação e Lei Candir alcançou R\$258.628.509,00. Em números arrecadados, a arrecadação do FPM foi de R\$132,7 milhões, R\$109,4 foi do FUNDEB, R\$11,6 do Setor da Educação, e R\$4,9 milhões da Lei Candir. Como sempre, os principais municípios ficaram com a maior fatia dos valores totais. No FPM, Pelotas recebeu R\$22,2 milhões e Rio Grande R\$25,8 milhões, no Setor da Educação, Pelotas recebeu R\$3,7 milhões e Rio Grande R\$2,7 milhões e na Lei Candir, Pelotas recebeu R\$28,2 milhões e Rio Grande R\$23,6 milhões. Municípios como Canguçu, Jaguarão, Piratini, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte e São Lourenço do Sul tiveram

transferência acima da média dos demais municípios (ver item D.10, do Diagnóstico Técnico).

2.5 GESTÃO SOCIAL

2.5.1 Educação básica

O quadro educacional da região do COREDE-SUL é bom quando se analisa o cotejo da demanda e oferta de vagas nos níveis fundamental e médio. Mas existem problemas localizados, seja por falta de professores ou pelas más condições de alguns estabelecimentos.

No item matrículas iniciais na rede municipal, o número total de matrículas se manteve semelhante em 2004, 2005 e 2007: entre 60 mil e 80 mil matriculados.

Quanto a matrículas iniciais na rede estadual, o período observado variou de 94.822 matrículas em 2006 a 109.450 matrículas no ano inicial da série, em 2004.

A rede particular representa importante complemento para as redes municipal e estadual. No entanto, vem perdendo matrículas, o que já ocasionou o fechamento de escolas na região.

Em 2004 eram 43.383 matrículas iniciais em todas as modalidades. Em 2005, caíram para 42.208 e, em 2006 e 2007, as matrículas se reduziram aproximadamente em 21 mil matrículas.

Quanto ao número total de professores estaduais, em 2004 era 5.445, na região do COREDE-SUL. Informações não oficiais confirmam a manutenção aproximada deste número em 2007. Mas o mais importante é observar-se o número de professores em sala de aula.

Considerando as redes municipal, estadual, federal e particular, a região possui um número aproximado de 15.299 professores em todas as modalidades. A participação maior é de professores municipais.

Considerando a qualidade do ensino oferecido na região, observa-se pela análise do IDEB, (ver quadro e gráfico a seguir), que a maioria dos municípios da região está próxima ou acima da média do Estado do RS e mais ainda, houve um crescimento comparando o ano de 2005 com o de 2007.

Tabela 5 - IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Municípios	Anos Iniciais E.F.		Anos Finais E.F.	
	2005	2007	2005	2007
A. Ferrador	-	3,9	-	3,1
Arroio Grande	3,2	3,7	-	2,8
Arroio do Padre	-	4,2	3,8	2,5
Canguçu	3,6	4,5	4,4	3,7
Capão do Leão	3,0	4,0	2,6	3,2
Cerrito	-	-	-	4,0
Chuí	3,0	4,2	-	3,5
Herval	2,9	3,9	-	4,2
Jaguarão	3,1	3,5	2,4	2,5
Morro Redondo	4,0	3,8	-	3,5
Pedras Altas	-	3,8	-	3,8
Pedro Osório	2,0	2,9	-	2,8
Pelotas	3,6	3,2	3,2	2,9
Pinheiro Machado	3,0	3,5	-	2,7
Piratini	-	4,5	-	-
Rio Grande	3,2	3,9	3,2	3,3
S. V. do Palmar	3,6	4,0	2,9	3,1
S. da B. Vista	3,6	4,0	2,9	3,1
São J. do Norte	3,0	3,9	2,1	3,3
São L. do Sul	3,6	4,3	4,2	4,3
Tavares	-	-	-	-
Turuçu	-	4,2	3,2	3,5
Estado RS	4,2	4,5	3,5	3,7

Fonte: site do MEC

]

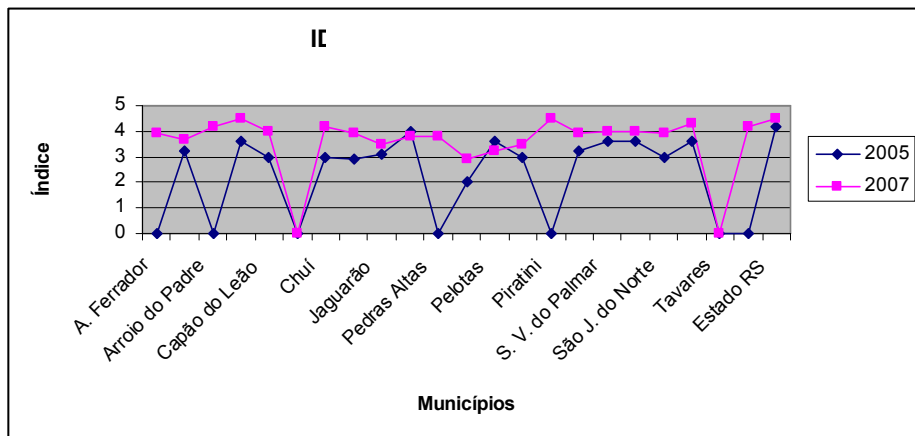


Figura 7 – IDEB Municípios da Região

Fonte: Observatório IFSUL

Quanto ao número de funcionários nas redes municipal, estadual, federal e particular, em 2004 eram 20.123. Deste total, 9.010 eram municipais, 7.693 eram estaduais, 2.545 eram particulares e 875 federais. Em 2005, o número total e por rede ficou mais ou menos estabilizado (ver item E.1, do Diagnóstico Técnico).

Em 2005, o número de estabelecimento da rede municipal em todas as modalidades era 799, na rede estadual era 386, na rede particular era 188 e na rede federal era 3 (ver item E.1, do Diagnóstico Técnico).

Sem as unidades de creches e pré-escola, o número de estabelecimentos é de 743.

Na região, o número de instituições de ensino especial em 2002 era 40 e, em 2005, 50 unidades.

A taxa de alfabetização média dos eleitores na região é de 98,13% e a taxa média geral de 85,2%.

No ensino superior, entre 2006 e 2009, o número de acadêmicos nas diversos estabelecimentos regionais variou de 31.600 a 33.000. As matrículas_totais para 2010 devem chegar próximo de 34 mil estudantes.

No ensino técnico, em 2009, o número de alunos atingiu 4.560 aproximadamente.

2.5.2 Saúde

A região do COREDE-SUL possui hospitais com 2.774 leitos. O município de Pelotas possui sete hospitais e mais de 47% dos leitos disponíveis. Possui, ainda, 50 clínicas médicas, 30 delas com capacidade para hospitalizações. O município de Rio Grande disponibiliza 600 leitos em hospitais. Os demais municípios possuem baixa oferta de leitos e alguns não possuem hospitais (ver item E.1, do Diagnóstico Técnico).

No período 2003/2008, os dias de internação se mantiveram estáveis, de 511 mil a 539 mil. Em 2008, houve uma sensível redução dos dias de internação, 462,680, ou menos 14,26% (ver item E.2, do Diagnóstico Técnico).

Como em todas as demais variáveis os municípios de Pelotas e Rio Grande absorvem mais de 50% das internações.

Entre 2003 e 2007, morreram na região 33.714 pessoas. O número de mortes foi crescente no período. Os municípios de Rio Grande e Pelotas tiveram mais de 50% das mortes em todos os anos observados.

Os indicadores de vida e saúde levantados em 2006 apresentam perfil semelhante a municípios gaúchos do mesmo porte. Nos Índices de mortalidade, Amaral Ferrador, Herval, Morro Redondo, Pinheiro Machado, Tavares e Turuçu apresentam taxas elevadas. Para nascidos com baixo peso os indicadores regionais seguem a média estadual. Na cobertura vacinal, com exceção dos municípios que não informaram, todos os demais apresentam 100%. A mortalidade materna é muito elevada nos municípios de Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão e Rio Grande. Alguns municípios não informaram ou tiveram taxa zero. A proporção dos nascidos vivos de mães com quatro ou mais consultas pré-natal, as taxas são boas. Vários municípios não informaram ou não constam na relação da DATASUS. A proporção de óbitos de mulheres com idade fértil é nula em todos os municípios ou a DATASUS não divulgou. Quanto às mulheres com mortalidade decorrente por câncer de colo de útero, com exceção de Canguçu, Jaguarão, Pedro Osório (24,10) e Piratini (10,54), os demais municípios apresentaram taxas zero ou muito baixas. Por fim, as taxas de mortalidade por câncer de mama de mulheres na maioria dos municípios foram muito elevadas (ver item E.2, do Diagnóstico Técnico).

A observação de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2004) deixa claro que nos itens Educação e Saúde da região, com exceção de uns poucos municípios, os níveis apurados são superiores 0,800. No entanto, nos índices Renda e Saneamento os índices não são bons e deixam a desejar em todos os municípios. O índice médio, IDESE, está abaixo da média das regiões mais desenvolvidas (ver item E.2, do Diagnóstico Técnico).

Por fim, no campo da saúde, convém um passar de olhos no Coeficiente de mortalidade infantil até cinco anos.

Este coeficiente flutuou para mais e para menos no período 2003/2007 em quase todos os municípios. A disparidade entre os municípios, além de flutuar no período, também flutuou no índice médio geral da região (ver item E., do Diagnóstico Técnico). Registre-se que no ultimo ano observado o coeficiente caiu bastante.

Tabela 6 - Indicadores de vida e saúde dos municípios da Zona Sul - Pacto 2005

Municípios	1*	2*	3*	4*	5*	6*	7*	8*
Aceguá	11,90	8,33	100,00	0,00	75,00	0,00	0,00	0,00
Amaral	45,45	13,64	100,00	0,00	75,76	0,00	0,00	0,00
Arroio do Padre	0,00	7,14	100,00	0,00	92,86	0,00	0,00	0,00
Arroio Grande	31,58	5,96	100,00	350,88	79,30	0,00	0,00	42,05
Bagé	21,03	11,67	0,00	52,58	81,49	0,00	4,93	18,09
Caçapava do	23,72	9,88	0,00	197,63	91,70	0,00	0,00	16,99
Candiota	19,35	9,68	100,00	0,00	82,58	0,00	0,00	0,00
Canguçu	18,28	9,79	100,00	130,55	81,59	0,00	7,89	31,55
Capão do Leão	12,01	9,31	0,00	300,30	89,49	0,00	0,00	0,00
Cerrito	0,00	12,90	100,00	0,00	70,97	0,00	0,00	29,30
Chuí	33,33	7,78	100,00	0,00	85,56	0,00	0,00	0,00
Cristal	17,24	13,79	100,00	0,00	85,34	0,00	0,00	0,00
Herval	44,64	10,71	100,00	0,00	68,75	0,00	0,00	0,00
Hulha Negra	36,36	9,09	100,00	0,00	68,18	0,00	0,00	0,00
Jaguarão	27,66	8,94	0,00	0,00	83,40	0,00	6,45	19,34
Morro Redondo	38,96	10,39	0,00	0,00	96,10	0,00	0,00	33,73
Pedras Altas	26,32	10,53	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	79,55
Pedro Osório	7,25	9,42	100,00	0,00	86,96	0,00	24,10	75,36
Pelotas	22,25	10,14	0,00	21,39	90,52	0,00	6,38	24,95
Pinheiro	37,23	11,70	0,00	0,00	90,96	0,00	0,00	0,00
Piratini	15,69	7,45	0,00	0,00	76,86	0,00	10,54	52,15
Rio Grande	16,87	9,38	0,00	105,41	84,54	0,00	6,14	12,29
Santa V do	22,77	5,59	100,00	0,00	80,12	0,00	0,00	11,99
Santana da	15,63	7,81	100,00	0,00	92,97	0,00	0,00	47,45
São José do	28,09	10,39	100,00	0,00	69,66	0,00	0,00	0,00
São Lour. do	10,22	6,75	100,00	0,00	82,62	0,00	4,54	9,08
Tavares	34,48	10,34	100,00	0,00	74,14	0,00	0,00	0,00
Turuçu	41,67	14,58	100,00	0,00	89,58	0,00	0,00	0,00

Fonte: Ministério da Saúde – Datasus – (valores com base 1.000)

Nota (*) 1 - Taxa de mortalidade infantil

2 - Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer

3 - Homogeneidade de cobertura vacinal por tetravalente e4m menores de 1 ano de idade

4 - Taxa de mortalidade materna em 10.000 ocorrência

5 - Proporção de nascidos vivos de mães com 4 ou mais consultas de pré-natal

6 - Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil investigados

7 - Taxa de mortalidade em mulheres por câncer de colo de útero

8 - Taxa de mortalidade em mulheres por Câncer de mama

2.5.3 Justiça e segurança

A região do COREDE-SUL possui cinco estabelecimentos prisionais. Canguçu, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar com uma capacidade em 2008 para 1.295 detentos. O presídio do Rio Grande é o maior, 568 vagas, sendo considerado um presídio regional.

O efetivo carcerário regional que em 2004 era de 1.436 passou para 1.677 em 2008, um aumento de 17% (ver item E.3, do Diagnóstico Técnico).

Para ter uma ideia do quadro de violência na região, registraram-se as principais ocorrências criminais nos municípios de Pelotas, Capão do Leão, Canguçu, Herval, Morro Redondo, Pedro Osório, Piratini e São Lourenço do Sul. Os demais municípios não forneceram as informações e exigiram licença do Secretário de Estado de Justiça e Segurança. Feita a solicitação não houve resposta.

Os maiores números de ocorrências estão em furto tentado e furto/roubo em todos os municípios analisados. O homicídio culposo e o homicídio doloso por suas gravidades merecem registro em Pelotas, 180 nos períodos 2004/2007, em Capão do Leão, 59, em Pedro Osório 19, Piratini 13, e São Lourenço do Sul 33 (ver item E .3, do Diagnóstico Técnico).

Entre 2003 e 2007, foram realizados 14.535 casamentos na região e 2041 separações judiciais. No município de Pelotas, foram

realizadas 1.275 ou 62,4% do total regional (ver item E.3, do Diagnóstico Técnico).

Não foi possível obter os números do efetivo da Brigada Militar e da Polícia Civil da região. As fontes consultadas, várias vezes, não informaram.

Dentro do que foi possível estimar, fica a certeza de que os efetivos são menores do que a região precisa para melhorar a segurança (item E.3, do Diagnóstico Técnico).

2.5.4 Representação política

A representação política da região está distribuída em PDT, 39 vereadores, PMDB, 37 vereadores, PP, 37 vereadores e PT 33 vereadores. Os demais partidos possuem número insignificante de vereadores ou não os possui. O total de vereadores na região é de 206. Além dos vereadores, a região possui quatro deputados estaduais e três federais (ver item E.4, do Diagnóstico Técnico).

Em 2002, a região possuía 33.342 eleitores analfabetos, atualmente são 30.481, ou seja, 8,86% analfabetos a menos. Aparentemente, é muito pouco para um período de cinco anos.

O número de eleitores menores oscilou para mais e para menos. Em 2008, o número de menores eleitores foi de 11.119. Quanto ao sexo dos eleitores em todos os anos levantados, as mulheres superaram o número de homens (ver item E.4, do Diagnóstico Técnico).

A região tem pouca representatividade política tanto na Assembléia Legislativa quanto no Congresso, mas possui um potencial de eleitores para eleger um número significativo de representantes. Para tal, será realizada uma campanha para aumentar a força política da região.

2.5.5 Assistência social

Na região, 50.738 famílias recebiam a Bolsa Família em 2007. Em 2008, este número caiu para 47.347 famílias. Uma redução de 3.391 famílias ou 6,7%. Os valores (atualizados) pagos foram de R\$ 6.190.036,00 em 2007 e de R\$5.776.334,00. O auxílio gás teve uma demanda de 4.261 famílias em 2007 e de 2.910 em 2008 numa redução de 31,7%. Os municípios de Pelotas e Rio Grande receberam 54,5% do valor total pago em 2007 e 52,9% em 2008 (ver item E.5, do Diagnóstico Técnico).

As 47.347 famílias que ficaram no programa totalizam 153.878 pessoas. Crianças são 51.292 (33,33%), mulheres adultas 56.421 (36,67%) e homens adultos 51.292 (30%). Dos adultos contemplados, (102.586), 5.488 (5,35%) são idosos.

A região possui 119.461 aposentados dos quais 62.120 são mulheres e 57.341 são homens. Mais de 60% dos aposentados estão nos municípios de Pelotas e Rio Grande.

Em 2007, foram pagos pela Previdência R\$82.428.000,00. Para mulheres foram pagos R\$ 42.861,00,00 e para os homens R\$39.566.670 ou 52% e 48% respectivamente.

2.5.6 Pessoas com necessidades especiais¹⁰

Também não há um estudo específico por município no Rio Grande do Sul. As instituições de apoio trabalham com os levantamentos feitos no último censo no Brasil. As estimativas apontam para 14,5% dos brasileiros com algum tipo de necessidade: física, visual, mental, surdez e múltipla.

2.5.7 Drogadição

Não há levantamentos por cidades da Região Sul. Em contato com o Conselho Municipal de Pelotas, foi informado que este utiliza o **“II levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil”**, realizado em 2005 em 108 cidades com mais de 200 mil habitantes do Brasil.

¹⁰ Atualmente, foi retomado o uso da expressão “pessoas deficientes”. Projeto de Lei aprovado em julho de 2010, pelo Senado Federal, altera a expressão “alunos portadores de necessidades especiais”, no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – LDB, para “educandos deficientes”.

Entre as cidades gaúchas pesquisadas estão: Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Porto Alegre, **Pelotas**, Santa Maria e Viamão.

Junto com as cidades gaúchas foram incluídas cidades de Santa Catarina e Paraná (ver tabela).

Tabela 7 - Dependência - % dependentes

DROGAS	2001	2005
ÁLCOOL	11,1	12,3
TABACO	9,0	10,1
BENZODIAZEPÍNICO	1,1	0,5
MACONHA	1,0	1,2
SOLVENTES	0,8	0,2
ESTIMULANTES	0,4	0,2

Fonte: II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: 2005 Em 108 cidades c/ mais 200 mil hab. Brasil

Tabela 8 - Comparação do uso na vida¹¹ de algumas drogas em três diferentes populações pesquisadas em % - média nacional

Drogas	Levantamentos		
	Domiciliar 2005	Estudantes 2005	Crianças e adolescentes sem situação de rua 2003
Maconha	8,8	7,6	40,4
Solventes	6,1	13,8	44,4
Cocaína	2,9	2,0	24,5

Fonte: Epidemiologia do uso de substâncias psicoativas no Brasil – Tarcísio Andrade (UFBA) – Curso SUPERA/2005.

¹¹ A expressão “uso na vida” não significa “dependência”.

Tabela 9 - Levantamento nacional entre estudantes de Porto Alegre

	Uso na vida	Uso no ano	Uso no mês	Uso freqüente	Uso pesado
Crack	1,5	1,0	0,6	0,2	0,1

Fonte: CEBRID, 2005.

Tabela 10 - Levantamento de crianças e adolescentes em situação de rua – Porto Alegre – 2003

Droga	Uso no ano	Uso no mês
Crack	12,5	6,9

Fonte: <http://www.senad.gov.br/hobid/hobid.html>

Resultados gerais da Região Sul do Brasil

- População das 18 cidades pesquisadas (com mais de 200 mil habitantes): 7.628.726 habitantes.
- Amostra: 878 entrevistas.
- Cidades pesquisadas:

Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Paraná
Canoas (RS)	Blumenau	Cascavel (PR)
Caxias do Sul (RS)	Florianópolis	Curitiba
Gravataí (RS)	Joinville	Foz Do Iguaçu
Novo Hamburgo (RS)		Maringá
Porto Alegre (RS)		São José Dos Pinhais
Pelotas (RS)		Ponta Grossa
Santa Maria (RS)		
Viamão (RS)		

Fonte: Elaborado pelo ITEPA

Tabela 11 - Resultados gerais da Região Sul do Brasil

SUBSTÂNCIAS	USO NA VIDA	DEPENDENTES
Álcool	73,9	9,0
Tabaco	49,3	10,7
Maconha	9,7	1,1
Solventes	5,2	0,0
Benzodiazepílico	3,3	0,2
Cocaína	3,1	0,0
Crack	1,1	0,0
Merla	0,2	0,0

Fonte: Elaborado pelo ITEPA

2.6 GESTÃO INSTITUCIONAL

Quase a totalidade dos municípios do COREDE-SUL possui variáveis aceitáveis no campo da gestão institucional. Alguns municípios são carentes em itens importantes como: sindicatos, instituições beneficentes e educação especial (ver item F, do Diagnóstico Técnico).

No entanto, a região tem hoje uma forte combinação de entidades representativas da sociedade que trabalham para o seu desenvolvimento. Além do Conselho Regional de Desenvolvimento do Sul = COREDE-SUL, registra-se:

- Associação dos Municípios da Zona Sul – AZONASUL
- Associação das Câmaras de Vereadores da Zona Sul - ASCAMSUL
- Movimento Novo Sul
- Agência de Desenvolvimento da Costa Doce
- Aliança – Pelotas e Rio Grande
- Consorcio Público do Extremo-Sul

2.6.1 Histórico dos municípios

2.6.1.1 Amaral Ferrador

Em 04 de maio de 1816, foi criada a Paróquia de São José do Patrocínio, sendo erguida a capela em 1822 e celebrada a primeira missa em 1823. A capela de São José do Patrocínio foi erguida por iniciativa do Vigário Geral Antônio Vieira da Soledade e pelos moradores que colaboraram com suas contribuições e donativos, sendo a referida capela elevada a curato. A partir deste marco, surgiu a Vila de São José do Patrocínio, na sesmaria de Manuel José de Vargas, tendo a partir daí vários nomes tais como: Freguesia de São José do Patrocínio, Vila de São José do Patrocínio, abolição e finalmente, Amaral Ferrador.

Este nome é uma homenagem ao General José Amaral Ferrador que nasceu no Uruguai em 1801 e aos 12 anos ingressou num destacamento militar. Mais tarde, foi nomeado Delegado de Polícia e tomou parte na revolução Farroupilha, em 1835. Em 1851, foi chamado pelo Governo Imperial para fazer parte da campanha contra o ditador Juan Manoel Rosas e, em 1864, combateu na guerra do Paraguai pelo período de seis anos. Com o fim das lutas foi para a Vila de São José do Patrocínio, onde se dedicou à agricultura e a pecuária até o fim de sua vida. Seus restos mortais repousam nessa Vila, agora novo município de Amaral Ferrador. A constituição

étnica de Amaral Ferrador é de portugueses (60%), poloneses (25%) e afro-brasileiros (15%).

Em 1963, o município de Encruzilhada do Sul foi demarcado com uma área em torno de cinco mil km². Com a carência de recursos, na época, era inadministrável, nascendo daí a vontade de alguns recantos mais isolados do município se tornar independentes. Foi então que Amaral Ferrador iniciou a luta pela conquista da sua independência político-administrativa.

Em 10 de abril de 1988, Amaral Ferrador realiza seu plebiscito, quando obteve a maioria dos votos favoráveis à emancipação. Em 12 de maio de 1988, pela lei estadual nº 8625, fica criado oficialmente o município de Amaral Ferrador.

2.6.1.2 Arroio do Padre

A Colônia de Arroio do Padre, como a grande maioria das colônias, surgiu espontaneamente, isto é, não houve, por assim dizer, um ato de fundação.

Inicialmente, pertencia ao Município de São Lourenço do Sul, sendo em 1890, incorporado ao município de Pelotas.

A maioria dos moradores é descendente de pomeranos e em várias casas ainda se fala o dialeto trazido da Pomerânia (região histórica da Alemanha, hoje pertencente à Polônia).

Arroio do Padre é um município com vocação agro-pastoril e a principal produção é o fumo. Cultiva-se também hortaliças, soja,

milho e cria-se gado leiteiro e frangos. Atualmente, incentiva-se o cultivo de frutas, tais como o caqui e a maçã.

A economia é dominada pelo setor primário. Destacam-se as plantações de tabaco, milho e verduras. A pecuária leiteira também tem papel importante na economia do município.

O município tem como características o minifúndio e a policultura. É formado por pequenas propriedades rurais, cada uma em torno de 20 hectares, que são cultivadas com mão-de-obra familiar.

A região também é conhecida pelo seu turismo ecológico, dispondo de parques com infra-estrutura para receber e hospedar visitantes ao município. A maior festa do município acontece em abril, onde recebe grande número de visitantes. A festa da maçã e caqui, realizadas simultaneamente.

Arroio do Padre surgiu por incentivo de algumas lideranças políticas de fora do município. Algum tempo depois, as lideranças locais sentiram a necessidade de desenvolvimento para a região. Com isso, uniram-se e formaram a comissão de emancipação, a qual providenciou a documentação para a realização do plebiscito.

No dia 17 de abril de 1996, foi publicada a lei de criação do município de Arroio do Padre. Durante algum tempo, esse processo emancipacionista aguardou a decisão da justiça e somente em 1º de janeiro de 2001 foi instalado o primeiro governo do mais novo município da Serra dos Tapes.

O nome Arroio do Padre surgiu com a história de um padre que ia atender as famílias de sua comunidade, quando, num dia de chuva, ele saiu a cavalo e entrou no arroio que estava muito cheio. A força da água o arrastou e mais adiante o Padre se agarrou em galhos, conseguindo salvar-se. Desde então o local ficou conhecido como Arroio do Padre.

O município tem aproximadamente 2 mil e 700 habitantes e está localizado ao pé da Serra dos Tapes, com área de 124,64 km². O Camping Paraíso, Cachoeira do Camboatá, Casa de Pedra e Moinho Velho são exemplos de pontos turísticos que revelam a beleza da natureza da região.

2.6.1.3 Arroio Grande

Arroio Grande, conhecida como "Cidade Simpatia" pela hospitalidade de seu povo, é formada por várias etnias, com grande apreço pelas tradições, além de sua beleza cultural e arquitetônica, por sua história, rica em belezas naturais e artesanato caseiro (artefatos em lã, pedra, madeira e iguarias relacionadas a culinária caseira).

"Terra de Mauá", porque aqui nasceu **Irineu Evangelista de Souza**, o **Barão de Mauá**, sendo ele uma das mais importantes personalidades brasileiras do século passado, tendo participado intensamente do desenvolvimento Industrial do Brasil, construindo estaleiros, fundições, estradas de ferro e o Banco do Brasil. Sua

ascensão nos meios empresariais foi rápida e seu nome acabou ligando-se fortemente a grandes empreendimentos.

O município localiza-se na Zona Sul do Estado, situado na região da Lagoa Mirim, tendo como principal via de acesso a BR 116, estando a 92 Km de Pelotas e 353Km de Porto Alegre, e, em comparação aos demais municípios vizinhos, pode considerar-se pólo de uma microrregião.

Arroio Grande é um dos maiores produtores de arroz do Estado, possuindo também um grande rebanho de bovinos, ovinos e eqüinos. Seu subsolo é de qualidade excepcional, as terras altas e planícies garantem um futuro promissor para a diversificação agrícola alternada com áreas para florestamento. Destaca-se ainda na produção de granito e na pesca artesanal, esta, no Distrito de Santa Isabel.

A agropecuária é a principal atividade econômica do município, sendo que os mananciais de água existentes garantem perspectivas de novos investimentos em outras áreas.

A Terra de Mauá investe em cultura e em diversos eventos, sendo oferecidas à comunidade excelentes opções de entretenimento, destacando entre tantas, a Semana de Aniversário do Município que acontece em março, o Acampamento Farroupilha e o Desfile Temático, realizados nas comemorações da Semana Farroupilha, a Expo-Feira (Exposição Feira Agropecuária e Industrial) em novembro, Natal Luz, e mais recentemente a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá, bem como, o carnaval, considerado o

melhor da Zona Sul. Nesta época do ano, a cidade recebe centenas de visitantes a fim de acompanharem as festividades, chegando a concentrar em uma única noite em torno de 15 mil pessoas que usufruem de uma grande estrutura montada pelo Executivo Municipal, com segurança e brilhantismo por parte das 7 escolas de samba nas categorias mirim e adulto.

2.6.1.4 Canguçu

Da mesma forma que muitos outros, Canguçu tem seu nome de origem indígena. Seguindo o vocabulário, "al-za" significa "cabeça" e "guaçu" é "grande", sendo "Cabeça Grande". A causa dessa estranha denominação foi um tipo de onça que havia na região e possuía a cabeça muito grande.

A sede iniciou seu povoamento em 1739. Ao redor de 1830, a atividade predominante era a pecuária, havendo um início de agricultura. Pela segunda vez, a região sofreu, quando suas terras foram palco de lutas da Guerra dos Farrapos.

Em 1857, foi desmembrado do município de Piratini, quando se instalaram os órgãos necessários para constituir a sede do município. No século atual, a agricultura superou a pecuária, recebendo inclusive imigrantes alemães e italianos.

Canguçu é considerado detentor do maior minifúndio do Brasil. Caracteriza-se também pela presença expressiva de uma agricultura familiar diversificada.

O município sedia o Centro de Treinamento de Agricultores de Canguçu - CETAC, onde são desenvolvidos cursos e treinamentos para agricultores de toda a região, sob a responsabilidade da EMATER-RS.

Anualmente, o município promove a Feira da Indústria e Comércio de Canguçu – FECICAN, evento de destaque regional.

2.6.1.5 Capão do Leão

Criado pela Lei 7647/82, de 3 de maio de 1982, após plebiscito realizado no dia 28 de março do mesmo ano, o município de Capão do Leão possui extensão territorial de 784 quilômetros quadrados e uma população estimada (IBGE) de 27 mil habitantes.

Também foi denominado Serro de Santa Ana, Pavão e hoje Capão do Leão.

Existem duas hipóteses para a origem do nome do município. Uma fala da fuga de um leão de um circo que passava pela região e teria se abrigado em um pequeno mato - “capão”. A segunda hipótese é a de um morador de origem açoriana, de nome Leão e que morava no Passo das Pedras, perto de um “capão”; esta referência deu o nome ao lugar.

O município faz divisas com Pelotas, Morro Redondo, Cerrito, Pedro Osório, Arroio Grande e Rio Grande. Possui proximidade com Pelotas, cidade-pólo regional (divisa); com Rio Grande (60 quilômetros do Porto de Rio Grande); com as BRs 116 e

293, que cruzam o município. Possui quatro bairros: Cerro do Estado; Teodósio, Parque Fragata e Jardim América e três distritos, Pavão, Passo das Pedras e Hidráulica.

A principal fonte de receita está baseada na agropecuária, extrativismo mineral, indústrias, comércio e prestação de serviços. Destacam-se a Cosulati, Avipal, Frigorífico Extremo Sul e Mercosul, a Votorantim Celulose e Papel (viveiro).

O município possui 11 escolas municipais de ensino fundamental e três de educação infantil que atendem uma população estudantil de aproximadamente 3,9 mil alunos. A rede escolar do Estado se constitui por uma escola de ensino fundamental e médio e quatro de ensino fundamental, as quais abrigam aproximadamente 1,2 mil alunos.

2.6.1.6 Cerrito

No ano de 1959, as localidades de Cerrito e Olímpo uniram-se e emanciparam-se dos municípios – mãe, Canguçu e Arroio Grande, respectivamente e formaram o município de Pedro Osório.

Do ano de 1959 até 1996, Cerrito e Olímpo estiveram juntas, até que em 22 de outubro (data do aniversário do município) de 1995, realizou-se Plebiscito Popular, culminando com o processo emancipatório, no qual a comunidade Cerritense decidiu por elevar Cerrito à categoria de Município.

Sua instalação foi oficializada pela lei nº 10.656, de 28 de dezembro de 1995, sendo seu primeiro Prefeito, o Dr. Adão Orlando Alves e Vice Prefeito Osmar Krause.

O município de Cerrito foi oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1997.

Na área da educação, Cerrito possui 11 escolas para atender a demanda de alunos de pré- escola a 3º ano do ensino médio.

No que se refere ao sistema financeiro, o município possui três postos bancários, dois do Banco do Brasil e um do Banco Banrisul.

Cerrito possui um centro comercial expressivo, com lojas de móveis, bazar, ferragens, mercadinhos, açougues, lancherias, uma papelaria, loja de produtos agropecuários, duas farmácias e uma loja de autopeças.

Na área industrial, predomina a indústria oleira, destacando-se também a padaria comunitária, o abatedouro Irigon e uma madeireira.

No setor da prestação de serviços, predominam oficinas mecânicas e auto-elétricas, sapatarias, escritórios de contabilidade e de despachante.

2.6.1.7 Chuí

Situado no extremo-sul do Brasil, o Chuí é exaltado e conhecido por todo o povo brasileiro por ser o ponto mais meridional

do país. É um município recém formado, através de um processo emancipacionista realizado no ano de 1995. Iniciou sua primeira gestão administrativa em 1º de janeiro de 1997, sendo antes, Vila do município de Santa Vitória do Palmar.

As cidades de Chuí, Brasil e Chuy, Uruguai, são geminadas, onde se confundem os usos, os costumes e os idiomas, separando-se legalmente por uma linha demarcatória dos territórios brasileiro e uruguaio.

A povoação do Chuí se iniciou com alguns ranchos e casas isoladas nas voltas da antiga guarda às margens do Arroio Chuí estabelecida pelo coronel de ordenança Cristóvão Pereira, em 1737. Hoje, o único resquício desta antiga guarda, é uma cacimba (cisterna) quase oculta pelos altos pastos do terreno.

No mesmo ano, o brigadeiro José da Silva Paes mandou construir uma fortificação de pedras, o forte de São Miguel, em local estratégico, de onde se pode avistar todo o movimento de barcos no Arroio São Miguel. Em janeiro de 1763, o coronel Thomas Luís Osório deslocou-se ao sul, construindo um forte, a que deu o nome de Santa Teresa. Hoje, ambos os fortes encontram-se em território uruguaio.

Primeiramente, o povoado da zona que se desenvolveu não foi o do Chuí, foi o de 18 de Julio (hoje, cidade uruguaia), onde se localiza o forte de São Miguel, importante ponto turístico da região. Esse povoado enriqueceu graças ao comércio entre os dois países, em especial de contrabando. Os barcos brasileiros chegavam ao porto

de Santa Vitória do Palmar, carregando mercadorias como, erva, álcool, cachaça, açúcar, fumo e café, que posteriormente eram reembarcados em lanchas menores e, através do arroio São Miguel, chegavam ao povoado de 18 de Julio, e daí para todo o Uruguai.

A região onde hoje se encontra o município do Chuí brasileiro ficava na contramão, mas aos poucos, com o crescimento de cidades uruguaias como Castilhos e Rocha e a abertura da Ruta 9, no final da década de 30, o tráfego passou a ser feito pela zona do Chuí.

Por essa razão, aí se construiu um quartel para acantonar um grupo de soldados e um posto alfandegário adido à mesa de rendas federais de Santa Vitória do Palmar.

Nas décadas de 30 e 40, o Chuí uruguaio estabeleceu certa superioridade em todos os aspectos, principalmente no comércio, em relação ao lado brasileiro, ante ao fato de que a região se encontrava isolada do resto do Brasil, sendo mais fácil se chegar a Montevideu através da Ruta 9.

A partir da década de 60, o governo brasileiro adotou uma política nacional de fazer com que os municípios de fronteira se desenvolvessem economicamente.

Este fato se concretizou com a construção da BR 471 e a vinda de imigrantes palestinos e libaneses na década de 70, passando o comércio do lado brasileiro a se desenvolver intensamente, sendo até hoje a base da economia do município.

No dia 30 de junho de 1939, por ato do governo do estado, sob número 1824, o Chuí brasileiro foi elevado à categoria de vila. Sua ata de instalação foi lavrada em 1º de janeiro de 1940, sendo o prefeito de Santa Vitória o Dr. João Mário Dêntice.

A energia elétrica surge, no Chuí, em meados da década de 60, melhorando as condições de vida da população. Nesta década, o Chuí ganha seu primeiro posto médico.

Na época da abertura política, em 1985, surge, no Chuí, o primeiro movimento para sua emancipação que devido a sua pouca população votante foi vetado. Em 1991, desencadeou-se um novo movimento, havendo entre a população certa discordância sobre a posse da praia da Barra do Chuí, único balneário que possuiria o Chuí.

Somente em 1995, depois de nova entrada com o processo é que o Chuí consegue (sem a Barra do Chuí) emancipar-se. Participaram da comissão os Srs. Mohamad Kassem Jomaa e Hamilton Silvério Lima, que posteriormente foram eleitos prefeito e vice-prefeito respectivamente, no dia 3 de outubro de 1996, assumindo o primeiro mandato no dia 1º de janeiro de 1997.

A importância histórica dessa região deve-se ao fato de ter sido palco de muitas disputas entre portugueses e espanhóis, até a demarcação final da fronteira extremo-sul do país que por anos e anos foi flutuante ora pertencente à Espanha, ora a Portugal, sendo também “território neutro” ou “campos neutrais” por muito tempo. Região esta, que até a inauguração da BR 471, ficou isolada do resto

do Brasil, e contra tudo e todos, manteve-se vinculada ao país, pelo forte fio de patriotismo e brasilidade, visto que material e culturalmente, foi-lhe sobremodo adverso manter essa ligação.

Quis o destino, felizmente, estreitar cada vez mais os laços de amizade entre brasileiros e uruguaios, fato claramente observado na Avenida Internacional do Chuí/Chuy, avenida esta que divide os dois países. É importante citar que além da referida avenida, a fronteira é demarcada por quatro marcos, além do arroio Chuí, arroio São Miguel e lagoa Mirim.

No Chuí, é muito forte o sentimento de nacionalidade. Mas a amizade entre os dois povos é tão grande que se formou uma crença popular que diz : “Nesta localidade, fronteira e linha divisória servem sempre para unir as pessoas e nunca separá-las”.

2.6.1.8 Herval

Situado na Encosta do Sudeste, linda ao Sul com Jaguarão e República Oriental do Uruguai, ao Leste com Arroio Grande e Pedro Osório, ao Oeste com Candiota, Hulha Negra e República Oriental do Uruguai, ao Norte com Piratini e Pinheiro Machado. O nome da cidade origina-se da erva-mate encontrada em abundância nas matas, quando da sua colonização. Na época, erva era grafada com "h". Poucos anos depois, sem os cuidados com a reposição ou extermínio, havia sido dizimada toda a vegetação nativa daquela árvore, hoje grande fonte de renda em outras regiões. Povoador mais antigo

pertencente ao então município de Rio Grande que abrangia toda a região Sul do estado.

Em 1º de outubro de 1777, Portugal e Espanha assinaram o tratado de Santo Ildefonso, modificado logo depois pela convenção de Lisboa. Em 31 de março de 1784, Rafael Pinto Bandeira assumiu o governo da Província. Ignorando a convenção, em 1791, transferiu o acampamento da guarda do Piratini, hoje município de Cerrito para as nascentes da primeira vertente que desemboca na Lagoa Mirim pelo lado Norte, conforme previa o tratado.

Natural de Rio Grande e conhecedor como ninguém da topografia da Região, Pinto Bandeira fixou a guarnição militar nas nascentes do Arroio Grande porque naquele lugar, rodeado de cerros, podia ser inexpugnável, considerando as armas da época.

Desse acampamento nasceu à base militar da Coroa Portuguesa. Dessa base, partiam as cavalarias para defender o território contra ataques dos espanhóis, para conquistar e assegurar a posse das terras onde hoje está demarcada a fronteira com o Uruguai e nas lutas contra Rosas, Oribe e Solano Lopes.

Posteriormente, o povoado foi transferido para a nascente do Arroio Herval

Em 1823, teve início a construção da igreja Matriz, no local atual, dois quilômetros do Paraguai. Entre muitos, estão: na batalha de Curupaiti, o Cel. Astrogildo Pereira da Costa, depois General e Barão de Aceguá; João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), depois Barão de Itaqui, comandante da vanguarda que alcançou e

matou Solano Lopes. Participaram da Guerra do Paraguai os hervalenses, general João Nunes da Silva Tavares; coronéis: Astrogildo Pereira da Costa e José Maria Guerreiro Vitória; Tenentes-coronéis: Manoel Amaro da Silveira, Manoel Amaro Barbosa e José Simeão Torres; Capitães: Veríssimo da Costa Vale, Justiniano Amaro de Freitas, Berlarmino Luís de Freitas, Mário Amaro da Silveira, João Pedro Nunes, Antônio Teixeira de Almeida, Graciano Amaro da Silveira e Bonifácio Pereira Nunes; Tenentes: Demétrio Madruga Bitencourt, Porfírio Ribeiro Madruga, José Rodrigues Faria e Manoel Lopes de Moura; Alferes: Antônio Inácio de Medeiros, Sebastião Inácio de Medeiros, João Delfino dos Santos, Herculano d'Ávila, Irineu José Lopes, Clementino Luís de Freitas, Vitor Torres, Serafim Anastácio Dias, Brígido Cardoso de Melo e Valeriano José Lopes.

Bonifácio José Nunes é considerado o fundador da cidade. Liderou e, juntamente com José da Silva Tavares, José Teixeira Pinto, Antônio dos Santos Abreu e Antônio Madruga de Bittencourt se constituíram em sociedade para adquirir o terreno onde estava edificada a povoação e o doaram à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição.

Herval caracteriza-se por possuir grandes propriedades rurais voltadas para a pecuária e florestamento. No município, encontra-se o maior número de Assentamentos Rurais da região.

O município de Herval é privilegiado com inúmeras belezas naturais que podem ser exploradas para o turismo rural e ecológico, dentre elas destacam-se:

Piscina de água corrente - situada em um vale entre dois cerros. Possui camping, espaço para shows ao ar livre e quadras para a prática de esportes.

Toca do Tigre – nela foi encontrada uma vértebra de fóssil pré – histórico de grande porte.

Toca do Sapateiro – caverna na qual só é possível chegar através de uma trilha. Segundo a lenda, um escravo que exercia a profissão de sapateiro fugiu e passou a viver naquele lugar. Por ter ameaçado um estancieiro, foi morto durante um simulado rodeio para juntar o rebanho que, naquela época, vivia solto pela região.

Cachoeira do Jaguarão Chico - situada no afluente do rio que lhe empresta o nome, tem mais de 20m de altura.

Cerro do Baú – segundo a lenda, nele foi enterrado um baú com grande quantidade de moedas de ouro que eram destinadas a compra de uma estância.

Sobrado do Barão de Aceguá – foi construído para a visita do Imperador D. Pedro II, que em sua passagem por Herval bateu a cabeça no marco da porta. O proprietário do sobrado Astrogildo Pereira da Costa, envergonhado, prometeu ao Imperador que construiria outra casa com aberturas mais elevadas para que tal fato não acontecesse na próxima visita.

Cerro da Mangueira – era utilizado para a ordenha pelos escravos.

Canhada do Verdum - local onde Pedro Verdum, comandante de um piquete revolucionário foi morto um dia após ser

ferido na primeira batalha da Guerra dos Farrapos, ocorrida em Herval, no dia 22 de Setembro de 1835.

Ponte do Império – construída sobre o arroio Jaguarão; Chico, na época do Império.

2.6.1.9 Jaguarão

Jaguarão, corruptela de Jaguanharo: cão bravo ou onça brava, ou, segundo Alfredo de Carvalho, aumentativo português de Jaguar - teve suas origens em um acampamento Militar, como, aliás, o tiveram vários Municípios do Rio Grande do Sul.

Deve seu primeiro nome: “Guarda da Lagoa e do Cerrito”, a um posto fortificado de espanhóis, situado a 6 km. da atual cidade de Jaguarão; ali, em 1801, devido às questões militares entre Portugal e Espanha, estabeleceram-se as forças do Coronel Marques de Souza. Ajustada a paz, em virtude do armistício, a Coluna Marques de Souza retirou-se, ficando apenas uma pequena guarda de 200 homens sob o comando do Tenente-Coronel Jerônimo Xavier Azambuja.

Foi o acampamento dessa guarda que, se estendendo até onde hoje se assenta a cidade, deu início ao povoado.

O terreno ocupado pela povoação compreendia a área situada entre o arroio Lagões, a oeste; Quartel Mestre, a leste; rio Jaguarão, ao sul; e linha reta que une os dois pontos situados à meia légua do fundo, contada da foz daqueles arroios.

Pela Resolução Régia, de 31 de janeiro de 1812, foi a povoação elevada à Freguesia, sob a denominação de Divino Espírito Santo do Cerrito, e à Vila, pela Lei de 06 de julho de 1832, com o nome de Jaguarão. A Vila prosperou, tornando-se Cidade pela Lei Provincial nº 322, de 23 de novembro de 1855.

Jaguarão tomou parte destacada em diversos acontecimentos militares de nossa história, entre os quais a Revolução Farroupilha, em 1835 e a Invasão Uruguaia de 27 de Janeiro de 1865, quando caudilhos “Blancos” invadiram a cidade, chefiados por Basílio Muñoz.

Foi nesta oportunidade que Jaguarão conquistou o honroso título de “Cidade Heróica”, quando o coronel Manoel Pereira Vargas, à frente de um reduzido grupo de bravos combatentes, comandou a defesa da cidade, enfrentando o grande contingente de invasores orientais, que se retiraram, derrotados, pela costa do rio Jaguarão.

Posteriormente, quando foi restabelecida a paz, assim pronunciou-se o heróico Coronel Manoel Pereira Vargas: “Salvei a força e defendi a cidade; tendo merecido o meu procedimento a aprovação do Exmo. Sr. Tenente-General Caldwell, que felicitou-me bem como a guarnição e os habitantes desta cidade, que tão heroicamente a defenderam dos assassinos orientais, e finalmente a aprovação dos meus bravos camaradas. Tenho concluído. O país me julgará como merecer”. (Jaguarão, 18 de maio de 1865. – Manoel Pereira Vargas).

A economia do município é baseada na pecuária, agricultura, com predominância da cultura de arroz e comércio diversificado.

Apresenta um acervo arquitetônico considerável, destacando-se como pólo de atração para turismo histórico cultural.

2.6.1.10 Morro Redondo

Um morro existente na localidade, cuja forma apresenta-se arredondada, originou o nome dado pelos tropeiros ao município de Morro Redondo. Possui aspectos predominantes da colonização alemã, italiana e portuguesa, caracterizando uma arquitetura própria da região rural do sul do Estado, bela por sua simplicidade e homogeneidade.

Anterior ao processo migratório no Município, já habitavam aqui algumas famílias de origem portuguesa principalmente na região hoje denominada "Passo do Valdez", onde se estabeleceram os primeiros comércios do Município.

Morro Redondo ergueu-se a partir do loteamento de sesmarias (13.063 hectares) pertencentes a portugueses e iniciou sua colonização com a chegada de imigrantes alemães, italianos e também pomeranos.

A imigração italiana teve início em 1875, com o loteamento de terras pertencentes ao português Afonso Pena, originando mais tarde a atual colônia Afonso Pena. O primeiro

núcleo de colonizadores alemães e pomeranos foi na atual colônia São Domingos, no ano de 1886, a partir do loteamento das terras pertencentes ao político José Domingos de Almeida. O fluxo de colonização alemã progrediu até 1892.

A luta pela conquista da emancipação contou com o apoio de toda a comunidade, onde suas principais metas eram melhores condições de trabalho e saneamento básico adequado. Em Abril de 1988, realizou-se o plebiscito para apurar a decisão da comunidade.

De acordo com a lei nº 8.633, sancionada pelo então Governador Pedro Simon, aos 12 dias do mês de Maio de 1988, Morro Redondo conquistou sua emancipação política, deixando de ser o 8º distrito do Município de Pelotas.

A primeira eleição municipal para o poder legislativo e executivo deu-se no dia 15 de novembro de 1988, quando foram eleitos Valdino Krause e Antônio Carlos Bandeira para ocuparem os cargos de prefeito e vice-prefeito, respectivamente.

As nove cadeiras dispostas na Câmara Municipal foram ocupadas por Claudio Antônio Mello da Silva, Iloni Tavares, José Ronaldo da Silva Amaral, Jair Nizolli dos Santos, Leny Esteves Waltzer, Paulo Gilberto Costa Gomes, Rui Valdir Otto Brizolara, Willi Becker e Zilda Demari Boteselle. A posse dos eleitos deu-se em 01 de janeiro de 1989.

Atualmente, destaca-se, em nível regional, pela produção e industrialização de frutas, especialmente do pêssego, que deixa o Município, em determinado período, com Pleno Emprego.

Importante também destacar a presença da Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios Ltda., com o seu Abatedouro de Aves, Matriseiro e Incubatório, com perspectiva, em curto prazo, da instalação de uma Fábrica de Embutidos. Esta Cooperativa teve origem numa indústria local de Queijos e Manteigas.

As lideranças locais sempre enaltecem a iniciativa que deu origem à Emancipação de Morro Redondo, positiva em todos os sentidos. Já na primeira administração foram instalados o Ensino Médio (2º grau), a Brigada Militar e a Polícia Civil, a EMATER, foram construídos o Ginásio de Esportes e o acesso asfáltico (RS-EP 071) com a BR 392, entre outras obras e serviços em benefício da população.

2.6.1.11 Pedras Altas

Pedras Altas herdou seu nome da própria região, devido às pedras existentes a uns três quilômetros da localidade.

Em meados do século XIX, a região era conhecida como "Coxilha das Pedras Altas". A denominação foi encontrada em cartas escritas à família, por um oficial "Farrapo" que estava acampado na localidade com as forças de Bento Gonçalves. A correspondência a qual estava escrita a denominação, foi publicada em um Almanaque de Porto Alegre no final daquele século.

Entretanto, Joaquina de Assis Brasil, em depoimento prestado ao historiador Antônio Dias Vargas, no dia 16 de fevereiro

de 1969, disse-lhe o seguinte: "Os engenheiros da estrada de ferro, a procura de local adequado para instalação dos trilhos, descobriram duas pedras enormes, uma apoiada sobre a outra, com altura aproximada de cinco metros. Admirados com a obra da natureza, fizeram um esboço do achado, ao qual deram o nome de Pedras Altas".

Isto, segundo Joaquina, originou o nome da estação férrea. O início da povoação foi proporcionado pelo comendador Manoel Faustino D'Ávila, dono da estância "Vista Alegre", hoje "São Manoel", que em 1898 doou os terrenos de sua propriedade, situada na margem oeste de uma das estradas de acesso à estação férrea (atual rua Visconde de Mauá), à ex-agregados e amigos.

Fatos importantes que marcaram a história do município: o estabelecimento da Granja Pedras Altas e seu idealizador, Joaquim Francisco de Assis Brasil, eminente figura de homem público do Rio Grande do Sul e do país; o "Tratado de Paz de Pedras Altas", que humanizaria a política; o "Grupo Escolar Assis Brasil", criado em 1939, que alicerçou a educação; fundação do Hospital, por iniciativa de Lydia Assis Brasil, que garante atendimento médico à população e a emancipação, que é a esperança de um grande futuro.

Ainda hoje com a família Assis Brasil, o Castelo é atração turística.

A economia do município baseada principalmente na pecuária, com ênfase na ovinocultura, está sendo diversificada pelo cultivo de videiras.

2.6.1.12 Pedro Osório

A construção da estrada de ferro Rio Grande - Bagé foi responsável pelo desenvolvimento dos dois povoados que, anos depois, formariam o município de Pedro Osório: Estação Cerrito e Maria Gomes ou Estação Piratini.

A partir da construção da estrada de ferro começou um grande fluxo de pessoas à localidade. Houve geração de empregos e impostos, pois além do grande número de ferroviários que se instalaram no local, vieram também os funcionários da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea e da Companhia Brasileira de Dormentes (DORBRÁS), esta última era a segunda maior produtora de dormentes do país.

Com o advento da estrada de ferro, desenvolvia-se paralelamente Cerrito, à margem esquerda do rio Piratini, e o núcleo de Maria Gomes, hoje Pedro Osório, que ao longo do tempo recebeu as denominações de “Paraíso”, “Ivo Ribeiro” e “Olimpo”.

Em 1959, Cerrito e Olimpo, de comum acordo, emanciparam-se dos municípios-mãe, Canguçu e Arroio Grande, respectivamente, conforme a Lei 3735/59 de 03 de abril de 1959 formando o município de Pedro Osório.

Mais tarde, em 1996, Cerrito emancipou-se e o município de Pedro Osório passou a ocupar somente a margem direita do rio Piratini.

Atualmente, Pedro Osório conta com população estimada de 8.228 habitantes.

A economia do município está alicerçada na pecuária, produção de arroz e mais recentemente, melancia. Anualmente, o município promove uma grande festa onde a melancia é o destaque.

2.6.1.13 Pelotas

A primeira referência histórica do surgimento do município data de junho de 1758, através da doação que Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, fez ao Coronel Thomáz Luiz Osório, das terras que ficavam às margens da Lagoa dos Patos. Fugindo da invasão espanhola, em 1763, muitos dos habitantes da Vila de Rio Grande buscaram refúgio nas terras pertencentes à Thomáz Luiz Osório. A eles, vieram juntarem-se os retirantes da Colônia do Sacramento, entregue pelos portugueses aos espanhóis em 1777, cumprindo o tratado de Santo Ildefonso assinado entre os dois países.

Em 1780, o português José Pinto Martins, fugindo da seca do Ceará, vem para a região e funda, às margens do Arroio Pelotas, a primeira charqueada. A prosperidade do estabelecimento, favorecida pela localização, estimulou a criação de outras charqueadas e o crescimento da região, dando origem à povoação que demarcaria o início da cidade de Pelotas. A pecuária entrou no seu período áureo, desenvolvendo a região através da criação de outras charqueadas, induzindo também ao desenvolvimento das indústrias de couros e

peles. O escoamento da produção ocorria, graças a sua localização, através do Arroio Pelotas e Lagoa dos Patos, mas também era notável a atividade dos tropeiros que conduziam os animais para outras regiões do Brasil. A partir deste período de expansão, Pelotas transformou-se na verdadeira capital econômica da província.

A Freguesia de São Francisco de Paula, fundada em 07 de Julho de 1812 por iniciativa do padre Pedro Pereira de Mesquita, foi elevada à categoria de Vila em 07 de abril de 1832. Três anos depois o Presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, outorgou à Vila os foros de cidade, com o nome de Pelotas, sugestão dada pelo Deputado Francisco Xavier Pereira devido à utilização de embarcações de couro, usadas para a travessia dos rios na época das charqueadas.

Durante a Guerra dos Farrapos, a cidade foi centro de importantes operações militares e os revolucionários passaram então a usar lenços de seda bordados com as datas das vitórias de 7 e 8 de abril de 1836 e 2 de junho do mesmo ano.

Dentre os feitos heróicos da Revolução Farroupilha, que constituem motivo de justo orgulho para os pelotenses, cita-se o sangrento combate travado próximo à cidade no lugar denominado Passo dos Negros, no canal de São Gonçalo, onde os Farrapos, tendo à frente o Comandante João Manuel de Lima e Silva, repeliram e derrotaram os legalistas.

Atualmente, o município ainda apresenta sua economia baseada no setor primário mantendo, entre outras, as tradicionais culturas do

pêssego e do arroz que alavancam um importante segmento industrial no município. A produção leiteira é outro grande destaque que mantém bons níveis de rendimento no setor primário.

Para o setor secundário, o desenvolvimento encontra-se, atualmente num período de crescimento e com excelentes perspectivas de futuro apresentando um interesse crescente por parte de empresas de fora com intenção de aqui instalarem suas plantas industriais.

Pelotas apresenta um setor terciário com comércio ágil e diversificado, serviços especializados e empresas de pequeno, médio e grande porte e concentrando mais da metade das atividades comerciais e de serviços da região.

Também é centro cultural, educacional, tecnológico e concentra grande número de entes administrativos regionais. Concentra, ainda, o maior número de atendimentos em todos os segmentos da área da saúde.

A Terra do Doce, como é conhecida, apresenta eventos de significativa repercussão como a EXPOFEIRA e FENADOCE, entre outros.

2.6.1.14 Pinheiro Machado

Pinheiro Machado é um dos Municípios mais antigos do Rio Grande do Sul. Até 1830, a área do município pertencia ao município de Rio Grande. Depois, passou a integrar o município de Piratini, desmembrando-se em 24 de fevereiro de 1879, sob a denominação de Nossa senhora da Luz das Cacimbinhas. A povoação deste município, segundo registros, iniciou-se pelo Brigadeiro Rafael Pinto Bandeira, por

volta de 1765. Os primeiros habitantes foram os açorianos Thomaz Antônio de Oliveira e José Dutra de Andrade, que receberam sesmarias na Coxilha do Velleda, em 1790.

Segundo a lenda, Dutra de Andrade teria perdido a visão e feito uma promessa de que se recuperasse a mesma ao lavar os olhos nas águas milagrosas das cacimbinhas, mandaria construir uma capela em honra de Nossa Senhora da Luz e, efetivamente, o milagre ocorreu. Depois da capela, foi criado um curato em 1851. Em 1857, foi elevada a freguesia e em 1878, ocorreu a emancipação.

As pessoas que trabalhavam pela emancipação foram: Florentino Bueno e Silva, José Maria Pinto, João Cândido da Rosa (fazendeiros), José Virgílio Goulart (militar) e o Dr. Saturnino Arruda (deputado). O município de Cacimbinhas teve seu nome mudado para Pinheiro Machado no governo do Intendente Provisório Dr. Ney Lima Costa quando o Senador José Gomes Pinheiro Machado foi assassinado no Rio de Janeiro, por Mânsio de Paiva, que era um morador da região de Cacimbinhas. A mudança de nome não foi aceita pela população, que se rebelou contra o Intendente, forçando-o a deixar a cidade.

Sua base econômica está na agropecuária, destacando-se a criação de ovinos, com sua exposição anual, de repercussão regional. O município esta cultivando videiras e já iniciou a produção de vinhos.

2.6.1.15 Piratini

Piratini ou Piratinin (denominação primitiva), que na língua Tupi-Guarani significa “Peixe Barulhento”, teve, em 1789, o início de seu povoamento com 48 casais oriundos do arquipélago dos Açores. Os primeiros povoadores, ao chegarem, estabeleceram-se no local denominado “Capão Grande de Piratini” e fundaram uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, desde então, padroeira da cidade.

Além dos primeiros povoadores de origem portuguesa (açorianos), hoje fazem parte da população outras etnias, como alemães e italianos. O Município de Piratini, localizado na Zona Sul do Estado, tornou-se célebre durante a Revolução Farroupilha por ser a 1ª Capital da República Rio-Grandense, proclamada pelos revolucionários, em 1836. Um ano depois, a Vila de Piratini foi elevada cidade e recebeu o título de **Mui Leal e Patriótica Cidade de Piratini**. O Centro Histórico, com suas velhas ruas e o casario, em grande número conservado, constituem testemunho vivo do Período Farroupilha, glória e tradição do povo do Sul. Vale a pena conhecer e percorrer as centenárias “ruas” por onde ressoaram as esporas ao tropel dos corcéis farrapos.

O município é destaque na produção de madeira. O início dos cultivos foi decorrência de benefícios fiscais que oportunizaram a introdução do pinus e de eucaliptos. Hoje, as serrarias

complementam sua força de trabalho buscando mão de obra nos municípios vizinhos.

O fato de ter sido a primeira Capital da República Rio-Grandense e de conservar seus prédios históricos tornou a cidade um atrativo turístico regional.

2.6.1.16 Rio Grande

A Cidade mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul está localizada na margem sul do estuário que conduz ao Oceano Atlântico as águas da imensa laguna, conhecida como Lagoa dos Patos.

Os primeiros navegadores que, no século XVI, singraram o Atlântico Sul, imaginaram que o canal lagunar que interrompia as extensas áreas arenosas fosse um grande rio, o que deu origem ao nome da cidade e do próprio Estado do Rio Grande do Sul.

A cidade foi fundada em 19 de fevereiro de 1737, pelo Brigadeiro José da Silva Paes, comandante de uma expedição militar portuguesa cujo objetivo era assegurar aos lusitanos as posses das terras do sul.

Naquela época, luso-brasileiros e espanhóis-castelhanos defrontavam-se em encarniçadas batalhas em território hoje pertencente ao Rio Grande do Sul e ao Uruguai, antiga Colônia do Sacramento. Por isso, a barra do então chamado Rio Grande de São Pedro representava um ponto estratégico para a instalação de um

reduto militar, local escolhido por Silva Paes para erguer o Forte denominado Jesus, Maria e José.

Em 1751, o povoado que aí se formou foi elevado à condição de vila. No entanto, em 1763, a Vila de São Pedro do Rio Grande caiu sob o domínio espanhol, sob o qual permaneceu por 13 anos, até abril de 1776, quando foi reconquistada definitivamente pelos portugueses.

A posição geográfica estratégica da cidade consolidou-se também em tempos de paz. A condição de único **porto marítimo** do Estado, por onde passavam todos os imigrantes e todo o comércio internacional, aliada à riqueza pesqueira e agropecuária da região, atraíram os colonizadores europeus e definiram as bases da economia atual: atividades portuárias e pesqueiras, refinação de petróleo, indústria, comércio, turismo e serviços.

A cidade, que hoje possui aproximadamente 205 mil habitantes, sedia o 5º Distrito Naval, o 6º Grupo de Artilharia de Campanha, a Fundação Universidade Federal do Rio Grande, as Faculdades Atlântico Sul, a Estação de Apoio Antártico, a Refinaria de Petróleo Ipiranga e um moderno e movimentado porto internacional de águas profundas, destinado a ser o porto concentrador de cargas do Mercosul. Em franco desenvolvimento um pólo-naval, onde estão sendo construídas embarcações e plataformas marítimas. Seus inúmeros museus, seus prédios históricos e com valor arquitetônico, seu peculiar ecossistema, a proximidade da Estação Ecológica do Taim, os impressionantes Molhes da Barra e o

excelente balneário do Cassino, dentre outros atrativos, fazem de Rio Grande o principal pólo turístico da metade sul do Estado.

2.6.1.17 Santa Vitória do Palmar

O território de Santa Vitória do Palmar, durante muito tempo, foi chamado de "Terra de Ninguém". O tratado de Santo Ildefonso estabelecia que a Espanha desse à Portugal a ilha de Santa Catarina, enquanto a Espanha ficaria com a Colônia do Sacramento e parte do Sete Povos das Missões. Denominado Campos Neutrais desde o Taim até o Chuí, nesse território nem os espanhóis nem os portugueses podiam localizar as suas tropas ou acampamentos.

No ano de 1821, os Campos Neutrais foram integrados ao Brasil e Dom Diego de Souza fez o primeiro ano de jurisdição nesse território e concedeu a primeira sesmaria a Antônio Joaquim de Carvalho Porto.

Em 1852, o governo Imperial nomeou o Marechal Francisco José de Souza Soares Andréa para comissário e limitar com o Uruguai as terras brasileiras. O Marechal Soares Andréa iniciou um processamento de criação do povoado em terras que pertenciam à sesmaria de Carvalho Porto.

No dia 19 de dezembro de 1855, fundaram a povoação, por Manuel Corrêa Mirapalhete. Em 24 de dezembro de 1888, nossa cidade passou a ser chamada de Santa Vitória do Palmar devido à esposa de Manuel Corrêa Mirapalhete chamar-se Vitória e ser grande devota da

Santa Vitória, e Palmar devido a grande quantidade de palmeiras na região. O povoado foi elevado a Vila em 30 de outubro de 1872 a 1874.

Santa Vitória é conhecida como a Terra das Águas. Costeada pelas águas do Oceano Atlântico, dos banhados da Estação Ecológica do Taim e de inúmeras lagoas, Santa Vitória do Palmar destaca-se pela natureza inigualável. Localizada a cerca de 500 quilômetros da capital gaúcha, no ponto mais meridional do Brasil, a região concentra uma vegetação e uma fauna exuberantes.

Belezas naturais como praias oceânicas, lagoas, arroios, dunas, concheiros e fósseis surpreendem visitantes e ecologistas de todas as partes do mundo. Com 34 mil habitantes, situada nos antigos “Campos Neutrais”, Santa Vitória possui um ecossistema único na América do Sul.

Além dos atrativos naturais, os prédios históricos, os faróis e as rotas inóspitas de aventura constituem atrativos para passeios inesquecíveis nessas terras de caráter rústico e ares intocados.

Também rica em atividades culturais no decorrer de todo o ano, Santa Vitória do Palmar realiza eventos e manifestações que valorizam sua história e seu povo.

Terra das Águas e dos Palmares, Santa Vitória é o cenário ideal para quem aprecia o turismo ecológico, a preservação do passado e as aventuras em harmonia com o meio ambiente.

2.6.1.18 Santana da Boa Vista

O município de Santana da Boa Vista teve origem no ano de 1822 e foi emancipado politicamente em 17 de setembro de 1965. Está incluído na metade sul do Estado, localizando-se em região montanhosa, pertencente a Serra das Encantadas, distante 300 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Sua extensão territorial é de 1.616 quilômetros quadrados e possui uma população de 8.623 habitantes, sendo que 60% residem na zona rural.

O clima é temperado e está a uma altitude de 360m, a vegetação predominante é a Savana, sua fauna é variada possuindo entre as espécies, o Papagaio Charão, ave em extinção no mundo.

Possui grande potencial hidrográfico, fazendo parte da Bacia do Rio Camaquã.

O sistema rodoviário é servido pela BR 392, BR 158 e BR 290. Suas principais atividades econômicas, atualmente, são a agricultura e a pecuária.

O município, com grande potencial turístico, faz parte da região chamada de Guaritas, de grande importância geológica.

Os morros da região são formados por um conglomerado de arenito e seixos, com altura média de 35 a 60 metros. Uma das características predominantes nestes morros são os platôs, que de uma forma decrescente, acabam em vales profundos, de mata fechada.

É neste cenário, constituído por inúmeros minifúndios, que Santana da Boa Vista, pretende receber seus turistas. Por isso a cada temporada, o município investe em infra-estrutura para proporcionar bem estar a todos os visitantes.

2.6.1.19 São José do Norte

Situada entre o Oceano e a Lagoa dos Patos, formando uma península, o município era primitivamente habitado pelos índios carijós. Seu desbravamento pelos brancos só ocorreria no século XVIII e a essa fase, estão ligados os nomes de Brito Peixoto, João de Magalhães e Cristóvão Pereira.

Assim, já em 1724, na margem setentrional da barra do Rio Grande, junto à atual cidade de São José do Norte, se estabeleceu um posto de vigilância, visando garantir a posse da barra e o transporte de gado, cada vez mais intenso ao longo do litoral.

Em 1763, quando as forças espanholas atacam a vila de Rio Grande, parte de sua população se refugia do outro lado da barra. Data desse ano a fundação do Arraial de São José do Norte.

Caberia, porém, ao elemento açoriano tornar efetivo o povoamento. Numerosas famílias ali se instalaram e, cultivando a terra, conseguiram lugar destacado na produção de trigo.

O nome de São José do Norte apresenta duas versões: a primeira vem da suposição de que os primeiros habitantes da região depositavam crenças em São José e que os historiadores

acrescentaram o nome de "do norte" porque estava localizado ao norte do município do Rio Grande; a segunda, é que o nome São José era homenagem ao rei de Portugal, D. José I.

Com relação à origem do nome deve ser acrescentado o seguinte episódio: na noite de 6 de junho de 1767, as tropas portuguesas, após violentos combates, expulsaram os espanhóis que haviam dominado o território e, novamente, as terras ficam sob o domínio de Portugal.

Volta a ser hasteada a bandeira lusa por ser o aniversário do Rei. D. José I, nosso município, até então chamado de Norte, Arraial do Norte e Povo do Norte, recebeu o nome de São José do Norte.

Esta restinga conhecida, antigamente, por "Península de Pernambuco - fazendo parte mais tarde do território chamado de Capitania del Rei, Província do Rei, Capitania do Rio Grande, Capitania do Rio Grande do São Pedro, era primitivamente habitada por índios charruas, minuanos.

Com a chegada de Silva Paes e a fundação oficial do Rio Grande, em 1737, toda a região foi beneficiada. Um dos primeiros atos do brigadeiro foi a criação da fazenda Real, os Bujurus, em 1738.

Com a criação do município de Mostardas, em 1963, passa a ser considerada como primeiro núcleo de povoação do município de São José do Norte, a localidade de Estreito.

A capela de Estreito serviu de matriz e a Igreja era dependência dessa Matriz.

A figura representativa do panorama inicial da literatura rio-grandense é a poetisa cega Delfina Benigna da Cunha, cunhada de João Antônio da Silveira, nascida no Pontal da Barra, em 1791.

Com o asfaltamento da BR. 101, aumentou consideravelmente o trânsito de veículos leves e pesados, indicando, com isto, a necessidade de melhorias profundas na ligação entre São José do Norte e Rio Grande. O escoamento da produção agrícola, principalmente de cebola e recentemente de resina de pinus, acrescenta densidade ao sistema viário.

Por sua proximidade com o Porto de Rio Grande, diversos empreendimentos estão previstos para instalação em São José do Norte.

2.6.1.20 São Lourenço do Sul

A origem do Município remonta ao final do século XVIII, quando a coroa portuguesa distribuiu terras nas margens da Lagoa dos Patos a militares que se destacaram nas guerras contra os espanhóis. Os proprietários erigiram capelas em devoção aos seus santos prediletos. Em 1807, os moradores da Fazenda do Boqueirão construíram a capela de Nossa Senhora da Conceição, ao redor da qual se desenvolveu o povoado que é o berço do município. Em 1830, o povoado da Fazenda do Boqueirão foi elevado à Freguesia por Dom Pedro I, sendo desmembrado da Vila de Rio Grande e incorporado à Vila de São Francisco de Paula, atual Pelotas.

Na Fazenda de São Lourenço, sita na margem esquerda do arroio do mesmo nome, foi edificada, em 1815, uma capela devotada a São Lourenço. No Arroio São Lourenço, o italiano Giuseppe Garibaldi, a serviço da República Rio-grandense, improvisou o estaleiro onde foram construídos os dois lanchões armados, usados para combater a frota imperial baseada na Lagoa dos Patos e empregados mais tarde na expedição farroupilha à Laguna. As águas rasas do arroio serviam de refúgio para a frotilha farroupilha sempre que ameaçada pelo maior poder de fogo dos barcos imperiais. São Lourenço foi palco de vários combates entre o exército farroupilha e o imperial.

Em 1850, o Coronel José Antonio de Oliveira Guimarães doou parte das terras da fazenda para uma nova povoação e, em 1858, firmou contrato com o prussiano Jacob Rheingantz, para o estabelecimento de colonos alemães na região. O pequeno porto, localizado na embocadura do Arroio São Lourenço, tornou-se então um dos mais importantes portos de veleiros mercantes do sul do Brasil, contribuindo para o progresso da colônia que foi grande produtora de batata durante o século XIX e parte do século XX.

A casa onde Rheingantz instalou a administração da colônia e a sua residência está preservada e integrada ao patrimônio arquitetônico do Município.

Muito embora a Freguesia de Boqueirão tenha sido elevada à condição de vila e emancipada de Pelotas em 26/4/84, a sede do

novo município foi transferida em 15/2/1890 para São Lourenço, promovida então a vila. Em 31/3/1938, passa a ser cidade.

São eventos marcantes em São Lourenço: as festas de Iemanjá e de Nossa Senhora de Navegantes, as festas da Colheita e do Colono, assim como a festa do Divino no Distrito de Boqueirão e a Festa de São Lourenço. O Reponte da Canção do Litoral Sul também é destaque. As praias de São Lourenço são as mais bonitas da Lagoa dos Patos. É conhecida como “A pérola da Lagoa”.

A principal atividade econômica de São Lourenço é a agropecuária, com destaque para: suínos, bovinos, laticínios, milho, feijão, soja, arroz, batata, cebola, fumo, aspargo, pimenta, alho e amendoim.

Das terras de São Lourenço, 95% pertencem a pequenos e médios produtores. Também são importantes, a indústria do couro e o turismo que conta com uma importante quantidade de hotéis, pousadas e restaurantes.

2.6.1.21 Tavares

Tavares é um município localizado na Planície Litorânea do RS, entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, fica a 240 Km da capital do Estado, Porto Alegre, em cujo patrimônio natural registra, através de Sambaquis, a presença indígena no passado.

Foi povoado por açorianos que, com a contribuição de africanos, colonizaram esta faixa de terra.

Iluminado por três faróis, (dois às margens do oceano e um às margens da Lagoa) Tavares é conhecido por suas belezas naturais, seja às margens da Lagoa dos Patos, seja na mata costeira, na Lagoa do Peixe ou nas dunas às margens do Oceano Atlântico.

A Lagoa do Peixe é fonte de uma das principais economias do Município, o camarão rosa.

Tavares tem como um dos pontos fortes a EXPOCACE – Exposição/Feira do Camarão e da Cebola, criada em 10/12/1984. O camarão rosa e a cebola, juntamente com peixes e outros frutos do mar, carne ovina, pães, compotas, e toda uma variedade de sequilhos, pastéis e licores, feitos artesanalmente, fazem parte da gastronomia local. A festa tem como slogan “Cultura e Diversão, Cebola e o Melhor Camarão”.

2.6.1.22 Turuçu

Dados históricos comprovam que tribos indígenas viveram nas atuais terras do município de Turuçu, que na língua indígena quer dizer “águas grandes”, em referência ao rio Turuçu, que faz divisa com o município de São Lourenço do Sul.

No ano de 1920, a família do Sr. Arthur Lange mudou-se para a região da Colônia Azevedo, morando num rancho aos fundos da Escola Carlos Koseritz, onde plantou arroz na costa do Arroio Grande. A seguir, mudou-se para a Feitoria onde continuou sua plantação de arroz, desenvolvendo paralelamente as atividades com

uma oficina mecânica e ferraria, onde ficou até 1930; ocasião em que se associou ao Sr. José Halfen no curtume, transferindo para Arroio Grande sua oficina mecânica e a ferraria, que asseguravam a manutenção aos poucos e rudimentares implementos agrícolas existentes na época.

Aos poucos, foram chegando mais algumas famílias, somando-se as já existentes e plantavam e comercializavam seus produtos, principalmente para as cidades mais próximas – Pelotas e São Lourenço do Sul.

Em 1935, o Sr. Arthur Lange fundou uma fábrica de tamancos coloniais e chinelos, que embora fosse rudimentar já gerava empregos. Em 1936, comprou a parte de seu sócio José Halfen, que foi morar na cidade de Pelotas. Em janeiro de 1949, foi constituída a empresa Arthur Lange e Filhos Ltda que, durante a década de 50, evoluiu concentrando suas atividades econômicas no curtimento de couros bovinos e na fabricação de chinelos e tamancos. A partir de 1959, a empresa mudou, passando também a exportar seus produtos, satisfazendo clientes e consumidores dos cinco continentes.

Um fato importante a destacar foi à construção da rodovia federal BR 116, no ano de 1960, principal via de acesso da região que contribuiu para o desenvolvimento industrial e a formação da Vila Arthur Lange, hoje sede do município de Turuçu.

Em 1985, o Grupo Extremo Sul adquiriu o controle acionário da empresa Arthur Lange S. A. (curtume) que se

especializou em couros de alta qualidade para estofamento de móveis e automóveis. Foi responsável por grande parte da economia do município, pois empregava grande número dos moradores de Turuçu e municípios vizinhos, tendo encerrado suas atividades em janeiro de 2008.

Turuçu é um município praticamente agrícola com uma cultura diversificada, onde impera a Agricultura Familiar com destaque no cultivo da pimenta calabresa, que faz com que Turuçu seja conhecida como a “Capital Nacional da Pimenta Vermelha”.

Turuçu foi criada através da Lei nº 10.649, de 28 de dezembro de 1995 e instalado em 1º de janeiro de 1997.

3 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS - PERSPECTIVAS FUTURAS DA REGIÃO

A região do COREDE-SUL, nos últimos cinco anos, vem experimentando um desenvolvimento acelerado que trará mudanças em todos os segmentos produtivos, com consequências positivas acompanhadas de necessidades sociais que precisam ser supridas, para que não haja, na região, a quebra dos parâmetros admissíveis, objetivando uma boa qualidade de vida.

São dezenas de projetos previstos. Alguns em implantação e outros ainda em trâmites burocráticos. Naturalmente, o conjunto desses projetos sofrerá mudanças nos próximos anos, com a confirmação de uns, a desistência de outros e, ainda, o surgimento de projetos que sequer estavam cogitados, prevendo-se um quadro de perspectivas que indicam profundas mudanças na região.

Na sequência, face às considerações ainda atuais, foi transcrito o que se encontra no documento editado pela **Secretaria de Coordenação e Planejamento, Rumos 2015**.

[...] a presença do Porto do Rio Grande e os negócios que atrai à sua volta condicionam que grande parte das oportunidades e potencialidades da região se relacionem, direta ou indiretamente, ao incremento do comércio mundial. O crescimento da economia nacional fornece uma oportunidade para a importação e processamento destes bens, enquanto o crescimento da economia mundial, uma oportunidade exportadora. Assim, a região tem atratividade para vários setores que podem se beneficiar da proximidade do porto. No setor industrial, podem-se citar fertilizantes (importação), madeira, papel e celulose (exportação), petroquímicos (importação), óleos comestíveis,

farinhas e rações (exportação). No setor primário, arroz e trigo (importações), bovinos (exportação). Entretanto, algumas fraquezas residem em problemas de infra-estrutura associada ao Porto. O elo faltante da ligação ferroviária entre Porto Alegre e o Porto do Rio Grande e a baixa eficiência do sistema de transportes rodó e hidroviário limitam a capacidade da região usufruir das oportunidades que o comércio internacional abre. O principal elo faltante é a ferrovia General Luz – Pelotas, ligação direta entre a Região Metropolitana e o Porto do Rio Grande, a qual permitiria que a produção do interior do Estado escoasse por Cacequi e Bagé, enquanto a produção da Serra e da Região Metropolitana fosse transportada via esta nova ferrovia. Também a limitação do calado no Porto do Rio Grande e na Laguna dos Patos é outro desafio a ser superado. (Rumos 2015, 2006, p. 231, v. 2)

Polarizada por Pelotas-Rio Grande, a região deve ter como visão estratégica, do ponto de vista espacial, a busca de ampliação e aprofundamento da área de influência desse eixo. Para que esses setores dinâmicos não se tornem enclaves e para que tais impulsos iniciais não sejam rapidamente amortecidos, devem-se buscar maiores conexões com as potencialidades econômicas pré-existentes. O eixo Pelotas-Rio Grande já tem porte suficiente para atrair empreendimentos dos setores secundário e terciário complementares aos relacionados com os setores novos, e poderão se beneficiar intensamente de um maior aproveitamento do potencial do Porto. Em curto e médio prazos, isso torna a região mais dependente do desempenho de tais atividades. Já no longo prazo, a diversificação que costuma ocorrer tende a internalizar o processo de desenvolvimento, tornando a região menos sensível a choques externos. Trata-se de uma região rica em capital natural, que é apenas parcialmente aproveitado, com a produção de arroz. Uma maior exploração dos recursos naturais, no padrão tecnológico atual, levará a um agravamento das agressões ao ambiente local. As economias de urbanização e de aglomeração geradas por Pelotas, em especial, e por Rio Grande, em segundo lugar, criam ambientes propícios à atração e ao desenvolvimento de atividades dos setores secundário e terciário. Os núcleos de educação e pesquisa nessas cidades têm o potencial de colaborar com o desenvolvimento, caso consigam uma maior integração com o aparato produtivo. A concentração de renda e os problemas em educação e saúde dela advindos impõem desafios para a melhoria das condições sociais pelos agentes públicos, os quais ainda tendem a ter frágeis finanças públicas municipais (RUMOS 2015, 2006, p.233-234, v.2).

As abordagens feitas no documento Rumos 2015 apontam inúmeras oportunidades e ameaças que a região apresentará durante este período de investimentos intensos. É oportuno acrescentar que, embora os reflexos dos investimentos estejam mais concentrados no eixo Pelotas - Rio Grande, acontecerão em maior ou menor escala em todos os municípios da região. É necessário, portanto, que as administrações municipais do eixo Pelotas – Rio Grande, e mais ainda, as dos pequenos municípios, estejam atentas às oportunidades favoráveis, sem negligenciar o suprimento das necessidades das populações que serão envolvidas neste processo.

3.1 A REGIÃO - MATRIZ FOFA

As fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças que a região apresenta foram identificadas com vistas a dar embasamento às ações das etapas seguintes do processo e elaboradas de conformidade com a metodologia proposta.

No período de 13 a 22 de outubro de 2009, foram realizadas quatro assembleias microrregionais, respectivamente, nos municípios de Arroio Grande, Canguçu, Pelotas e Rio Grande. Nessas assembleias, foi realizada uma avaliação crítica dos dados da Análise Situacional, apresentada pela equipe técnica que elaborou a pesquisa e as correções e inclusões de aspectos importantes para os encaminhamentos de como a região pretende ser num futuro não muito distante.

Assim, coletivamente, com base no Diagnóstico Técnico e na Análise Situacional, acrescidos da vivência e do conhecimento de cada pessoa presente, foi construída a matriz FOFA por eixo temático.

Matriz Fofa

GESTÃO ESTRUTURAL	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
OPORTUNIDADES	Potencialidades Abundantes Recursos Hídricos; Complexo Porto de Rio Grande; Comunicações; Diversidade Biológica; Diversidade de Ambientes; Energia térmica, eólica e gás; Rodovias; Transportes; Rodovia, Ferrovia, Hidrovia, Aerovia.	Desafios Aproveitamento das Hidrovias; BR101 Túnel; Comunicações – Investimentos e Modernização; Ferrovia POA–Pel-RG; Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas; Ligação Asfáltica – Cerrito; P Altas; .A Padre; Ponte Acesso a Sta.Isabel e Ligação Asfáltica; Projetos e Investimentos; Projetos para setor de transporte; Transporte, novos investimentos e prosseguir existentes;
AMEAÇAS	Riscos Escoamento Safras; Licenciamento Ambiental; Matéria Prima; Meio ambiente; Poluição; Questões climáticas; Sistema Comunicações;	Limitações Ambientais; Deficiência energética no meio rural; Déficit energético para novos investimentos; Déficit Hídrico em 80% dos anos; Logística p/Porto de Rio Grande;

Matriz Fofa

GESTÃO ECONÔMICA	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
OPORTUNIDADES	Potencialidades Abundante Mão de Obra; Agronegócio; Agropecuária c/tecnologia; Atividade pesqueira interna e Costa do mar; Comércio Serviços e Turismo; Esporte e Lazer; Feiras e eventos municipais; Florestamento Acácia Eucalipto; Fruticultura; Mão de Obra disponível; Pecuária Bovinos e Ovinos; Pinus, Madeira e Resinas; Turismo. (histórico, água doce, mar, colônia, pampa);	Desafios Adequação ao mercado; Agregação de valor ao produto primário; Atração de Agroindústrias e Indústria moveleira; Atração novos investimentos; Calendário regional de eventos – buscando integração; Comércio Exterior; Controle na distribuição de terras; Gestão de eventos. Estimular profissionalismo; Hotelaria ampliar; Implantação de recifes artificiais na costa marítima; Incentivo para projetos de hotelaria; Integração dos pescadores; Programa de incentivo a produtividade e comercialização setor primário;
AMEAÇAS	Riscos Dificuldade de acesso a recursos; Falta vocação p/exploração turística; Pesca predatória;	Limitações Comitê de Preservação Permanente; Elevada carga tributária; Falta de eventos regionais; Fiscalização ambiental; Hotelaria e restaurantes deficientes; Políticas de investimentos dos Setores; Reserva Legal;

Matriz Fofa

GESTÃO SOCIAL	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
OPORTUNIDADES	Potencialidades Cultura; Educação; Pesquisa Agrícola; Ensino Técnico; Passado com muita história; População disponível; Tecnologia; Universidades;	Desafios Alfabetização; Ampliação do conhecimento científico; Aumento número habitações populares; Baixa Qualificação da M.O. Descentralização e Qualificação da Saúde; Descentralizar saúde e mais Hospitais; Drogas e Prevenção; Fomento do capital social; Habitação; Interiorização das Universidades; Melhorar qualidade da água para consumo; Mudança cultural; Proficiência em todos os graus escolares; Qualificação de R.H.; Regionalização uso da água e controle de cheias; Saneamento. Básico; Tratamento de resíduos urbanos e industriais; Valorização das expressões culturais;
AMEAÇAS	Riscos Crescimento populacional; Criminalidade; Déficit na Segurança Pública; Degradação do meio ambiente; Desestímulo do setor econômico; Desestímulo; Drogadição; Exclusão social; Individualismo; Pandemias; Projetos desvinculados e individualizados; Sub-habitações;	Limitações Ações isoladas – área da cultura; Ausência de cultura cooperativa e associativa; Baixa Qualificação; Déficit Habitacional; Faltam Hospitais e Leitos Hospitalares; Habitação; Individualismo; Justiça e segurança; Pouco apoio à cultura; Profissionais Qualificados; Saneamento; Saúde sem resolutividade;

Matriz Fofa

GESTÃO INSTITUCIONAL	FORTALEZAS	FRAQUEZAS
OPORTUNIDADES	Potencialidades Diversidade de oportunidades; Feiras e eventos municipais; População disponível; Significativo volume de investimentos; Grande colégio Eleitoral; AZONASUL; COREDE-SUL; NOVOSUL; A. D. Costa Doce; Posição Geográfica; Diversidade cultural, biológica e ambiental;	Desafios Ampliação de diálogo; Ampliação de oferta de serviços públicos; Articulação interinstitucional e consenso; Captação de recursos; Fomento do capital social; Criar políticas Setoriais Adequadas; Cumprimento da legislação ambiental; Desenvolver políticas de inclusão social; Envolver e comprometer; Estimular projetos sociais, associativismo e consórcios; Gestão Pública e Planejamento; Incentivo a participação integradora; Políticas de incentivo a cultura, esporte e lazer; Mais investimentos em políticas públicas; Ampliação da representação política; Mobilização política focada na região e voto distrital; Estimular profissionalismo de eventos; Mudança cultural; Consciência e cidadania; Fortalecimento dos Comitês de Bacia;
AMEAÇAS	Riscos Assistência Social; Desenvolvimento desordenado; Exclusão política e social; Fuga de investimentos; Impacto urbano; Pouco profissionalismo nos eventos; Descaso ao associativismo e ações integradoras;	Limitações Assistência Social; Crescimento populacional exagerado; Distância entre produtor e mercado consumidor; Estruturas administrativas municipais deficientes; Êxodo Rural; Gestão Pública – Falta modernização; Inclusão de comunidades; Modernização da Gestão Pública Municipal; Recursos financeiros escassos; Municípios fora do eixo de desenvolvimento da região; Baixa articulação entre instituições; Baixa representação política;

Assim, as percepções arroladas pelas pessoas presentes nas reuniões de análise e reflexão, como é possível verificar nos quadros acima, evidenciaram não haver dissonância de visão com os estudos e documentos já existentes sobre a região. *”Plano Regional de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Região Sul do Rio Grande do Sul. COREDE-SUL - 1999; Rumos 2015, Sociedade Convergente, Agenda 2020 e Movimento Novo Sul, entre outros”*.

As sugestões e propostas constantes dos documentos e estudos existentes na região e as apresentadas pelos COMUDES e pelo Plenário do COREDE-SUL vieram reforçar e aprimorar as proposições que a Equipe Técnica havia identificado e conduziram à formulação de um conjunto de estratégias as quais, ao longo das ações, deram origem aos macro-objetivos regionais.

3.2 REFERENCIAIS ESTRATÉGICOS

Também de forma coletiva, em três oportunidades diferentes e com grupos de pessoas vinculadas ao **COREDE-SUL** e aos **COMUDES**, foram definidos os Referenciais Estratégicos. Desta forma, foi construída uma **visão** de futuro, com base nas **vocações** naturais ou que podem ser buscadas e, mais ainda, em **valores** ou princípios norteadores, aceitos pelos que participaram da construção do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul.

3.2.1 Valores

Os **valores** abaixo elencados representam o conjunto de ideias fundamentais, em torno do qual a região está sendo pensada. Representam as convicções dominantes e as crenças básicas vigentes na região. São elementos motivadores que direcionam as ações das pessoas na região, contribuindo para a unidade e a coerência das definições:

Associativismo

Construção de Consenso

Busca da descentralização do desenvolvimento

Educação com qualidade

Participação democrática

Qualidade de vida

Preocupação com a redução das desigualdades sociais

Respeito ao meio ambiente

Solidariedade e senso de coletividade.

Busca da sustentabilidade

Valorização do patrimônio cultural.

3.2.2 Vocação

A **vocação** é uma declaração sobre o que a região é. Serve de critério geral para definir objetivos, e auxiliar na escolha das decisões estratégicas. São as potencialidades regionais:

Atividade agropastoril expressiva

Intensa diversidade cultural

Crescente Indústria Naval.

Potencial em educação, de conhecimento - pesquisa – tecnologia

Potencial para energias limpas.

Potencial em atividades de pequeno porte: piscicultura, artesanato e agricultura familiar.

Potencial hídrico.

Potencial turístico.

Potencial em atendimento à saúde.

3.2.3 Visão

“Ser a região Gaúcha mais competitiva, solidária e ética, que respeita o meio ambiente e as diversidades, onde os padrões de educação, cultura, saúde e segurança revelam a elevada qualidade de vida e a reduzida desigualdade social da população.”

A frase acima é o resultado, é o desejo de todos os que participaram dos trabalhos, tanto em pequenos grupos como das assembleias regionais promovidas pelo COREDE-SUL. É o cenário futuro desejável. É a pretensão de como a região deve ser vista.

3.3 MACRO-OBJETIVOS E PROGRAMAS DA REGIÃO

No quadro a seguir, constam as oito vertentes para numa ação articulada, em futuro próximo, tornando a região do COREDE-SUL realmente a mais competitiva, solidária, ética, de elevada qualidade de vida e reduzida desigualdade social.

MACRO-OBJETIVOS REGIONAIS							
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO	QUALIDADE DE VIDA DESENVOLVIMENTO PARA TODOS	TURISMO E CULTURA PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA.	CONSOLIDAÇÃO DO PORTO DO RIO GRANDE	QUALIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL	ESTÍMULO E DINAMIZAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL	FORTALECIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ PRODUTIVA DO SETOR PRIMÁRIO	GESTÃO DE QUALIDADE ALAVANCA PARA O DESENVOLVIMENTO
PROGRAMAS							
ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO	SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE	AÇÕES INTEGRADAS PARA ATRAÇÃO TURÍSTICA.	SUPRIMENTO DE INFRAESTRUTURAS	INFRAESTRUTURA VIÁRIA	ATRAÇÃO DE INDÚSTRIAS DINÂMICAS E AGROINDÚSTRIAS	AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	GESTÃO MUNICIPAL
ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO	HABITAÇÃO	QUALIFICAÇÃO DE RH VOLTADOS A ATIVIDADE TURÍSTICA.	MEDIDAS INSTITUCIONAIS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL	ENERGIA	INCUBADORAS TECNOLÓGICAS E BERÇÁRIO INDUSTRIAL	AGROINDÚSTRIA DE BASE FAMILIAR	GESTÃO REGIONAL
ENSINO SUPERIOR	SAÚDE, UMA AÇÃO INTEGRADA: SEGURANÇA	REVITALIZAÇÃO DE ATRATIVOS NATURAIS E ARQUITETÔNICOS VALORIZANDO A CULTURA REGIONAL E GERANDO TURISMO.	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA E EMPRESARIAL	COMUNICAÇÕES	POLO DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	IRRIGAÇÃO DE CULTIVOS DE SEQUEIRO CADEIA DE BASE FLORESTAL ATIVIDADE PESQUEIRA DE ÁGUAS INTERNAS E DA COSTA MARÍTIMA. RECURSOS MINERAIS ROCHAS INDÚSTRIAS E ORNAMENTAIS	QUALIFICAÇÃO DO TERCEIRO SETOR E COMUDES

QUADRO GERAL – Macro-objetivos e Programas

3.3.1 Macro-Objetivo - educação e tecnologia para o desenvolvimento

Adoção de uma política educacional que priorize efetivamente a formação de cidadãos e cidadãs, reconhecendo a educação como processo articulador/mediador, indispensável a todas as propostas de desenvolvimento sustentável. Qualificação do Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Tecnológico, dando sustentação às ações para o desenvolvimento da Região.

PROGRAMAS	Atores Envolvidos	Projetos
ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO	MEC SE/RS CREs Prefeituras Municipais AZONASUL COREDE-SUL	1 - Gestão Escolar, qualificando continuamente todos os educadores envolvidos em atividades administrativas e pedagógicas. 2 - Provimento permanente de recursos materiais (infra-estrutura, laboratórios, equipamentos e etc.), qualificando a Educação dos municípios da Região. a. Melhoramento e conservação dos prédios escolares; b. Permanente conservação dos ambientes de práticas esportivas, laboratórios e seus equipamentos; c. Bibliotecas com material e pessoal qualificados; 3 - Aperfeiçoamento continuado e incentivo funcional aos recursos humanos envolvidos em todos os níveis e modalidades da educação. 4 – Incentivar os gestores a uma adesão plena aos programas que visem à melhoria da Educação, como por exemplo: PROEJA; PROGESTÃO;

		PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO; MAIS EDUCAÇÃO; SEGUNDO TEMPO; SAÚDE E PREVENÇÃO NA EDUCAÇÃO; ESCOLA ABERTA PARA A CIDADANIA;
ENSINO TÉCNICO E TECNOLÓGICO	IFSUL IF-RS (rg) SENAI SENAC SENAR SENAT SESI João XXIII Universidades COREDE-SUL, AZONASUL Pref. Municipais Outros	1 – Intensificar as ações para a efetiva implantação do Parque Tecnológico da Região Sul, consorciando as instituições de ensino e pesquisa num programa de desenvolvimento científico e tecnológico. 2 – Promover uma ação articulada entre todos os municípios, buscando o levantamento das necessidades de qualificação de RH a nível local e motivação aos possíveis usuários dos cursos. 3 – Capacitação gerencial e formação de mão de obra qualificada e adequada às atividades inovadoras e tradicionais, identificadas como “referências” para o desenvolvimento regional, aproveitando as ofertas dos Programas Nacionais e Estaduais de qualificação de RH.
ENSINO SUPERIOR	UFPEL UCPEL FURG Fac. Anhanguera Educacional FATEC/ SENAC e outros	1 – Manter programas nas Unidades de Ensino Superior que contemplem a formação de profissionais voltados para atender as demandas regionais, focadas no presente Plano estratégico.

3.3.2 Macro-Objetivo - qualidade de vida - desenvolvimento para todos

Adoção de ações integradas para atender às necessidades dos eixos ambiental, econômico e social, com foco na família, incentivando à construção de redes de cooperação envolvendo os setores, público, privado e sociedade civil, com o objetivo de melhorar os indicadores de qualidade de vida da região.

PROGRAMAS	Atores Envolvidos	Projetos
SANEAMENTO BÁSICO E MEIO AMBIENTE	Corsan Funasa Minist. Cidades Consórcios Públicos Centro Ref. Amb. Lab. Cont. Água e Efluentes	1 – Planos Municipais de Saneamento em toda a região; Abastecimento de água potável; Tratamento das águas servidas; Drenagem urbana; Tratamento do lixo urbano e rural. 2 – Municipalização do Meio Ambiente. 3 – Zoneamento Ambiental em todos os municípios.
HABITAÇÃO	Ministério Cidades Sec.Hab Prefeituras	1 - Ampliação e intensificação dos programas de habitação popular. 2 - Erradicação de Aglomerados habitacionais subnormais.
SAÚDE, UMA AÇÃO INTEGRADA:	MIn. Saúde SES SAMU Prefeituras Municipais Universidades Pronto Socorro	1 – Foco na saúde e não na doença; a- Programa de Saúde da Família, completamente informatizado em todos os municípios; b- Informatização em rede, visando o controle e a avaliação das ações e dos encaminhamentos dos pacientes; 2 – Rede de estruturas físico-operacionais de qualidade em todos os municípios;

	Regional Hospitais Regionais de Referência	a- Unidades Básicas de Saúde; b- Unidade de Pronto Atendimento; c- Unidade Mista de Pequeno Porte; d- Equipamentos para as necessidades básicas emergenciais. 3 – Capacitação permanente das equipes técnicas e administrativas das Unidades Básicas e das Secretarias Municipais de Saúde. 4 – Qualificar os sistemas municipais de coleta de informações dos Indicadores de Saúde, com vistas a melhoria do acesso aos recursos Federais e Estaduais.
SEGURANÇA	Ministério da Justiça Secretaria Estadual de Segurança	1 - Equipar os órgãos de segurança pública, de recursos operacionais e de proteção individual adequados. 2 - Qualificar os recursos humanos para atender as necessidades dos municípios, com efetivos compatíveis com a população. 3 - Descentralizar os serviços de segurança pública, implantando-os onde não existem. 4 - Investir em policiamento preventivo e Programas de Prevenção da Violência.

3.3.3 Macro-Objetivo - turismo e cultura para geração de emprego e renda

Ações estratégicas, ampliando e fortalecendo o turismo receptivo com ênfase na cultura (folclore, gastronomia e artesanato regional) e no meio ambiente.

Construção de inventário turístico urbano e rural da região, destacando suas principais potencialidades.

PROGRAMAS	Atores Envolvidos	Projetos
AÇÕES INTEGRADAS PARA ATRAÇÃO TURÍSTICA.	Minc, SETUR Prefeituras Municipais Consórcios A.D.Costa Doce AZONASUL COREDE-SUL	1 - Produção e manutenção permanente de um Calendário Turístico Regional. 2 - Implementação e articulação de ações integradas de: Turismo Ecológico, Rural, Náutico, Cultural e de Marketing Turístico. 3 - Qualificação dos Eventos Regionais com promoção concomitante de eventos municipais provocando maior atração turística.
QUALIFICAÇÃO DE RH VOLTADOS A ATIVIDADE TURISTICA	Ministério do Turismo SETUR Universidades SEBRAE SENAC	1 - Qualificação gerencial e profissional continuada de todo o Trade Turístico da Região. 2 - Estimulo ao artesanato e a manufatura de produtos típicos da região.
REVITALIZAÇÃO DE ATRATIVOS NATURAIS E ARQUITETÔNICOS VALORIZANDO A CULTURA REGIONAL E GERANDO TURISMO.	IPHAN Ministério da Cultura Ministério do Turismo SECULT Prefeituras Municipais SESC SENAT	1 - Revitalização e adequação de atrativos de interesse turístico regional. 2 – Preservação, restauração e revitalização do patrimônio histórico e cultural da região. 3 - Fortalecimento da Gastronomia Regional e valorizar as diferentes formas de manifestações e diversidades culturais (quilombolas, indígenas, étnicas, folclóricas, regionalistas). 4 - Conscientização e Educação Turística de todos os agentes que interagem com os turistas. (hotéis, restaurantes, táxis e etc).

3.3.4 Macro-Objetivo - consolidação do porto de Rio Grande

Realizar a missão do Porto do Rio Grande – consolidação como Porto principal do Cone Sul. (Rumos 2015).

PROGRAMAS	Atores Envolvidos	Projetos
SUPRIMENTO DE INFRAESTRUTURAS	Sup. Porto do Rio Grande DAER, DNIT, ANTT, Concessionária de Ferrovia. RGE, CEEE SEMC, ANEEL AGERGS MCT, MEC,SEMC	<i>Transporte:</i> Fortalecimento e ampliação do Porto. Acessibilidade Estadual ao Porto. Eixos de interligação com o Mercosul. <i>Energia:</i> Superação de Gargalos em Linhas de Transmissão. Melhoria das Condições Operacionais de Suprimento. <i>Telecomunicações:</i> Suprimento Institucional de Redes de Transmissão de Dados de Alta Velocidade.
MEDIDAS INSTITUCIONAIS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL	Sup.Porto do Rio Grande, Governo Federal e do Estado do RS, Prefeitura de Rio Grande,	Consolidação da reestruturação Institucional e Financeira da Superintendência do Porto de Rio Grande. Plano Diretor do Porto. Plano Diretor de Rio Grande e Licenciamento Ambiental da Área do Porto.
DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO TÉCNOLÓGICA E EMPRESARIAL	SE/RS - SUEPRO, UERGS, IF-Sul, Instituições de Ensino Superior na Região	Capacitação Técnico-Profissional Inicial e Continuada.

3.3.5 Macro-Objetivo - qualificação da infraestrutura regional

Qualificar a infra-estrutura existente, ajustando-a as demandas atuais, e implantando melhorias com vistas à atração de novos investimentos.

PROGRAMAS	Atores Envolvidos	Projetos
INFRAESTRUTURA VIÁRIA	Ministério dos Transportes DNIT Sec.Estadual de Infraestrutura DAER Portos e Hidrovias	1. Hidrovia do Mercosul - Implementar a navegação lacustre e fluvial para fins econômicos e turísticos. 2. Sinalizar e aprofundar para 19 pés as hidrovias da zona sul. 3. Ampliar e qualificar rede logística integrada de transporte objetivando maior eficiência do setor. 4. Implantar a Ferrovia General Luz – Pelotas 5. Linha Ferroviária Cruz Alta – T. Sta.Maria - Cacequi – Rio Grande, reforço estrutural de pontes. 6. Construir o túnel ligando Rio Grande / São José do Norte 7. Construir a ponte ligando Rio Grande / Santa Isabel e pavimentar a rodovia RST 473. 8. Segunda Ponte Internacional entre Jaguarão e Rio Branco (Fronteira, BR-URU) – Construção. 9. Duplicar a rodovia BR 116 entre Pelotas e POA em seus pontos críticos. 10. BR 392 Ampliação de 2 para 4 faixas de tráfego no trecho Cabeceira Norte da Ponte BR-101. 11. BR-392 Ampliação de 2 para 4 faixas de tráfego no trecho entre BR-101 e Rio Grande. 12. BR-392 Ampliação de 2 para 3 faixas de tráfego no trecho entre Santana da Boa Vista e BR-116. 13. BR-392 Viadutos sobre a Ferrovia Pelotas – Rio Grande. 14. RS 655 Duas faixas de tráfego no trecho

		entre. E.M. (P/Jaguarão) – Passo do Centurião. (Fronteira, BR-URU). 15. RS 608 Duas faixas de tráfego no trecho entre Pedras Altas e Herval. 16. RS-473. Duas faixas de tráfego no trecho entre Herval e BR-471. 17. Acesso rodoviário Pedras Altas 2 faixas de tráfego no trecho entre Pedras Altas e BR-293. 18. Acesso rodoviário entre Cerrito e BR 293; 19. Acesso rodoviário entre Amaral Ferrador e BR 116; 20. Acesso rodoviário Capão do Leão – Morro Redondo - Canguçu. VRS 071 21. Acesso rodoviário Arroio do Padre 2 faixas de tráfego no trecho Arroio do Padre (final da Zona Urbana) e BR-116.
ENERGIA	Ministério de Minas e Energia Eletrosul CEEE CGTEE	1. Garantir a produção, a distribuição e disponibilidade de energia diversificada na Região Sul, especialmente energias limpas. 2. Promover e fomentar políticas públicas para a implantação do Parque Eólico da Região. 3. Aproveitamento de Resíduos Florestais, Casca de Arroz, Gás e Biogás. 4. Universalizar o acesso à energia elétrica no meio rural, atendendo as propriedades rurais da região e as residências rurais nelas situadas. 5. Resolver problemas vinculados a gargalos em linhas de transmissão, que tendem a ocorrer pelo aumento das demandas. 6. Incentivo à instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas de acordo com o Programa Gaúcho de PCH's.
COMUNICAÇÕES	Ministério das Comunicações Secretaria de Infraestrutura e Logística	1. Formação e Inclusão Digital. 2. Ampliar a capacidade dos sistemas de comunicação (dados e voz) para atender as demandas dos novos projetos. 3. Acesso à internet na Zona Rural.

3.3.6 Macro-Objetivo - estímulo e dinamização da atividade industrial

Estímulo à implantação de indústrias dinâmicas com vistas à diversificação progressiva da estrutura produtiva da região, de modo a aumentar a renda regional e suprir a oferta de emprego nas áreas urbana e rural.

PROGRAMAS	Atores Envolvidos	Projetos
ATRAÇÃO DE INDÚSTRIAS DINÂMICAS E AGROINDÚSTRIAS	SEDAI AZONASUL COREDE-SUL Agencias de Desenvolvimento Movimento Novo Sul	1. Adoção de mecanismos de apoio e estímulo à atração e geração de empreendimentos de base tecnológica, que apresentem na sua concepção compromissos de responsabilidade social e ambiental.
INCUBADORAS TECNOLÓGICAS E BERÇÁRIO INDUSTRIAL	Secretaria de Cien Tecnologia Universidades Centro Tecnológico. Regional	1. Ampliação e diversificação da capacidade instalada do setor industrial da região, reduzindo a ociosidade e gerando mais postos de trabalho. 2. Implantação de Incubadoras tecnológicas e berçários industriais.
POLO DE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	Ministério das Ciências e Tecnologia SEDA Universidades Prefeituras Municipais	1. Intensificação das ações do Pólo de Modernização Tecnológica - TECNOSUL, vinculado às instituições de ensino e pesquisa, prefeituras municipais e iniciativa privada.

3.3.7 Macro-Objetivo - fortalecimento e diversificação da matriz produtiva do setor primário

Intensificar as atividades do setor primário, qualificando a produção, gerando emprego e renda, aproveitando a vocação e as potencialidades da região.

PROGRAMAS	Atores Envolvidos	Projetos
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	Ministério da Agricultura, Secretaria Est. da Agricultura, EMBRAPA EMATER Cooperativas	1. Intensificar e diversificar a produção primária fortalecendo as cadeias produtivas tradicionais através da pesquisa e da extensão, qualificando a infraestrutura e, oportunizando financiamento compatível. 2. Apoio tecnológico à atividades produtivas, com o fortalecimento das atualmente praticadas e criação de novas oportunidades, abrangendo, os setores de: grãos, fruticultura, floricultura, olericultura, leite, carnes e lã; 3. Organização da produção, armazenamento, beneficiamento e comercialização em forma associativa.
AGROINDÚSTRIA DE BASE FAMILIAR	IF-Sul Embrapa Emater Cooperativas P. Municipais	1. Apoiar a diversificação do setor industrial regional, com vistas aos produtos; grãos, lácteos, pescado, carnes, frutas e hortaliças. 2. Adequar a legislação municipal, para a adoção de processos industriais na busca da agregação de valor aos produtos e incentivo a agroindústria familiar e de grupos de produtores (leite, pescado, batata, pimenta, mel e outros).
IRRIGAÇÃO DE CULTIVOS DE SEQUEIRO	Ministério e Sec. Estadual da Agricultura, Emater Pref. Municipais	1. Intensificar as ações do PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE PEQUENOS AÇUDES para irrigação de culturas de sequeiro, incentivando, também, seu uso para piscicultura. 2. Apoiar a aquisição de equipamentos de irrigação, visando otimizar a utilização de água em lavouras, pomares e pastagens, garantindo a produção agropecuária em propriedades de agricultura familiar. 3. Perfurar poços artesanais e rastos, construir e/ou recuperar cacimbas e construir cisternas.
CADEIA DE BASE FLORESTAL	Sec. Agricultura	1. Fomento a diversificação da atividade florestal regional com destaque na formação de cadeias

	Emater P. Municipais	produtivas completas de: Madeiras, Resinas e Móveis.
ATIVIDADE PESQUEIRA DE ÁGUAS INTERNAS E DA COSTA MARÍTIMA	Ministério da Pesca, SEAP Secretaria da Agricultura Emater Prefeituras Municipais UFPEL – ALM, UCPel -	1. Promover a realização de estudo sobre o setor pesqueiro, com vistas a dimensionar o potencial da atividade e a definição dos apoios necessários à sua preservação e/ou expansão. Desenvolver ações de suporte ao empreendedor na pesca e aquicultura (assistência técnica para elaboração de planos de negócios, cooperativismo e gestão). 2. Desenvolver cursos de capacitação de profissionais em todas as fases da cadeia de pesca, (processamento, aquicultura, armazenamento, refrigeração, procedimentos sanitários). 3. Produção de alevinos para repovoamento de barragens, lagoas e outras águas interiores. 4. Implementar mecanismos para recuperar a produção oceânica e estuarina, adequada aos níveis de sustentabilidade de estoques. 5. Elaborar plano de gerenciamento pesqueiro envolvendo os recursos marítimos, lacustres e hídricos da região. 6. Implantação de recifes artificiais na costa marítima. 7. Corrigir os pontos de estrangulamento (fiscais, tarifários e de custo social), responsáveis pela fuga dos desembarques criando mecanismos atrativos para reversão deste quadro.
RECURSOS MINERAIS ROCHAS INDÚSTRIAS E ORNAMENTAIS	Ministério e Sec. Estadual de Minas Energia SEDAI Minist. e Sec. Est. de M. Ambiente	1. Atração de empreendedores oferecendo estímulos e benefícios. 2. Qualificação continuada de gestores e de profissionais envolvidos com o setor. 3. Fortalecimento e ampliação do Banco de Dados Setorial. 4. Agilização do licenciamento e concessão da exploração e beneficiamento, observando a preservação ambiental.

3.3.8 Macro-Objetivo - gestão de qualidade - alavanca para o desenvolvimento

Aprimorar a gestão e qualificar os agentes que nela intervêm, em todos os setores, em ativa ação sinérgica para a mobilização de uma região rica em oportunidades.

PROGRAMAS	Atores Envolvidos	Projetos
GESTÃO MUNICIPAL	MBC Prefeituras AZONASUL COREDE-SUL Movimento Novo Sul	1. Modernização Administrativa dos Órgãos Municipais. 2. Qualificação permanente dos Quadros da Administração Municipal. 3. Realização de seminários municipais com objetivo de avaliar as potencialidades e definir opções para empreendimentos, debater meios de atração de investidores e o encaminhamento de ações de impacto sócioeconômico.
GESTÃO REGIONAL	AZONASUL COREDE-SUL Movimento Novo Sul Partidos Políticos Consórcios	1. Articulação e integração interinstitucional para a solução de problemas comuns e execução de políticas de valorização da região. 2. Definir estratégias para imediata ampliação da representatividade Política Regional na esfera estadual e federal. (ACORDA ZONA SUL) 3. Estímulo à implantação de Consórcios Intermunicipais. 4. Incentivos para a implementação do Associativismo em suas variadas formas, tanto na atividade pública como privada.

QUALIFICAÇÃO DO TERCEIRO SETOR E COMUDES	Secretaria da Justiça e Des. Social, SEDAI Prefeituras AZONASUL COREDE- SUL Movimento Novo Sul Sistema “S”.	1. Aperfeiçoamento continuado de recursos humanos para o exercício da cidadania e ação comunitária. (Agentes de desenvolvimento local e regional). 2. Qualificação permanente dos integrantes dos COMUDES e representantes da sociedade civil organizada. 3. Incentivo à construção de redes de cooperação envolvendo os setores, público e o privado.
---	---	--

3.4 GOVERNANÇA DO PLANO ESTRATÉGICO

3.4.1 Considerações preliminares

Para a superação das dificuldades identificadas na região do COREDE-SUL e com o objetivo de empreender na direção das vantagens e oportunidades que estão sendo oferecidas, faz-se necessário, primeiramente, uma significativa mudança de atitude.

Todas as lideranças funcionais ou não devem estar coesas numa perspectiva de abordagem de medidas propositivas, numa região que possui enorme potencial para ser uma área diferenciada dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

A consciência de uma ação articulada, onde os esforços dos agentes locais/regionais, de todas as esferas de governo, com vínculos na região, independentemente de cores partidárias,

somados às ações da sociedade civil organizada, focados no encaminhamento das propostas contempladas no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul, é caminho seguro para o desenvolvimento tão desejável.

Neste sentido, é que todas as entidades devem estar envolvidas, buscando sempre ações dentro de uma visão de futuro promissor. Assim, o Conselho Regional de Desenvolvimento do Sul (COREDE-SUL), os Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDES), a Associação dos Municípios da Zona Sul (AZONASUL), o Movimento Novo Sul, mais as instituições de ensino superior (UFPEL, UCPEL, FURG, Faculdades Anhanguera e IF-Sul)¹², as associações comerciais e industriais, os sindicatos de trabalhadores e de patrões, as inúmeras Organizações Não Governamentais (ONGs), as Agências e Consórcios de natureza jurídica pública ou privada, as câmaras municipais e a Associação de Vereadores da Zona Sul (ASCAMSUL) serão os atores de maior relevância para a permanente articulação regional.

¹² Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, Faculdades Anhanguera – Atlântico Sul, Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia - IF-Sul..

3.4.2 Agentes gestores do plano

Caberá a um grupo de instituições a articulação, a promoção e a implementação das ações para que o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul, ora formulado, se transforme num instrumento eficaz de indução do desenvolvimento.

Este grupo que poderá ser denominado de **Comitê Gestor do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul – Comitê Gestor do PEDRS** deverá ser integrado por representantes do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul - COREDE-SUL, da Associação dos Municípios da Zona Sul – AZONASUL, da Associação de Vereadores da Zona Sul (ASCAMSUL), das Universidades, das Instituições de Pesquisa, Fomento e Extensão e do Movimento Novo Sul.

Dentre os integrantes será definida a entidade responsável pela coordenação do Comitê Gestor do PEDRS, sugerindo-se a alternância, a cada dois anos, entre o COREDE-SUL e a AZONASUL, uma vez que estes organismos são de âmbito regional e são constituídos por representantes de todos os municípios.

3.4.3 Gerenciamento das ações do plano

Para cada macro-objetivo proposto pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul foram definidos Programas e Projetos que, desdobrados em ações, devem ser implementados com a finalidade de alcançar o que está expresso na **Visão** de futuro.

As ações previstas em cada um dos projetos encontram-se vinculadas a organismos públicos e/ou privados, que deverão executá-las dentro de uma visão de desenvolvimento regional harmônico e sustentável, cabendo ao Comitê Gestor do PEDRS a responsabilidade de estimular e facilitar a tarefa dos agentes envolvidos.

Para que o Comitê gestor realmente seja eficaz no desempenho de sua missão, de mobilizador do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul, faz-se necessário que a Região o aprove, reconhecendo-o como tal.

Sua instalação deverá ocorrer ouvidos o Plenário da AZONASUL e o Plenário do COREDE-SUL.

3.4.4 Ações prioritárias e demarragem do plano

Conforme a proposta teórico-metodológica deste plano, os programas e projetos considerados prioritários pela comunidade da região foram construídos durante o processo de planejamento. Neste momento, os participantes propuseram e definiram os Macro-objetivos e seus respectivos programas e projetos.

Tendo em vista que o efetivo desenvolvimento dos referidas atividades dependem, em grande parte, do contexto social, econômico e político do momento de sua implementação, foi decidido que o processo de hierarquização será realizado periodicamente, a partir dos estudos e discussões das Comissões Temáticas que indicarão os projetos e/ou áreas a serem prioritariamente implementadas. Esta proposta de hierarquização passará pela análise e aprovação da Assembléia Geral Regional do COREDE-SUL, realizada em parceria com a AZONASUL.

Para cada prioridade eleita serão definidos: a) os responsáveis pelo acompanhamento ou execução; b) os encaminhamentos necessários a sua concretização; c) os prazos de realização e d) os indicadores de realização.

O processo de hierarquização dos Macro-objetivos do Plano ocorrerá com periodicidade não superior a um ano e deverá ser realizado após a avaliação dos programas em andamento. A

reprogramação e os ajustes dos projetos e ações se darão face às dinâmicas que o desenvolvimento da região determinar.

Assim, um primeiro elenco de projetos e ações definidos pelo consenso da região será o marco referencial para a demarcação do Plano e se constituirá na ferramenta de trabalho do **Comitê Gestor do Plano**.

3.4.5 Funções do comitê gestor

Dar visibilidade ao Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul - PEDRS divulgando-o e sensibilizando as lideranças regionais sobre seu conteúdo e objetivos.

Apoiar e estimular os agentes citados no Plano Estratégico com vistas à implementação de projetos e de ações previstas.

Promover a articulação dos agentes públicos e privados no sentido de avançar na concretização dos programas, projetos e ações previstos no PEDRS.

Promover reuniões e seminários de acompanhamento e avaliação das ações em andamento.

Promover um balanço público periódico sobre a situação das ações de cada Macro-Objetivo proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento, no que diz respeito a informações sobre a Região Sul, está fundamentado no conteúdo dos volumes que tratam da Análise Situacional e no que contém o Diagnóstico Técnico da Região e que fazem parte integrante do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul.

Embora concluída esta fase dos trabalhos, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul, não pode ser considerado finalizado, eis que o dinamismo da região aponta para uma constante revisão e atualização. No momento em que é apresentada esta exposição, muitas ações estão acontecendo na região e podem alterar significativamente algumas ou muitas das proposições sugeridas.

Uma continuada atenção deve ser dada para que ajustes e correções de rumo nos projetos e nas ações sejam sempre realizados, tendo em vista a permanente busca do que a Visão de Futuro da Região sinaliza.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado do RS. **Programa Sociedade Convergente – Sociedade Convergente. Cadernos de Convergência.** Documento Base Para Discussão dos Temas Estruturas e Meios do estado: Causas e Conseqüências do Endividamento; Infraestrutura; Transportes; Energia e Saneamento, Desenvolvimento Harmônico e Sustentável. 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2009.

CHIES, José B. **Relatório do processo de discussão e elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Sul.** 2009.

COREDES-RS. **Pró-RS: estratégias regionais** pró-desenvolvimento do RS/Lajeado: FATES, 1999.

COREDE-SUL. **Plano Regional de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Região Sul do Rio Grande do Sul.** Pelotas. 1999.

FEE, **Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heiser.** Estado do RS. 2009

MOVIMENTO NOVO SUL. **Folder do Plano Estratégico da Região Sul.** 2008

NUNES, Claudio Omar I. **Histórico do COREDE-SUL**. Arquivos do COREDE-SUL. Pelotas. 2007.

RUMOS 2015: estudos sobre o desenvolvimento regional e logístico de transportes no Rio Grande do Sul/Secretaria da Coordenação e Planejamento, Departamento de Estudos Econômicos e Sociais e Planejamento-SCP-DEPLAN, DCAPET. Porto Alegre: SCP, 2006. v.2.

SIEDENBERG, Dieter R. **Orientações para o processo de Planejamento Estratégico Regional dos COREDES-RS**. Dieter R. Siedenberg (Org.), Sérgio L. Allebrandt. Pedro L. Büttenbender. Paulo A. Frizzo. Ijuí/RS. 2009.

UNIVERSIDADE Católica de Pelotas. **Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria**. Banco de Dados da Zona Sul–RS-ITEPA-Pelotas: EDUCAT. 2009

ANEXOS

ANEXO A

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Os presidentes dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, reunidos em Porto Alegre, no dia 11 de setembro de 1997, resolvem adotar os seguintes princípios, que devem nortear o trabalho de todos os participantes dos COREDES;

Promoção de desenvolvimento regional

O objetivo central da atuação do COREDES é a promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando competitividade, equidade e sustentabilidade.

Autonomia

O trabalho dos COREDES e de seus membros deve pautar-se pela autonomia, pela isenção e pela neutralidade em relação às diferentes instâncias governamentais, às correntes político-partidárias ou a quaisquer outras organizações da região ou de fora da região.

Pluralidade e identificação de consensos

Deve ser estimulada a livre expressão das diferenças de pensamento entre os membros do Conselho. Essa livre expressão deverá servir como ponto de partida para um esforço no sentido da identificação de pontos de consenso, entre os segmentos que compõem a

sociedade da região, quanto à forma de promover o desenvolvimento regional.

Confiança, cooperação e formação de parcerias

A ação dos COREDES deve contribuir para estreitar os laços de confiança, estimular a cooperação e viabilizar o estabelecimento de parcerias entre os diferentes segmentos da sociedade civil da região, bem como entre esses segmentos e as várias instâncias da administração pública, na busca do desenvolvimento regional.

Integração, articulação e consolidação das identidades regionais

Os COREDES devem constituir-se em um espaço de articulação da sociedade regional, atuando no sentido de integrar os esforços da sociedade civil e das diferentes instâncias da administração pública que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento.

A participação dos diferentes segmentos da sociedade na discussão dos problemas da sua região, no âmbito dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, deverá servir de base para a consolidação de uma identidade regional, entendida como o sentimento de pertinência a uma comunidade territorialmente organizada. A existência desse sentimento é condição essencial para que um determinado território possa ser, efetivamente, denominado de região.

Busca da regionalização das políticas de desenvolvimento

A ação dos Conselhos deve contribuir para articulação, em escala regional, dos esforços locais de promoção do desenvolvimento. Deve voltar-se, também, para fazer com que as ações setoriais das diferentes instâncias de governo sejam estruturadas e integradas de forma a caracterizar verdadeiras políticas de desenvolvimento regional.

Aumento permanente da representatividade e da organização

Os COREDES devem empreender um esforço permanente no sentido de ampliar sua representatividade e sua penetração junto à comunidade, organizando e integrando à sua composição os segmentos ainda desarticulados da sociedade da região.

Apoio à continuidade das políticas públicas de interesse regional

Os COREDES devem defender a implementação e a continuidade das políticas governamentais que contribuem de maneira efetiva para o desenvolvimento regional, evitando seu abandono por motivos alheios ao interesse público.

ANEXO B

O QUE SÃO E COMO FUNCIONAM OS COREDES –RS

O que é um Conselho Regional de Desenvolvimento?

É um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento regional.

Quando foram criados os Conselhos Regionais?

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram criados pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994 e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de dezembro de 1994. Conforme o estabelecido na Lei, eles têm por objetivo:

- a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável;
- a integração dos recursos e das ações do governo na região;
- a melhoria da qualidade de vida da população;
- a distribuição equitativa da riqueza produzida;
- o estímulo à permanência do homem em sua região;
- a preservação e recuperação do meio ambiente.

Como funciona um Conselho Regional?

O Conselho tem foro jurídico na comarca em que reside seu presidente e sede política em todos os municípios que o integram. Isto permite a municípios diferentes sediar cada uma das reuniões. O funcionamento ocorre através da deliberação, em reuniões plenárias

realizadas em caráter ordinário o extraordinário, sobre temas de interesse regional.

Quais são suas competências?

Segundo o estabelecido na Lei, os Conselhos Regionais têm as seguintes atribuições:

- promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região;

- elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;

- manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;

- construir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o Art.149,parágrafo 8º da Constituição do Estado;

- orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações do Governo Estadual e Federal, na região;

- respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Quais atividades são desenvolvidas pelos Conselhos Regionais?

Aos Conselhos Regionais cabe exercer um papel extremamente importante, tanto para a região que representam como para o Governo do Estado, desempenhando as seguintes atividades:

- colocação com os órgãos estaduais da área do planejamento, instituições de ensino superior e outras entidades ou privadas na elaboração e discussão de diagnósticos regionais, visando à preparação do Plano Estadual e dos Planos Regionais de Desenvolvimento e suas respectivas alterações e atualizações.

- ajuda na identificação das principais necessidades de atendimento no que se refere aos serviços prestados pelo Estado;

- fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelos órgãos estaduais;

- colaboração na busca de fontes alternativas de recursos para o financiamento de investimentos públicos;

- apoio a reivindicações de interesse regional encaminhadas pelo Governo do Estado perante a Administração Federal;

- engajamento na mobilização da comunidade local em torno de campanhas de interesse público desencadeadas pelo governo.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Quem participa dos Conselhos Regionais?

- Deputados Estaduais e Federais com domicílio eleitoral na área de abrangência do Conselho;

- Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores, como representantes dos poderes públicas da região;

- representantes das instituições de ensino superior que atuam na região;

- representantes das associações, sindicatos e conselhos setoriais criados por lei, como membros da sociedade civil organizada, identificada pelos seguintes segmentos sociais:

- empresários e trabalhadores da indústria, do comércio e do setor de serviços;

- empresários e trabalhadores rurais;
- cooperativas e associações de produtores;
- conselhos de desenvolvimento municipal;
- movimentos ecológicos;
- movimentos comunitários;
- entidades da sociedade organizada;
- cidadãos residentes na região de abrangência.

Como se estruturam os Conselhos?

A estrutura dos Conselhos é composta pelos seguintes órgãos:

- Assembléia Geral Regional;
- Conselho de Representantes;
- Comissões Setoriais.

A ASSEMBLÉIA GERAL REGIONAL

Como se forma a Assembléia Geral Regional?

Pro meio da divulgação nos meios de comunicações locais, é feita a convocação de todos os segmentos sociais organizados em nível municipal, para a realização de reuniões de escolha de delegados.

Quem participa da Assembléia Geral?

Todos os delegados eleitos por segmento social em seus fóruns municipais.

Quais são as suas competências?

Como órgão máximo de deliberação do Conselho, a Assembléia Geral Regional tem as seguintes competências.

- definir a composição do Conselho de Representantes e eleger seus membros efetivos e suplentes a cada dois anos;
- eleger a Diretoria Executiva do Conselho Regional de Desenvolvimento, composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um secretário executivo, com mandato de dois anos;
- aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho Regional de Desenvolvimento;
- apreciar e deliberar sobre o relatório anual do Conselho de Representantes;
- apreciar e aprovar as propostas regionais a serem submetidas ao Poder Executivo Estadual com vistas a subsidiar a elaboração das leis previstas no Art. 149 da Constituição do Estado: plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais e consulta popular;
- deliberar sobre outros assuntos de interesse da região.

O CONSELHO DE REPRESENTANTES

Como se forma o Conselho de Representantes?

Na Assembléia Geral, os delegados de todos os municípios se reúnem, por segmento social, a fim de eleger seu representante. Os eleitos nesta etapa assumem uma função de caráter regional.

Exemplo: os prefeitos, reunidos na Assembléia Geral, escolhem o seu representante. Após eleito, esse prefeito passa expressar a opinião de um dos segmentos organizados da região, e não mais de seu município. O mesmo deverá ocorrer com os demais participantes, como os empresários, trabalhadores da indústria e do comércio, trabalhadores rurais, etc.

Quem participa do Conselho de Representantes?

Todos os representantes de segmentos sociais eleitos na Assembléia Geral, sendo assegurada a participação dos diversos setores, a paridade entre empregadores e trabalhadores e a expressão de todos os municípios por meio de canais adequados.

Quais são as competências do Conselho de Representantes?

Como órgão executivo e deliberativo de primeira instância do Conselho Regional de Desenvolvimento, o Conselho de Representantes tem as seguintes competências previstas em lei:

- formular diretrizes para o desenvolvimento regional a serem submetidas à Assembléia Geral Regional;

- promover a articulação e integração regional entre a sociedade civil organizada e os órgãos governamentais;

- promover a articulação do Conselho Regional de Desenvolvimento com os órgãos do Governo Estadual e Federal, com vistas a integrar as respectivas ações desenvolvidas na região;

- elaborar o Regimento Interno do Conselho Regional de Desenvolvimento.

- formular as propostas regionais a serem submetida ao Poder Executivo Estadual, com o objetivo de subsidiar a elaboração das leis previstas no Art. 149 da Constituição do Estado: plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais.

AS COMISSÕES SETORIAIS

Como se formam as Comissões Setoriais?

São formadas por iniciativa do Conselho de Representantes, de forma a expressar a síntese dos interesses regionais.

Quem participa das Comissões?

- pessoas cuja formação ou atuação corresponda à área da Comissão;

- representantes de órgãos estaduais e municipais;

- representantes de outras instituições públicas ou privadas, existentes na região.

Quais são suas competências?

Como órgãos técnicos do Conselho, as Comissões Setoriais têm as seguintes competências:

- assessorar o Conselho de Representantes e a Diretoria Executiva nas suas deliberações e decisões;
- estudar e dimensionar os problemas regionais;
- elaborar programas e projetos regionais;
- indicar os temas de interesse regional a serem debatidos pelo Conselho de Representantes.

ANEXO C



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO**

LEI Nº 10.283, DE 17 DE OUTUBRO DE 1994.

Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º - Ficam criados os Conselhos Regionais desenvolvimento, observado o disposto nesta Lei.

Art. 2º - Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente.

Art. 3º - Compete aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I - promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região;
- II - elaborar os planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- III - manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;

IV - constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o artigo 149, parágrafo 8º da Constituição do Estado;

V - orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos Governos Estadual e Federal na região;

VI - respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Art. 4º - Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento terão a seguinte estrutura básica:

I - Assembléia Geral Regional;

II - Conselho de Representantes;

III - Diretoria Executiva;

IV - Comissões Setoriais.

Parágrafo único - Cada Conselho Regional de Desenvolvimento elaborará o seu Regimento Interno, estabelecendo sua composição, formas de deliberação, representação e participação, observadas as normas desta Lei.

Art. 5º - À Assembléia Geral Regional, órgão máximo de deliberação do Conselho Regional de Desenvolvimento, será composta por representantes da sociedade civil organizada e dos Poderes Públicos existentes na região, assegurada a paridade entre trabalhadores e empregadores.

Parágrafo único - compete à Assembléia Geral Regional:

I - eleger a Diretoria Executiva do Conselho Regional de Desenvolvimento, composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um secretário executivo, com mandato de dois anos;

II - definir a composição do Conselho de Representantes e eleger seus membros efetivos e suplentes a cada dois anos;

III - aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho Regional de Desenvolvimento;

IV - apreciar e deliberar sobre o relatório anual do Conselho de Representantes;

V - apreciar e aprovar as propostas regionais a serem submetidas ao Poder Executivo Estadual com vistas a subsidiar a elaboração das leis previstas no art. 149 da Constituição do Estado;

VI - deliberar sobre outros assuntos de interesse da região.

Art. 6º - Ao Conselho de Representantes, órgão executivo e deliberativo de primeira instância do Conselho Regional de Desenvolvimento, compete, em especial:

- I - formular as diretrizes para o desenvolvimento regional, a serem submetidas à Assembléia Geral Regional;
- II - promover a articulação e integração regional entre a sociedade civil organizada e os órgãos governamentais;
- III - promover a articulação do Conselho Regional de Desenvolvimento com os órgãos do Governo Estadual e Federal com vistas a integrar as respectivas ações desenvolvidas na região;
- IV - elaborar o Regimento Interno do Conselho Regional de Desenvolvimento e as propostas a que se refere o parágrafo único, inciso V, do artigo anterior.

Art. 7º - À Diretoria Executiva do Conselho Regional de Desenvolvimento, além das funções executivas e de apoio administrativo, caberá dirigir a Assembléia Geral Regional e o Conselho de Representantes.

Art. 8º - As Comissões Setoriais serão criadas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento para tratar de temas específicos, assegurada a participação dos representantes dos órgãos estaduais pertinentes.

Art. 9º - A participação nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento é considerada função pública relevante, vedada qualquer remuneração

Art. 10 - O Orçamento do Estado consignará, através de dotação específica, recursos para a manutenção das atividades dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Art. 11 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, e definirá a abrangência territorial de cada Conselho Regional de Desenvolvimento, enumerando os municípios participantes de cada um.

Art. 12 - Fica assegurada a representação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento no órgão a que se refere o art. 167 da Constituição do Estado.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 17 de outubro de 1994.

ANEXO D



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO**

DECRETO Nº 35.764, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1994.

Regulamenta a Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que criou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - CRDs.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, pessoas jurídicas de direito privado, organizar-se-ão sob a forma de associações civis, sem fins lucrativos, tendo cada qual a seguinte denominação e abrangência territorial:

I - ALTO JACUÍ

Alto Alegre, Campos Borges, Colorado, Cruz Alta, Espumoso, Fortaleza dos Valos, Ibirapuitã, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Mormaço, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach, Tapera e Victor Graeff.

II – CAMPANHA

Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul.

III – CENTRAL

Agudo, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Ivorá, Jaguari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do

Polesine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Tupanciretã e Vila Nova do Sul.

IV - CENTRO-SUL

Arambaré, Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaquã, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Minas do Leão, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Sertão Santana e Tapes.

V - FRONTEIRA NOROESTE

Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido de Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi.

VI - FRONTEIRA-OESTE

Alegrete, Itaqui, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

VII – HORTÊNSIAS

Bom Jesus, Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes.

VIII – LITORAL

Arroio do Sal, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.

IX - MÉDIO ALTO URUGUAI

Alpestre, Ametista do Sul, Boa Vista das Missões, Caiçara, Cerro Grande, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tirandentes, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Sagrada Família, Seberi, Taquaraçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre.

X – MISSÕES

Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Itacurubi, Pirapó, Porto Xavier, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo

Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá e Vitória das Missões.

XI – NORDESTE

André da Rocha, Barracão, Cacique Doble, Caseiros, Charrua, Esmeralda, Ibiaçá, Ibiraiaras, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Paim Filho, Sananduva, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, Tupanci do Sul e Vacaria.

XII - NOROESTE COLONIAL

Ajuricaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Catuípe, Chiapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Derrubadas, Humaitá, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Miraguaí, Panambi, Pejuçara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três Passos e Vista Gaúcha.

XIII – NORTE

Aratiba, Áurea, Barão do Cotegipe, Barra do Rio Azul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Entre Rios do Sul, Erebang, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Ponte Preta, São Valetim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

XIV - PARANHANA-ENCOSTA DA SERRA

Igrejinha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Parobé, Picada Café, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara e Três Coroas.

XV – PRODUÇÃO

Água Santa, Barra Funda, Carazinho, Casca, Camargo, Chapada, Ciriaco, Constantina, Coqueiros do Sul, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Mato Castelhano, Muliterno, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pontão, Ronda Alta, Rondinha, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, São José das Missões, Sarandi, Sertão, Soledade, Tapejara, Vanini e Vila Maria,

XVI – SERRA

Antônio Prado, Bento Gonçalves, Campestre da Serra, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guabiju, Guaporé, Ipê, Montauri, Monte Belo do Sul, Nova

Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Parai, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Marcos, São Valentim do Sul, Serafina Corrêa, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

XVII – SUL

Amaral Ferrador, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cristal, Erval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares.

XVIII - VALE DO CAÍ

Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Pareci Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

XIX - VALE DO RIO DOS SINOS

Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul.

XX - VALE DO RIO PARDO

Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Gramado, Xavier, Ibarama, Lagoão, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz.

XXI - VALE DO TAQUARI

Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Capitão, Colinas, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Encantado, Estrela, Fontoura Xavier, Ilópolis, Imigrante, Itapuca, Lajeado, Mato Leitão, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, São José do Herval, Sérió, Taquari, Teutônia e Travesseiro.

Parágrafo único - Os Municípios que se emanciparam a partir da data de publicação deste Decreto integrarão o CRD a que pertencer o Município de

origem, salvo aquele que for limítrofe a outro Conselho, caso em que poderá optar por este, com a aprovação da Câmara de Vereadores.

Art. 2º - É permitida a fusão de CRDs, desde que aprovada pelas respectivas Assembléias Gerais Regionais, neste caso, deverá haver a formação de nova Assembléia Geral Regional.

Art. 3º - É permitido o desmembramento de CRDs, desde que seja mantido o princípio da contigüidade territorial e as características geográficas, culturais, econômicas e sociais o justifiquem, e que:

I - seja proposto pelas Câmaras de Vereadores dos Municípios ou por membros do Conselho de Representantes;

II - seja decidido pela Assembléia Geral Regional, cujo quorum de deliberação deverá ser o da maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo único - Nas hipóteses previstas no inciso I (primeiro), a proposição deverá resultar de deliberação da maioria absoluta dos integrantes da Câmara de Vereadores ou por, no mínimo, um terço dos membros do Conselho de Representantes, devendo ser encaminhado à Presidência do CRD.

Art. 4º - Caberá ao Poder Executivo estadual convocar a Assembléia de constituição de cada CRD, da qual participarão:

I) os Prefeitos Municipais e Presidentes das Câmaras de Vereadores, como representantes dos poderes públicos da região;

II) os Deputados Estaduais e Federais com domicílio eleitoral na região;

III) um representante de cada instituição de ensino superior da região; e,

IV) um delegado ou seu suplente, com o representante de cada segmento organizado da sociedade civil, eleito e devidamente credenciado, por Município.

Parágrafo único - Entende-se por organizado aquele segmento representado por entidades, tais como, associações, sindicatos e conselhos setoriais criados por Lei.

Art. 5º - Os mandatos dos membros da Assembléia Geral Regional terão a duração de dois anos, permitida a reeleição.

Art. 6º - O Conselho de Representantes será eleito pela Assembléia Geral Regional, sendo considerados membros natos os Deputados Estaduais e Federais com domicílio na região.

Parágrafo 1º - Os diretores e os membros do Conselho de Representantes terão mandato de dois anos, permitida a recondução, ressalvados os membros natos.

Parágrafo 2º - Na constituição dos Conselhos de Representantes deverá ser garantida a representatividade de todos os segmentos organizados da sociedade civil, dos poderes públicos da região e das instituições de ensino superior, de forma equilibrada e proporcional à composição da Assembléia, assegurada também a paridade entre trabalhadores e empregadores.

Art. 7º - O Conselho de Representantes criará como órgãos técnicos, Comissões Setoriais, em função de áreas que mereçam atenção específica.

Parágrafo 1º - Compete às Comissões Setoriais:

I - assessorar o Conselho de Representantes e a Diretoria Executiva nas suas deliberações e decisões;

II - estudar e dimensionar os problemas regionais;

III - elaborar programas e projetos regionais.

Parágrafo 2º - As Comissões Setoriais serão compostas por pessoas, cuja formação ou área de atuação correspondam à da Comissão, além dos representantes dos órgãos estaduais e municipais existentes na região.

Art. 8º - O Poder Executivo incluirá no Orçamento do Estado dotação específica para o custeio dos CRDs, sendo sua distribuição efetuada mediante a adoção dos seguintes critérios: 1/3 (um terço), para cada CRD, 1/3 (um terço) levando-se em consideração a área territorial do CRD e 1/3 (um terço) pelo número de municípios integrantes do CRD.

Parágrafo 1º - Os recursos de que trata este artigo serão creditados, na forma de duodécimos, em conta corrente do Banrisul, aberta pelo CRD, no Município que o estiver sediando.

Parágrafo 2º - Somente serão permitidas despesas com material de consumo, tais como, impressos e materiais de expediente, com comunicação (correio, telefone, fax) e com transporte de pessoas no território do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo 3º - Caberá ao tesoureiro do CRD, conjuntamente com o Presidente, a gerência dos recursos recebidos e sua prestação de contas, anualmente, junto à unidade orçamentária de origem.

Art. 9º - Os CRDs poderão constituir fundos regionais de desenvolvimento, com base em recursos dos Municípios e instituições privadas da região, com a finalidade de investir, isoladamente ou em parceria com o Governo do Estado, em projetos de interesse da região.

Art. 10 - Cada Conselho Regional de Desenvolvimento far-se-á representar no órgão previsto no artigo 167 da Constituição do Estado, com direito a voz e voto, pelo seu Presidente ou seu substituto legal, eleito para tal fim, pelo Conselho de Representantes.

Art. 11 - Os CRDs deverão se constituir e elaborar o seu Regimento Interno no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data da publicação deste Decreto.

Art. 12 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 28 de dezembro de 1994.

ANEXO E



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO**

DECRETO Nº 38.362, DE 01 DE ABRIL DE 1998.

Altera o **DECRETO Nº 35.764**, de 28 de dezembro de 1994, que regulamenta a Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 1º do **DECRETO Nº 35.764**, de 28 de dezembro de 1994, fica alterado nos seus incisos III, IV, V, VI, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XIX, XX E XXI, de acordo com o que segue abaixo:

"III – CENTRAL

- seis Municípios criados em 1995: Dilermando de Aguiar, Itaára, Jari, Novo Cabrais, Toropi e Unistalda.

IV - CENTRO-SUL

- um Município criado em 1995: Chuvisca.

V - FRONTEIRA NOROESTE

- dois Municípios criados em 1995: Nova Candelária e Senador Salgado Filho.

VI - FRONTEIRA OESTE

- dois municípios criados em 1995: Barra do Quaraí e Maçambará.

VIII – LITORAL

- cinco Municípios criados em 1995: Balneário Pinhal, Capivari do Sul, Caraá, Dom Pedro de Alcântara e Mampituba.

IX - MÉDIO ALTO URUGUAI

- um Município criado em 1995: Cristal do Sul.

X – MISSÕES

- dois Municípios criados em 1995: Sete de Setembro e Ubiretama.

XI – NORDESTE

- dois municípios criados em 1995: Muitos Capões e Monte Alegre dos Campos.

XII - NOROESTE COLONIAL

- dois municípios criados em 1995: Nova Ramada e Esperança do Sul.

XIII – NORTE

- dois municípios criados em 1995: Benjamin Constant do Sul e Floriano Peixoto.

XV – PRODUÇÃO

- um município criado em 1995: Vila Lângaro.

XVI – SERRA

- um município criado em 1995: Boa Vista do Sul.

XVII – SUL

- três municípios criados em 1995: Cerrito, Chuí e Turuçu.

XIX - VALE DO RIO DOS SINOS

- um município criado em 1995: Araricá.

XX - VALE DO RIO PARDO

- quatro municípios criados em 1995: Estrela Velha, Herveiras, Passa Sete e Vale Verde.

XXI - VALE DO TAQUARI

- cinco municípios criados em 1995: Doutor Ricardo, Fazenda Vilanova, Marques de Souza, Tabai e Vespasiano Corrêa."

Art. 2º - O artigo 1º do [DECRETO Nº 35.764](#), de 28 de dezembro de 1994, fica acrescido do inciso XXII, que terá a seguinte redação:

"XXII - METROPOLITANO DO DELTA DO JACUÍ

- Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Porto Alegre, Triunfo e Viamão."

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 01 de abril de 1998.

ANEXO V

FOTOS

REUNIÕES DO PLANO



Figura 1. Primeira reunião do grupo de trabalho



Figura 2. Assembléia Microrregião Canguçu



Figura 3. Assembléia Microrregião Pelotas



Figura 4. Etapa de análise dos referenciais estratégicos



Figura 5. Reunião de avaliação regional com os COMUDES



Figura 6. Assembleia regional de apresentação do Plano

Cópias Santa Cruz Ltda

e-mail: copiassantacruz@hotmail.com

Telefone: (53) 3222 5760